



ACADEMIA MILITAR

DIRECÇÃO DE ENSINO

Mestrado em Ciências Militares – Especialidade de Cavalaria

TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO APLICADA

O PROJECTO ALCORA E A GUERRA DE ÁFRICA (1961 – 1974)

AUTOR: Aspirante a Oficial Aluno de Cavalaria Tiago F. dos Santos Ferreira

ORIENTADOR: Major de Infantaria Rui Manuel Proença Bonita Velez

Lisboa, Setembro de 2011



ACADEMIA MILITAR

DIRECÇÃO DE ENSINO

Mestrado em Ciências Militares – Especialidade de Cavalaria

TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO APLICADA

O PROJECTO ALCORA E A GUERRA DE ÁFRICA (1961 – 1974)

AUTOR: Aspirante a Oficial Aluno de Cavalaria Tiago F. dos Santos Ferreira

ORIENTADOR: Major de Infantaria Rui Manuel Proença Bonita Velez

Lisboa, Setembro de 2011

DEDICATÓRIA

À Bé, pelo amor e apoio com que sempre me ampara.

Aos meus pais e irmãos.

AGRADECIMENTOS

O Trabalho de Investigação Aplicada que apresento é fruto da dedicação e empenho de várias pessoas. Não posso portanto, deixar de demonstrar os meus mais sinceros agradecimentos.

Ao Major Velez por sempre se ter encontrado disponível e empenhado para orientar este trabalho, mesmo quando isso implicava um grande esforço pessoal.

Ao Coronel Aniceto Afonso e ao Coronel Matos Gomes, pela partilha de conhecimento e pelos conselhos dados no início deste trabalho.

À Maria José e ao Alexandre por todo o apoio que me têm dado.

À Maria João pela ajuda na formatação do trabalho.

A todos os que de uma forma mais ou menos directa foram responsáveis pela realização do trabalho.

RESUMO

O Trabalho de Investigação Aplicada que se apresenta tem como tema: “O Projecto Alcora e a Guerra de África (1961 – 1974) ” e tem como objectivo identificar os objectivos iniciais estabelecidos pela aliança assinada entre Portugal, República da África do Sul e Rodésia.

Durante a Guerra Colonial em que Portugal se envolveu entre 1961 e 1974, o nosso país nem sempre teve, por parte dos tradicionais aliados ocidentais, o apoio que desejou. Para contornar este problema, ao longo daquele período, foi estabelecendo um sistema de alianças que culminaram numa aproximação à República da África do Sul e à Rodésia: os dois últimos países com governos brancos na África Austral. A cooperação com estes dois países evoluiu tão favoravelmente que no início da década de setenta foram assinados uma série de acordos que ficaram designados como Projecto Alcora, ou Exercício Alcora conforme consta nos documentos oficiais.

Este trabalho divide-se em duas partes fundamentais. Nos dois primeiros capítulos é analisado o apoio dos tradicionais aliados ocidentais do nosso país durante a guerra: os Estados Unidos da América, a Inglaterra, a França e a República Federal da Alemanha e; o apoio da República da África do Sul e da Rodésia. Nos dois últimos capítulos é analisada a proposta sul-africana para um plano de defesa para a África Austral, considerado como sendo a génese do Exercício Alcora e; o acordo de base do Exercício estabelecido entre os três países.

A metodologia utilizada assenta na análise documental e na análise bibliográfica.

Conclui-se que o Exercício Alcora funcionou na parte inicial, aquela que é analisada neste trabalho, como uma aliança essencialmente militar que englobava todos os campos de actuação das Forças Armadas dos três países. Tinha em vista a estabilização da situação militar nos países visados, especialmente nos territórios de Angola e Moçambique, estando previsto abranger outros campos de actuação de âmbito civil, com o objectivo de manter os governos brancos da África Austral.

Palavras-chave: EXERCÍCIO ALCORA, GUERRA COLONIAL, PORTUGAL, REPÚBLICA DA ÁFRICA DO SUL, RODÉSIA.

ABSTRACT

The present Applied Investigation Work's subject is "The Alcora Project and the African War (1961 – 1974)" and its main goal is to identify the initial objectives established by the alliance between Portugal, the Republic of South Africa and Rhodesia.

During the Colonial War in which Portugal was involved between 1961 and 1974, our country not always had, from our traditional western allies, the desired support. To circumvent this problem, during that period, it established a system of alliances that culminated in approaching the Republic of South Africa and Rhodesia, the last two countries with white governments in Austral Africa. The cooperation with these two countries evolved so favorably that in the beginning of the 1960s a series of agreements were signed that came to be known as Project Alcora, or Alcora Exercise as it is identified in official documents.

This work is divided in two major parts. In the first two chapters there is an analysis to the support of our country's traditional western allies during the war: the United States of America, England, France and the Federal Republic of Germany and; the support of the Republic of South Africa and Rhodesia. In the last two chapters there is an analysis to the South-African proposal for a defense plan for Austral Africa, considered to be the genesis of the Alcora Exercise and; the basic agreement established between the three countries.

The methodology used is based on documental and bibliographical analysis.

It can be concluded that the Alcora Exercise worked on its first stage, the one that is investigated in this work, as an essentially military alliance that encompassed all the fields of action of the Armed Forces of the three countries. It was intended to stabilize the military situation in the targeted countries, especially in the territories of Angola and Mozambique, being predicted to cover other fields of action of civilian scope, with the purpose of maintaining the white governments in Austral Africa.

Keywords: ALCORA EXERCISE, COLONIAL WAR, PORTUGAL, REPUBLIC OF SOUTH AFRICA, RODHESIA

ÍNDICE

DEDICATÓRIA	I
AGRADECIMENTOS.....	II
RESUMO	III
ABSTRACT	IV
ÍNDICE	V
ÍNDICE DE FIGURAS.....	VIII
LISTA DE ABREVIATURAS	IX
LISTA DE SIGLAS.....	X
INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO 1: OS APOIOS DOS TRADICIONAIS ALIADOS OCIDENTAIS À GUERRA COLONIAL.....	5
1.1. As relações entre Portugal e OS EUA	6
1.2. As relações entre Portugal e A Inglaterra	8
1.3. As relações entre Portugal e A França	10
1.4. As relações entre Portugal e a RFA.....	13
1.5. Síntese conclusiva.....	15
CAPÍTULO 2: OS APOIOS DA RAS E DA RODÉSIA À GUERRA COLONIAL.....	17
2.1. As relações entre Portugal e a RAS	17
2.2. As relações entre Portugal e a Rodésia.....	20
2.3. Síntese conclusiva.....	23
CAPÍTULO 3: A EXPOSIÇÃO SUL-AFRICANA DE UM PLANO DE DEFESA PARA A ÁFRICA AUSTRAL E A ANÁLISE PORTUGUESA.....	25
3.1. A situação militar na África Austral com referência especial para a RAS (1ª parte da exposição sul-africana)	25
3.2. A situação no Este e no Sueste de Angola – Distritos de Moxico e Cuando-Cubango (2ª parte da exposição sul-africana)	26
3.3. Plano de Defesa para a África Austral (3ª parte da exposição sul-africana)	27
3.4. A RAS na condução global da campanha no Sueste de Angola (4ª parte da exposição sul-africana)	29
3.4. 1. A estratégia do terrorismo – uma estratégia indirecta.....	29
3.4. 2. Estratégia de contra subversão – Estratégia directa do “vale nada”	29
3.4. 3. Imperfeições administrativas no Sul de Angola.....	30
3.5. A análise portuguesa à exposição sul-africana	30

3.6. Síntese conclusiva.....	32
CAPÍTULO 4: O ACORDO DE BASE DO EXERCÍCIO ALCORA.....	34
4.1. Objectivo do Exercício Alcora	34
4.2. As discussões preliminares e o planeamento inicial	35
4.3. A forma de actuação.....	37
4.4. Síntese conclusiva.....	39
CONCLUSÕES.....	40
FONTES E BIBLIOGRAFIA	46
APÊNDICE A: Assalto ao <i>Santa Maria</i> e a <i>Abrilada</i>	51
APÊNDICE B: Bloqueio ao Porto de Beira.....	53
APÊNDICE C: Resumo das imperfeições administrativas em Angola identificadas na exposição sul-africana.	54
ANEXO A: Situação na Federação da África Central (Maio de 1962)	58
ANEXO B: Mapa da África Colonial	63
ANEXO C: Mapa da África Independente (1973)	64
ANEXO D: Mapa de Angola (1973)	65
ANEXO E: Mapa de Moçambique (1973)	66
ANEXO F: Mapa da África do Sul (1973).....	67
ANEXO G: Mapa da Zâmbia (1973).....	68
ANEXO H: Mapa do Malawi (1973)	69
ANEXO I: Mapa da Namíbia (1973).....	70
ANEXO J: Mapa da Rodésia (1973)	71
ANEXO K: Mapa da Tanzânia (1973)	72
ANEXO L: Mapa do Congo (1973).....	73
ANEXO M: Mapa do Zaire (1973)	74
ANEXO N: Mapa do Botswana (1973).....	75
ANEXO O: Alterações ao Acordo de Base do Exercício Alcora (Março, 1971)	76
ANEXO P: A ameaça a curto e médio prazo aos territórios Alcora	82
ANEXO Q: Termos de referência para a Comissão de Coordenação Alcora (ACOC)	88
ANEXO R: Termos de referência para a subcomissão de Defesa Aérea.....	91
ANEXO S: Termos de referência para a subcomissão de Aeródromos	94
ANEXO T: Amended draft terms of reference for the Air Planning sub-committee.....	97
ANEXO U: Termos de referência para a subcomissão de Informações	99
ANEXO V: Amended draft terms of reference for the Target sub-committee.....	102
ANEXO W: Amended draft terms of reference for the Command and Control sub-committee ..	104
ANEXO X: Termos de referência para a subcomissão de Doutrina Comum de Contra- subversão.....	106
ANEXO Y: Amended draft terms of reference for the Command and Control sub-committee.	108

ANEXO Z: Termos de referência para a subcomissão de Acção Psicológica	110
ANEXO AA: Termos de referência para a subcomissão de Telecomunicações e Guerra Electrónica.....	112
ANEXO AB: Termos de referência para a subcomissão de Meios de Transporte.....	114
ANEXO AC: Termos de referência para a subcomissão de Logística	118
ANEXO AD: Exercise Alcora Details of committee meetings in 1971.....	121
ANEXO AE: Comité belga-rodésiano para a defesa da África branca (1966/1967).....	122
ANEXO AF: Política internacional / Factores estratégicos	125
ANEXO AG: Países limítrofes hostis à África Austral.....	131
ANEXO AH: Conceito estratégico militar para os territórios Alcora	136
ANEXO AI: Organizações que apoiam os movimentos subversivos contra a África Austral	140
ANEXO AJ: Exercício Alcora. Descrição sumária	143

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Modelo de Investigação do Trabalho	4
Figura 2 – Estrutura do Exercício Alcora em 1971	38

LISTA DE ABREVIATURAS

Ed.	Edição
et al.	et aliae (e outros – para pessoas)
etc.	et cetera (e outros – para coisas)
Gen	General
n.º	número
Orgs.	Organizadores
p.	página
pp.	páginas
Trad.	Tradutor

LISTA DE SIGLAS

ADN	Arquivo Defesa Nacional
AHD	Arquivo Histórico-Diplomático
AHM	Arquivo Histórico Militar
AHU	Arquivo Histórico Ultramarino
APA	<i>American Psychological Association</i> (Associação Americana de Psicologia)
CCAA	Comandos Conjuntos de Apoio Aéreo
CCCEM	Comissão Conjunta dos Chefes de Estados-Maiores
CEME	Chefe de Estado-Maior do Exército
CEMGFA	Chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas
CIO	<i>Central Intelligence Organization</i> (Organização Central de Informação)
DUI	Declaração Unilateral de Independência
EFTA	<i>European Free Trade Association</i> (Associação Europeia de Livre Comércio)
ELNA	Exército de Libertação Nacional de Angola
EUA	Estados Unidos da América
FRELIMO	Frente de Libertação de Moçambique
GOC JCF	<i>General Officer Commanding of the Joint Combat Force</i> (General Comandante das Forças de Combate Conjuntas)
GRAE	Governo de Angola no Exílio
ISBN	<i>International Standard Book Number</i> (Número Padrão Internacional de Livro)
ISSN	<i>Internacional Standard Serial Number</i> (Número Internacional Normalizado das Publicações em Série)
MPLA	Movimento Popular de Libertação de Angola
NATO	<i>North Atlantic Treaty Organization</i> (Organização do Tratado do Atlântico Norte)
NEP	Norma(s) de Execução Permanente
OGMA	Oficinas Gerais de Material Aeronáutico
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas

OUA	Organização de Unidade Africana
RAS	República da África do Sul
RFA	República Federal da Alemanha
SADF	<i>South African Defence Force</i> (Forças de Defesa da África do Sul)
SCCIA	Serviços de Centralização e Coordenação de Informações de Angola
SCCIM	Serviços de Centralização e Coordenação de Informações de Moçambique
SE	Sudeste
SGDN	Secretariado-Geral de Defesa Nacional
SWA	South-West Africa (Sudoeste Africano)
TIA	Trabalho de Investigação Aplicada
UNITA	União Nacional para a Independência Total de Angola
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

“Pois é preciso que gitemos tão alto a verdade, que demos tal relevo à verdade que os surdos a ouçam e os próprios cegos a vejam”

Oliveira Salazar

INTRODUÇÃO

Fruto das reformulações curriculares sofridas pela Academia Militar decorrentes do processo de Bolonha, surge a necessidade da realização de um Trabalho de Investigação Aplicada (TIA), com vista à obtenção do grau de Mestre em Ciências Militares com especialidade de Cavalaria. Na Introdução pretende-se fazer o enquadramento do tema e a sua justificação, expor o problema de investigação, os objectivos e as hipóteses levantadas. É ainda descrita a metodologia utilizada, assim como o modelo de investigação.

Ao longo do trabalho, analisamos o caminho que Portugal percorreu em busca de apoios, na tentativa de aguentar o pesado esforço de guerra que manteve em África durante treze longos anos, entre 1961 e 1974 e, a forma como essa procura de apoios acabou por se encaminhar para alianças com os dois únicos países africanos que ainda mantinham no poder governos brancos: a República da África do Sul (RAS) e a Rodésia¹. A este conjunto de alianças, até à pouco tempo mantidos em segredo, foi dado o nome de *Projecto Alcora*².

Para se perceber o que originou o Exercício Alcora, é necessário fazer uma breve reflexão sobre o que até então tinha sido a Guerra de África³ e de que maneira Portugal conseguiu os meios necessários para a conduzir.

A Guerra Colonial representou, possivelmente, o maior esforço que Portugal desenvolveu para projectar e manter forças a tão grande distância. É difícil de perceber, nos dias de hoje, como foi possível ao nosso país manter em combate a milhares de quilómetros, um tão elevado número de forças durante os treze anos da Guerra.

Segundo o Prof. Dr. António Telo, “podemos considerar dois momentos fundamentais no decurso do conflito no que diz respeito aos apoios externos para a grande estratégia concebida, sendo um facto que as mudanças efectuadas foram tão discretas que ainda hoje são mal conhecidas” (Telo, 2009). No início dos anos 60 registou-se um afastamento em relação à Inglaterra e aos Estados Unidos da América (EUA), o que foi seguido de uma aproximação à França e principalmente à República Federal da Alemanha (RFA). O peso financeiro e comercial da RFA no nosso país já era crescente desde os anos cinquenta, o que se revelou um factor fundamental para apoiar o esforço português. No que diz respeito à França, o facto de na altura ser um importante poder colonial em África e estar envolvida no

¹ Actual Zimbabwe.

² Embora encontremos a designação *Projecto Alcora* em algumas fontes, daqui em diante usaremos a designação *Exercício Alcora*, pois é essa que é utilizada nos documentos oficiais analisados.

³ São várias as expressões que designam a guerra que Portugal manteve em Angola, Moçambique e Guiné entre 1961 e 1974 (Guerra Colonial, Guerra de África, Guerra do Ultramar, etc.). Neste trabalho adoptamos a expressão *Guerra Colonial* como designativa desse conflito.

conflito da Argélia, condenado pela Organização das Nações Unidas (ONU), a aproximação desenvolveu-se de forma natural. Tal como no caso alemão, a aproximação político-militar foi acompanhada por um estreitar dos laços comerciais e económicos com a França.

A França e a RFA foram os grandes apoios na primeira fase da Guerra Colonial, mas a partir de meados da década de sessenta surgiram os primeiros entraves. No que respeita à França, a Guerra da Argélia tinha terminado com a decisão de dar a independência à antiga colónia; no caso da RFA, a prioridade era agora a aproximação ao Leste europeu.

Sendo os apoios franceses e alemães cada vez mais escassos, Portugal procurou desenvolver alternativas e decidiu apoiar a independência da Rodésia do Sul⁴ o que permitiu, em 1967, assinar um conjunto de acordos de cooperação no campo económico, no da emigração, no do abastecimento de energia e na cooperação militar. Algum tempo depois, é com a RAS que Portugal assina novo conjunto de acordos semelhantes.

Em virtude da política dos governos de Portugal, da RAS e da Rodésia, que estava em contradição com a tendência geral, estes três países tornaram-se o alvo de activas manobras que procuravam uma alteração das políticas seguidas. Estas manobras chegaram a um ponto em que se tornou necessário a conjugação de esforços dos três Estados (AHM, FO/7/B/44/370/4). A partir de 1970, começaram-se a estabelecer reuniões conjuntas entre estes três países e o que se desenhou foi um entendimento estratégico que englobou toda a África Austral. Em termos militares esse entendimento passou por um amplo conjunto de acordos, abarcados no projecto de defesa dos territórios “Alcora”. A aproximação a estes países africanos não chegou a concretizar-se completamente, uma vez que se deu o 25 de Abril numa altura em que esta era ainda secreta e pouco conhecida.

O conhecimento sobre o Exercício Alcora é ainda incompleto, a documentação está dispersa e resulta de algumas investigações recentes, desconhecendo-se de que forma foi determinante no desenvolvimento do esforço de guerra nos ex-territórios ultramarinos, daí a utilidade em revelar as pretensões de um acordo até à pouco tempo desconhecido, que demonstra a habilidade das autoridades portuguesas em tentar contornar a oposição sentida no seio da sociedade internacional.

No nosso trabalho analisamos as diversas alianças que Portugal estabeleceu para apoiar a Guerra Colonial, desde a década de cinquenta, em que a guerra era ainda um dos cenários possíveis, até Abril de 1971, data da reunião Alcora em que estiveram presentes, pela primeira vez, delegações dos três países interessados. Pretendemos analisar mais aprofundadamente os campos de actuação do Exercício Alcora que resultaram das reuniões entre Portugal, RAS e Rodésia que ocorreram em 1970 e 1971.

Um trabalho de investigação que se proponha a analisar este tema em todo o seu espectro e a analisar todas as implicações que daí pudessem advir revela-se de uma enorme complexidade, extensão e suposição somente ao alcance dos historiadores mais experientes. Por este motivo

⁴ A Rodésia do Sul, após a declaração de independência, passou a chamar-se Rodésia.

e com o intuito de sermos mais precisos no nosso estudo, optamos por limitar a nossa investigação até à data da primeira reunião tripartida e apresentar as áreas onde a cooperação pretendia actuar, analisando todo o caminho de política cooperativa que Portugal seguiu até à data da primeira reunião tripartida, daí resultando a questão central do nosso trabalho: ***Quais os objectivos iniciais estabelecidos pela aliança assinada entre Portugal, República da África do Sul e Rodésia, conhecida como Exercício Alcora?***

Para se perceber o caminho percorrido até se conseguir responder a esta questão, analisamos o sistema de alianças em que Portugal se orientou durante o período da Guerra Colonial, a proposta sul-africana de um plano de defesa para a África Austral e as medidas resultantes do acordo inicial estabelecido entre os três países em Outubro de 1970 e posteriormente alterados em Abril de 1971.

Para o nosso trabalho propomos as seguintes questões derivadas:

- Questão derivada 1: Que incidentes levaram a que o apoio dos EUA e de Inglaterra a Portugal se esmorecesse?
- Questão derivada 2: Aquando o afastamento dos EUA e da Inglaterra, quais as razões que ditaram uma aproximação política, e posteriormente um afastamento, a França e à RFA?
- Questão derivada 3: Que fundamentos levaram a que se estabelecessem acordos com países da África Austral?
- Questão derivada 4: Quais os incidentes que levaram a RAS a tomar a iniciativa sobre um plano de defesa para a África Austral?
- Questão derivada 5: Qual a razão pela qual Portugal aceitou prontamente discutir a elaboração desse plano?
- Questão derivada 6: Em que altura e por que razão a Rodésia entra neste projecto?

Considerando a nossa questão de partida, apresentámos as seguintes hipóteses:

- Hipótese 1: Tal como disse Salazar, a partir de certa altura e relativamente à questão colonial, Portugal encontrou-se “orgulhosamente só”.
- Hipótese 2: As autoridades sul-africanas tomaram a iniciativa sobre um plano de defesa para a África Austral porque notaram que Portugal não aguentaria por muito mais tempo a guerra e isso punha o seu regime em causa.
- Hipótese 3: O Exercício Alcora foi um exercício exclusivamente militar.

Para a redacção deste TIA usou-se a metodologia científica usada no âmbito das Ciências Sociais tendo-se utilizado como referência as *Orientações para Redacção de Trabalhos*, da Academia Militar e o *Guia Prático sobre a Metodologia Científica para a Elaboração, Escrita e Apresentação de Teses de Doutoramento, Dissertações de Mestrado e Trabalhos de Investigação Aplicada* de Manuela Sarmento.

A citação e a referência de documentos constantes no presente Trabalho encontram-se segundo a quinta edição das normas definidas pela American Psychological Association (APA), publicadas em 2001.

As formas que iremos utilizar, em termos de documentação escrita, são as **fontes** (os documentos oficiais) e a **bibliografia**. As fontes utilizadas provêm da pesquisa documental efectuada no Arquivo Histórico Militar (AHM), no Arquivo Histórico-Diplomático (AHD) e no Arquivo Defesa Nacional (ADN). Livros, revistas, jornais, páginas Web, dissertações de mestrado e teses de doutoramento relativas ao tema de estudo do Trabalho de Investigação representam a bibliografia utilizada.

O modelo de investigação do trabalho está representado pela Figura 1.

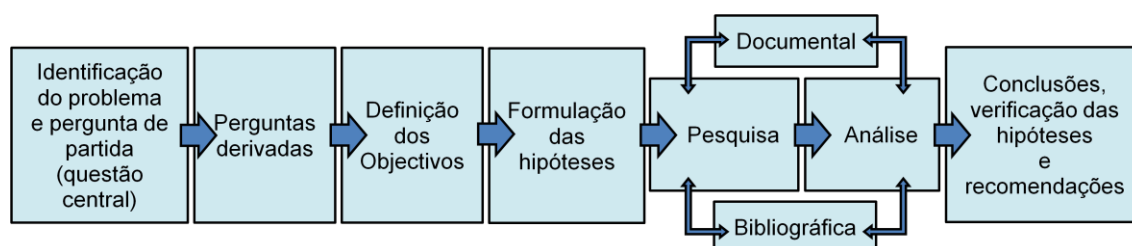


Figura 1 – Modelo de Investigação do Trabalho

O presente TIA está dividido em quatro capítulos.

No primeiro capítulo são analisadas as relações de cooperação entre Portugal e os tradicionais aliados ocidentais, EUA, Inglaterra, França e RFA, desde a década de cinquenta até ao início da década de setenta, de modo a perceber se existiu, ou não, um afastamento destes face à política colonial que Portugal seguia em África. Na suposição de que este afastamento tenha ditado a aproximação do nosso país aos países com governos brancos da África Austral, a RAS e a Rodésia, tratamos o assunto no segundo capítulo.

No terceiro capítulo é analisada a proposta sul-africana para um plano de defesa conjunto da África Austral. Esta proposta foi a génese do que veio a ser o Exercício Alcora, pois foi nela que se identificaram, do ponto de vista sul-africano, quais eram as principais deficiências à administração portuguesa em África, às tácticas utilizadas e às principais ameaças existentes, quer para os territórios de Angola e Moçambique, quer também para a RAS e para a Rodésia e onde foi também demonstrada a disponibilidade para um maior apoio das forças militares sul-africanas às forças militares portuguesas em Angola e Moçambique.

O quarto capítulo é referente à análise do acordo base do Exercício Alcora, mais especificamente às alterações decorrentes a este acordo nas reuniões de Pretória entre 30 de Março e 1 de Abril de 1971, naquela que foi a primeira reunião em que os três países interessados estiveram presentes.

O trabalho termina com as conclusões, onde se analisam as hipóteses levantadas, onde se indicam as principais reflexões referentes ao estudo feito e onde se identificam as principais dificuldades sentidas durante a investigação e se fazem algumas recomendações.

CAPÍTULO 1: OS APOIOS DOS TRADICIONAIS ALIADOS OCIDENTAIS À GUERRA COLONIAL

Em 1965, num discurso alusivo à tomada de posse dos membros da Comissão Executiva da União Nacional, Salazar proferiu a frase “orgulhosamente sós”, referindo-se à política colonial portuguesa. Neste capítulo, vamos fazer uma breve análise sobre as relações mantidas por Portugal com os principais aliados, desde a década de cinquenta até início da década de setenta, altura em que o governo português orienta o seu esforço para alianças com os países da África Austral.

Os países em análise são os EUA, a Inglaterra, a França e a RFA. A escolha destes países, em detrimento de outros, justifica-se pelo papel destacado que tiveram nos desenvolvimentos da política do Estado Novo, em África ou junto das organizações internacionais saídas do pós Segunda Guerra Mundial, em termos políticos, económicos ou militares.

Segundo Tiago Moreira de Sá, a participação de Portugal enquanto membro fundador da Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO), significou a sua inserção no sistema de defesa do Ocidente. Não obstante as razões que levaram os países fundadores a convidar Portugal para participar nessa organização, a participação do nosso país na NATO significou a formalização da aceitação internacional do regime salazarista e o seu alinhamento com as potências ocidentais no cenário de guerra fria que se viveu no pós-1945 (2007, p. 65).

No entanto, na opinião de António Telo (1994, p. 355), em meados da década de cinquenta a posição da sociedade internacional “muda por vários motivos”. O principal é que a vaga de nacionalismo se revelou imparável. Deste modo, vários países ocidentais entre os quais EUA e Inglaterra, aperceberam-se que a política de resistir frontalmente à vaga nacionalista emergente no continente africano conduzia a desastres ao ponto de concluírem que “a auto-determinação por acordo mútuo permite manter o essencial da anterior influência”, estando assim patente uma mudança na ideologia até então mantida de indiferença às questões coloniais.

Segundo Pedro Aires de Oliveira, a última metade da década de 50 coincidiu com o fim da serenidade e do isolamento em que até então viveu o império africano de Portugal pois, “o mundo colonial estava a mudar rapidamente e as ondas de choque dessas transformações não podiam deixar de se repercutir no ultramar português” (2007, p. 177).

Portugal tomou consciência que o conflito armado nos territórios ultramarinos seria apenas uma questão de tempo. Vendo-se na iminência de uma guerra, Portugal procurou desenvolver esforços em várias frentes, ora procurando o apoio dos tradicionais aliados, ora procurando novas alternativas, mas sempre concentrado na sua opção política de manter os territórios ultramarinos.

O que nos propomos neste capítulo é mostrar que ao contrário do que dizia Salazar, nunca estivemos “orgulhosamente sós” relativamente à questão colonial.

1.1. AS RELAÇÕES ENTRE PORTUGAL E OS EUA

Para a análise das relações bilaterais entre Portugal e EUA remetemo-nos a 1951, ano em que foram assinados dois importantes acordos: o Acordo de Auxílio Mútuo para a Defesa e o Acordo de Defesa entre Portugal e os Estados Unidos (Sá, 2007, p. 65). O primeiro acordo destinava-se a regulamentar o fornecimento de equipamento militar americano e a solidificar uma defesa integrada na área do Atlântico Norte; já o segundo, estipulava o compromisso português de conceder as bases do arquipélago dos Açores ao governo dos EUA em caso de guerra na qual estivessem envolvidos durante a vigência do Tratado do Atlântico Norte e assegurava ainda a ampliação das instalações militares que existiam e a construção de novas (Sá, 2007, p. 66).

Nos restantes anos da década de cinquenta, as relações decorreram sem grandes sobressaltos até que em 1961 e parte de 1962, um “momento de crise e quase ruptura” originado, na opinião de Luís Nuno Rodrigues (2004, ¶ 7), por dois tipos de desenvolvimentos. Por um lado, com a subida ao poder da nova administração norte-americana, presidida por John F. Kennedy, no início de 1961, assistiu-se a uma reformulação da política norte-americana no que diz respeito ao continente africano, abraçando a causa da auto-determinação e da independência dos novos países africanos (Rodrigues, 2004, ¶ 7). Por outro lado, foi também em 1961 que “eclodiram as primeiras revoltas contra o domínio colonial português em Angola, sendo que o governo português reagiu de forma determinada e iniciou um longo esforço de guerra” que se prolongou até 1974 (Rodrigues, 2004, ¶ 7).

Ao longo de 1961 existiram vários acontecimentos, entre eles o assalto ao *Santa Maria* e a *Abrilada* (ver Apêndice A), que arrefeceram as relações entre os dois países. No entanto, os EUA desenvolviam esforços diplomáticos de forma a não colocar em causa as suas orientações políticas e por outro lado a não descuidar aqueles que, segundo Kohler⁵, eram os seus objectivos primordiais em relação a Portugal: a introdução de “reformas” nos territórios ultramarinos portugueses e uma “transição ordeira”, que não implicasse a repetição do “caos existente em Portugal antes de Salazar assumir o poder” (Rodrigues, 2004, ¶ 14).

Dois outros factores importantes de atrito nas relações luso-americanas durante a administração Kennedy foram “a nova política adoptada pelo governo americano no que diz respeito à venda de armas a Portugal”, pois determinava que os EUA não deveriam autorizar a exportação comercial de armas para ambos os lados do conflito e ao mesmo tempo

⁵ Foy Kohler, à data secretário de estado adjunto norte-americano para os assuntos europeus.

assegurarem que Portugal “não estaria a desviar para África equipamento militar”⁶ (Rodrigues, 2004, ¶ 26); e também a ocupação militar, igualmente em 1961, de Goa, Damão e Diu pela União Indiana, pois “foi interpretado pelo governo português uma consequência directa da falta de firmeza por parte dos responsáveis políticos norte-americanos que, (...) poderiam facilmente ter evitado o sucedido” (Sá, 2007, p. 69).

Foi a partir de meados de 1962 que a tensão existente entre Portugal e EUA tendeu a desanuviar-se e os principais pontos de choque criados foram, na sua maioria, gradualmente suprimidos (Rodrigues, 2004, ¶ 36), podendo dizer-se que a mudança da política americana para com Portugal se deveu, acima de tudo, à importância da base militar que os EUA possuíam nos Açores” (Rodrigues, 2004, ¶ 37), pois o acordo que permitia a manutenção dessa base, terminava justamente em 31 de Dezembro desse ano. Portugal possuía assim um importante “trunfo diplomático”.

Segundo Rodrigues, “a política seguida por Portugal em torno da questão dos Açores teve como objectivo essencial uma mudança de comportamento por parte dos Estados Unidos, justamente naquelas áreas em que Portugal mais se ressentira pela nova política americana iniciada em 1961. A estratégia adoptada foi a de não renovar o acordo das Lajes, manter as negociações em curso e autorizar os americanos a permanecer enquanto estas continuassem. Portugal reservava para si a opção de declarar as negociações por terminadas sempre que o governo americano “pisasse o risco” e voltasse às políticas de 1961. O governo português utilizava assim a base das Lajes e a sua importância estratégica para os Estados Unidos com o intuito de moderar o posicionamento deste país em relação à política colonial portuguesa” (2004, ¶ 52).

De facto, a partir daí a mudança da política norte-americana em relação a Portugal começou a notar-se em diversas áreas. Da análise efectuada por Rodrigues (2004, ¶ 63), verificou-se o “quase desaparecimento” das declarações públicas de políticos norte-americanos em relação à questão colonial portuguesa; as leis que proibiam a venda de armamento a Portugal que pudesse ser utilizado no Ultramar passaram a ter um controlo menos rigoroso; o governo dos EUA alterou a sua posição no que diz respeito a contactos com movimentos nacionalistas, nomeadamente angolanos; e por fim a alteração de comportamento na ONU, denotando-se assim um regresso a posições mais tolerantes com o colonialismo português.

Após 1961, Portugal não sentiu da parte dos EUA “uma pressão suficientemente incómoda para fazer perigar a estabilidade do regime e a continuação das Guerras Coloniais” (Rodrigues, 2004, ¶ 68).

Quando Lyndon Johnson assumiu o poder em 1964, esta tendência saiu reforçada e as relações entre Portugal e os EUA entraram num estágio de “relativa tranquilidade institucional” (Sá, 2007, p. 71), muito por causa do esforço político e militar que o governo norte-americano despendia com a guerra no Vietname, ficando Portugal a contar “com uma verdadeira *neutralidade colaborante* por parte dos americanos no que respeita à sua política colonial e, por conseguinte, ao essencial da sua política externa” (Rodrigues, 2004, ¶ 68).

Apesar dos esforços de apaziguamento de opções passadas, o “período de maior fricção” deixou “marcas, mágoas e desconfianças mútuas” (Rodrigues, 2004, ¶ 68) que se fizeram

⁶ Isto porque os EUA consideravam que o envio de equipamento militar americano, fornecido no âmbito da NATO, para África, constituía uma infracção do artigo primeiro do Acordo de Auxílio Mútuo para a Defesa (Afonso & Gomes, 2010, p. 59).

sentir durante mais alguns anos e que nem a substituição de Salazar por Marcello Caetano na presidência do Conselho vieram dissipar, uma vez que para os norte-americanos “não eram de esperar mudanças significativas na política interna e externa de Portugal” (Sá, 2007, p. 73).

No final da década de sessenta, as relações bilaterais entre Portugal e EUA conheceram um novo período favorável com a subida ao poder da administração Nixon em 1969, mas que viria a ser de curta duração. Pouco tempo depois, num encontro entre Nixon e Franco Nogueira⁷, o presidente fez questão de sublinhar que “Portugal não merecia ter sofrido a pressão dos Estados Unidos relativamente à questão africana e que essas políticas não iam ao encontro dos interesses da América” (Sá, 2007, p. 73). Porém, a reavivada importância dada a Portugal por parte da Administração Nixon, extinguiu-se rapidamente por se diluir no “contexto das problemáticas estratégicas” que nesse período temporal monopolizavam as preocupações norte-americanas (Sá, 2007, p. 74). Na base desta *diluição* estiveram principalmente, a *détente* Leste-Oeste⁸, o insucesso no Vietname e o escândalo do caso *Watergate*. Estes dois últimos acontecimentos⁹ enfraqueceram de tal forma a Administração Nixon, que não foram capazes de se oporem às crescentes críticas internas “pela sua indiferença face à questão da autodeterminação das colónias portuguesas” (Sá, 2007, p. 76). Estas críticas viriam a culminar numa emenda ao *Foreign Assistant Act*, em 1972, que proibiram os EUA de consentirem a Portugal assistência militar ou económica que pudesse servir o esforço de guerra português em África (Sá, 2007, p. 77). Estas medidas foram vistas pelo governo português “como um acto hostil por parte de um país aliado que beneficiava das facilidades de uma base militar em território português” (Sá, 2007, p. 77).

O clima de crispação decrescente observado no final da década de sessenta e início da década de setenta nas relações bilaterais entre Portugal e EUA (observado, por exemplo, na renovação do acordo entre Portugal e EUA para a utilização da Base dos Açores em 1971) (Afonso & Gomes, 2010, p. 637), foi interrompido dado os acontecimentos de 1972. Foi neste clima de crispação relativa que se mantiveram as relações até à queda do regime português em Abril de 1974 e ao consequente fim da Guerra Colonial.

1.2. AS RELAÇÕES ENTRE PORTUGAL E A INGLATERRA

Na opinião de Oliveira (2007, p. 170), foi a partir de 1957 que a “boa estrela” de Salazar e do Estado Novo em Inglaterra começou, por diversos motivos, “a perder muito do seu antigo

⁷ Então Ministro dos Negócios Estrangeiros.

⁸ Com o final da Segunda Guerra Mundial, emergiram duas grandes potências, os EUA e a URSS. Devido à diferença de poder entre as duas potências e o resto do mundo ser tão acentuada, o que se constituiu foi um sistema global bipolar, em que os EUA defendiam o capitalismo e a URSS defendia o socialismo, ao que se seguiu um período em que, genericamente, cada um dos sistemas tentou superar o outro. Este período ficou conhecido como Guerra Fria. A *détente* surgiu como um meio de responder às “oscilações na balança global do poder”, no fundo, criou-se um modo de relacionamento entre os dois países que, gradualmente, visava a diminuição da inflexibilidade dos dois blocos político-militares contrários (Sá, 2007, p. 31).

⁹ O “caso Watergate” levaria mesmo à renúncia do presidente Nixon em Agosto de 1974.

brilho”¹⁰. Na mente dos diplomatas ingleses começavam a levantar-se dúvidas sobre a possibilidade de os territórios ultramarinos portugueses se manterem indiferentes às mudanças que ocorriam no resto do continente africano” (Oliveira, 2007, p. 187), tanto mais que os sinais de que a Inglaterra pudesse “demarcar-se ou enveredar por uma neutralidade comprometedora” (Oliveira, 2007, p. 211) nas votações de resoluções da ONU, visando a posição colonial portuguesa, foram-se multiplicando.

Mesmo assim, a Inglaterra mostrava-se como um importante aliado de Portugal no início da década de sessenta, mas essencialmente para assuntos económicos. Em Março de 1961, a Inglaterra manifestou-se com fortes reservas à nova política anunciada pelos EUA em relação ao colonialismo português (Rodrigues, 2004, ¶ 54) e isso espelhou-se nas palavras de Franco Nogueira (2011, p. 303) ao afirmar que junto de outros governos ocidentais, a Inglaterra não fazia “diligências antiportuguesas”; que junto de governos africanos e de países da comunidade britânica, limitava-se a declarar em privado a sua discordância da política portuguesa; na ONU, as afirmações dos representantes ingleses eram moderadas; e os votos contrários a Portugal eram raros, resguardando-se geralmente na abstenção.

Mas, mesmo em “privado”, como afirmava Franco Nogueira, a velha aliança começou a dar sinais de fragilidade. Um mês após as afirmações do ministro português, Inglaterra actualizou, internamente, a sua posição. Para o Secretário de Estado do Foreign Office, Sir Alec Douglas-Home, “a dinâmica de mudança em África era demasiado forte para que os portugueses lhe pudessem resistir pela força das armas e um maior investimento na política de assimilação dificilmente anularia as reivindicações independentistas” (Oliveira, 2007, p. 235), salientando que o Governo português não poderia esperar o apoio inglês a uma política que em muitos aspectos consideravam desajustada, isto porque o sistema colonial inglês era muito diferente do português. Segundo Afonso e Gomes (2010, p. 234), contrariamente às colónias portuguesas, as colónias britânicas eram dotadas de uma constituição e de um governo próprio. Quando a guerra em Angola começou, a Inglaterra não apoiou, mas também não pressionou politicamente o Governo português para adoptar uma política diferente (Barreto & Mónica, 1999, p. 85).

Em fins de 1961, Portugal invocou formalmente a aliança para pedir ajuda contra a invasão indiana de Goa. A Inglaterra respondeu negativamente alegando que os tratados em que se apoiavam a aliança luso-britânica não se aplicavam visto a Índia ser um membro da *Commonwealth* e nesse momento o governo português confirmou o que já era evidente desde a 2ª Guerra Mundial: “a aliança inglesa tinha deixado de cumprir a função tradicional, por razões que tinham a ver com a mudança do sistema internacional, o imobilismo português e a perda de poder relativo britânico”. Dos três países da Europa Ocidental, a Inglaterra foi quem menos apoiou a guerra colonial entre 1961 e 1974 (Barreto & Mónica, 1999, p. 86).

¹⁰ Como por exemplo, a visita da Rainha de Inglaterra a Portugal e no ano seguinte, em 1958, a eleição presidencial da qual saiu derrotado Humberto Delgado.

Por razões que já referimos, o ano de 1961 foi de sobremaneira hostil às intenções portuguesas em África. No entanto, a partir de 1962 observou-se por parte do governo inglês, tal como em relação a outros aliados, uma tentativa de reaproximação. Ainda era reconhecido por parte de Inglaterra quer a influência estabilizadora do regime de Salazar na Península Ibérica, quer a mais-valia estratégica dos Açores, o que fez com que se relegassem para um plano inferior quaisquer reservas que pudessem existir.

Na opinião de Oliveira (2007, p. 480), “as apreensões que os dois países partilhavam relativamente à penetração do comunismo, por um lado, e à interferência de alguns organismos internacionais nos seus territórios ultramarinos, por outro, permitiram que os respectivos governos mantivessem várias modalidades de cooperação no plano colonial. (...) Essa cooperação estender-se-ia também à esfera económica e teria importantes reflexos na posição colonial portuguesa”.

Não desfazendo esta tentativa de reaproximação, em 1965, com a declaração de independência da Rodésia¹¹ apoiada pelo governo português, abriu-se um novo conflito entre Portugal e a Inglaterra que levou ao bloqueio do porto moçambicano da Beira (ver Apêndice B) pelas forças navais britânicas, tendo sido mais um entrave nas, já de si tensas, relações luso-britânicas.

De certa maneira, a frieza das relações com o governo de Inglaterra em relação aos problemas africanos contrastava com a realidade na Europa. Aí, Portugal entrou na Associação Europeia de Livre Comércio (EFTA¹²) pela mão de Inglaterra e apoiou a política inglesa sobre o Mercado Comum até muito tarde. A entrada na EFTA favoreceu o comércio com a Inglaterra, que manteve valores elevados durante todo o Estado Novo (Barreto & Mónica, 1999, p. 86).

Em suma, o apoio prestado pelo velho aliado a Portugal tendeu a desvanecer-se à medida que a Guerra avançava e a pressão internacional aumentava. Depois de um pós Segunda Guerra Mundial relativamente calmo nas relações entre os dois países, na entrada da década de sessenta, a política de descolonização seguida por Inglaterra veio afectar a posição destes na sociedade internacional. Se por um lado não queriam afectar as suas ligações seculares com Portugal, por outro não poderiam apoiar algo que não defendiam enveredando por uma posição de “neutralidade colaborante”, tal como os EUA.

A Portugal restou, como veremos adiante, desenvolver esforços diplomáticos para estabelecer ou aprofundar alianças com outras potências europeias.

1.3. AS RELAÇÕES ENTRE PORTUGAL E A FRANÇA

Durante a década de cinquenta, segundo Daniel Marcos, “a troca de impressões entre os dois governos acerca de uma política tendente à perpetuação da permanência colonial em África” (2006, p. 23) foram recorrentes e até ao final desta década as relações entre estes dois países

¹¹ Ver Capítulo 2.

¹² Do inglês European Free Trade Association. A EFTA é uma organização intergovernamental criada para a promoção do livre comércio e da integração económica para benefício dos seus membros. Foi fundada em 1960 por Inglaterra, Portugal, Áustria, Dinamarca, Suécia, Noruega e Suíça. Portugal abandonou esta organização em 1985 para se tornar membro da Comunidade Económica Europeia (CEE). À EFTA pertencem actualmente a Islândia, o Liechtenstein, a Noruega e a Suíça (disponível em: www.efta.int acedido a 15 de Fevereiro de 2011)

caracterizaram-se pela cumplicidade demonstrada, nomeadamente no que tocou à causa africana.

Em Outubro de 1960, o então ministro dos Negócios Estrangeiros português e posteriormente embaixador português em Paris, Marcello Mathias, deslocou-se a França com o objectivo de conquistar o apoio daquele país aliado em relação à política colonial portuguesa (Marcos, 2006, p. 31). Até à demissão, em 1969, do General De Gaulle, “a França manteve-se como uma das mais valiosas aliadas do Governo português”, conseguindo conciliar os seus interesses com os do governo português, principalmente em relação às questões africanas (Marcos, 2006, p. 31). Apesar do rumo que o governo francês escolheu, de dar a independência à Argélia em 1962, ter sido recebido, em Portugal, “com uma mistura de receio e de preparação para a perda de uma importante aliada na manutenção do colonialismo europeu em África”, os dois governos tentaram sempre garantir as boas relações luso-francesas porque, tal como Portugal, também a França tinha sido vítima de fortes ataques na ONU pelas suas tomadas de posição “imperialistas” durante a guerra na Argélia, utilizando esta organização internacional como o principal ponto de união entre os dois países (Marcos, 2007, p. 49 e Marcos, 2006, p. 33). A este respeito, refere Pedro Santos (2007, p. 107), além de ter criticado os outros aliados por se alhearem do apoio a Portugal, a França não teve pudor em reiterar o seu apoio.

Segundo Marcos (2006, p. 34), “apesar de as políticas coloniais destes dois estados deixarem de convergir, o facto de a França ter adoptado uma política descolonizadora que passou por uma solução quase sempre rápida e pacífica, granjeou-lhe o reconhecimento por parte dos novos estados africanos. Este reconhecimento transformou-se numa vantagem preciosa para o regime salazarista uma vez que permitiu a pressão da França a favor de Portugal junto dos estados africanos”.

Por sua vez, o general Charles De Gaulle¹³ via nas “recentes” crispções entre Portugal e EUA, a oportunidade ideal para enfrentar o poder norte-americano e acusou-o de falta de solidariedade para com os aliados europeus, pois tinha em vista dificultar o aumento da influência americana no continente africano, região que a França considerava como de sua influência (Marcos, 2007, p. 34), tornando assim evidente que o apoio da França a Portugal servia os interesses dos dois países.

Como salienta Marcello Mathias, na altura embaixador português em França, citado por Marcos, “se no Poder não estivesse um homem com o temperamento difícil de De Gaulle, há muito que a França já nos teria abandonado” e continuava, “o anti-americanismo do General, uma constante íntima da sua maneira de ser, o seu desejo de preservar a nossa África de uma ocupação americana e a ideia de uma Europa independente dos grandes blocos, para o qual é necessária a estabilidade da Península Ibérica” era o que justificava “a ajuda deste país e o apoio da fortíssima autoridade e personalidade do General” (Marcos apud Mathias, 2007, p. 146).

Quando se iniciou a guerra em Angola, levantaram-se grandes problemas para Portugal na cena internacional, onde se destacou a França, tornando-se “um dos baluartes de apoio da diplomacia portuguesa na ONU, palco de violentas batalhas contra a política colonial portuguesa, e na cena internacional em geral” (Marcos, 2007, p. 75).

As boas relações entre Portugal e França conduziram a que estas, na opinião de Marcos, “evoluíssem do apoio político para uma forte cooperação militar” (2006, p. 39) e, durante o período das guerras coloniais portuguesas, as importações de material militar de origem

¹³ Presidente da República francesa de 1959 a 1969.

francesa para Portugal tiveram um enorme relevo para o esforço de guerra português e contribuíram muito favoravelmente para o reforço da posição económica francesa no mercado português (2007, p. 105). Com efeito, neste período os dois países estabeleceram acordos com vista ao reforço de equipamento nos três ramos das Forças Armadas portuguesas. Com base no estudo de Marcos (2006, p. 39), observou-se que foi adquirido aos franceses, por exemplo, autometralhadoras *Panhard*, aviões de transporte *Nord-Atlas*, aviões de ataque ao solo *T-6 Harvard*, helicópteros *Alouette III*, camiões de transporte *Berliet* e fragatas do tipo *Commandant Rivière*.

Em Abril de 1964, com a assinatura do *Acordo para o fornecimento à República francesa de certas facilidades no arquipélago dos Açores*, geralmente designado por *Acordo luso-francês* (Afonso & Gomes, 2010, p. 231), as relações entre os dois países tiveram outro momento de grande importância. Devido ao desenvolvimento do programa nuclear francês, o governo de De Gaulle teve a necessidade de “solicitar um certo número de facilidades” no arquipélago dos Açores que possibilitasse, nas melhores condições, a medição de tiro e recuperação de ogivas, no mar dos Açores. Face a esta necessidade francesa, Portugal tentou ao máximo o adiamento da assinatura dos acordos de concessão das tais facilidades nos Açores passando por um longo processo negocial. Esta situação não se deveu propriamente à complexidade do problema, mas sim a um compasso de espera realizado pelo Governo português (Marcos, 2006, p. 40), garantindo assim, em primeiro lugar, os interesses portugueses.

Após o pico nas boas relações luso-francesas até 1965, na segunda metade desta década observou-se que o relacionamento entre os dois aliados tornou-se notoriamente calculista e não tão voluntarioso como até à data. No entanto, a França continuou a dar todo o seu apoio político a Portugal no seio da ONU (Marcos, 2006, p. 42) e mesmo após as sucessões de Marcello Caetano a Salazar na presidência do Conselho de Ministros (1968) e de Georges Pompidou a De Gaulle na presidência da República francesa (1969), este facto continuou a verificar-se, mas não com o vigor dos anos transactos. Na opinião de Marcos (2007, p. 234), à medida que Pompidou se instalava na Presidência francesa, as relações luso-francesas iam-se distanciando, pois o apoio da França a Portugal começou a ser encarado como “uma cooperação embaraçosa para a retórica humanista da França” (Marcos *apud* Rosas & Oliveira, 2007, p. 234).

Em suma, sem o apoio francês teria sido muito difícil ao governo português resistir da forma como o fez à descolonização. Tanto na cena política internacional como no seio das reuniões bilaterais, Portugal viu na França uma importante aliada para a sua política externa e ultramarina (Marcos, 2007, p. 43), numa altura em que os tradicionais aliados de Portugal se afastavam. Segundo Marcos (2007, p. 246), foi através de escolhas conciliatórias e de interesses comuns, que Portugal e a França garantiram uma parceria indispensável para retardar o processo de descolonização português e ao mesmo tempo permitir que a ditadura continuasse com a sua política de dominação.

1.4. AS RELAÇÕES ENTRE PORTUGAL E A RFA

Segundo Ana Mónica Fonseca, as relações militares na década de cinquenta e no início da década de sessenta entre os dois países tinham um “carácter de equivalência”, isto é, a cedência de meios militares e de tecnologias por parte da RFA era vista como contrapartida às cedências portuguesas para as autoridades militares daquele país (2007, p. 157). Com o início dos conflitos em Angola, a situação tornou-se mais complicada para o nosso país, uma vez que se assistiu a uma intensa discussão dentro do governo alemão entre duas posições opostas: por um lado realçava-se a “importância de auxiliar um aliado da NATO” e também o facto de Portugal ter sido um país que desde sempre tinha apoiado a RFA “nas suas demandas” contra a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e contra a República Democrática Alemã (Fonseca, 2007, p. 158); do outro lado importava o facto de a própria RFA se ter esforçado para “ter influência junto dos novos Estados africanos e junto de todo o bloco afro-asiático” (Fonseca, 2007, p. 158); ou seja, o governo federal alemão tentava manter o apoio a Portugal e ao mesmo tempo procurava afirmar-se em África.

Mesmo observando-se estas dificuldades, Portugal conseguiu obter da RFA meios militares que se tornavam fundamentais para a continuação da Guerra Colonial (Fonseca, 2007, p. 161) e, ao mesmo tempo, as encomendas alemãs à fábrica nacional de munições de armas ligeiras ajudavam a fomentar o investimento militar em Portugal (Afonso & Gomes, 2010, p. 126). De salientar também a concessão de facilidades à Força Aérea Alemã na Base de Beja, tendo sido, na opinião de Fonseca, a principal razão para esta cooperação ter sido “tão frutífera para Portugal” (2007, p. 177).

Entretanto, fruto das complicações orçamentais surgidas, assim como a mudança do contexto internacional da Guerra Fria, a RFA viu-se obrigada a abandonar grande parte dos projectos previstos e acordados com o regime português na segunda metade da década de sessenta. (Fonseca, 2007, p. 184)

Na opinião de Fonseca (2007, pp. 185, 186), as questões económicas foram, conjuntamente com a cooperação militar, “um dos pilares em que assentaram as relações luso-germânicas” durante este período, muito por causa do aumento do financiamento alemão a projectos portugueses através de créditos, mas sempre com a sua posição bem marcada que, segundo uma nota do *Auswaertiges Amt*¹⁴ citada por Fonseca (2007, p. 94), consistia em duas linhas principais: “evitar tudo o que possa ser visto pelos estados afro-asiáticos como um apoio à política colonial portuguesa” e, ao mesmo tempo, “esforçar-se para que em Portugal não se tenha a impressão que a aliança está em risco”.

Segundo Fonseca (2007, p. 193), o apoio vindo da República Federal da Alemanha “chegou a Portugal no exacto momento em que era mais necessário, isto é, numa altura em que o crescente envolvimento na guerra colonial provocava grandes dificuldades ao Estado português. Foi exactamente devido a este factor que a RFA foi acusada de financiar a guerra colonial portuguesa.

¹⁴ Ministério das Relações Exteriores da Alemanha (tradução livre da responsabilidade do autor).

Não o fez directamente, mas permitiu que as autoridades militares dispusessem de meios financeiros para se modernizarem. Ou seja, no momento em que o orçamento do Estado português tinha de financiar a guerra colonial, surgiu da parte da Alemanha Federal a concessão de créditos e empréstimos que diminuíam o encargo com os restantes projectos nacionais metropolitanos”.

Depois de uma primeira metade década de sessenta frutífera e intensa nas relações económico-militares entre os dois países, o ano de 1966 marcou “o início de um arrefecimento das relações luso-alemãs” (Fonseca, 2007, p. 201), agravado em parte pela mudança de governo na RFA. O novo governo, ao ter verificado que o clima de hostilidade entre EUA e URSS resultante da Guerra Fria tendia a diminuir, encetou uma aproximação ao Leste europeu, que ficou conhecida como *Ostpolitik*, designadamente através do estabelecimento de relações comerciais, acusando da parte destes, como observaram Afonso e Gomes (2010, p. 292), cada vez mais dificuldades em tomar atitudes que pudessem ser interpretadas como favoráveis a Portugal porque poderiam ter consequências negativas para a política alemã, sobretudo para a tentativa de reunificação do povo alemão.

Mesmo atravessando uma crise económica, a sucessão de Marcello Caetano a Oliveira Salazar, trouxe aos governantes da RFA “uma grande dose de esperança acerca das suas capacidades reformistas” (Fonseca, 2007, p. 221), deixando em aberto uma nova oportunidade para investimentos alemães em Portugal, mas de âmbito civil. A partir desta data não se voltaram a verificar acordos militares de monta como aqueles que se verificaram na primeira metade da década de sessenta.

Em suma, mesmo com esta mudança da política alemã constatou-se que ao longo da década de sessenta e início da década de setenta, estas relações evoluíram favoravelmente ao governo português. Baseado no facto de ambos pertencerem à NATO, as relações entre Portugal e a RFA “foram mais além, tornando-se a RFA a principal fonte de material militar para Portugal” (Fonseca, 2007, p. 228), mas verificamos que este relacionamento bilateral também foi proveitoso aos alemães uma vez que a existência em território português de uma base de apoio, em caso de conflito, e de instrução para os pilotos da sua Força Aérea, durante os tempos de paz, tornava a sua defesa mais eficiente, contribuindo para a defesa de toda a Europa Ocidental (Fonseca, 2007, p. 228).

As relações entre os dois países foi sempre norteada pela posição alemã de, como assinala Fonseca (2007, p. 229) “não afrontar, mas também não defender, o governo português e a sua política ultramarina”, mesmo assim, refere o mesmo autor, Portugal recebeu uma ajuda preciosa na reestruturação da indústria de defesa, na renovação do equipamento militar e no aumento da capacidade de defesa aérea.

Por seu lado, como nota Fonseca, “o preço a pagar por Portugal, ou seja, as contrapartidas que Portugal cedeu, foram relativamente ligeiras e até benéficas para o país. A manutenção dos aviões da Força Aérea da RFA nas OGMA [Oficinas Gerais de Material Aeronáutico] foi uma mais-valia para os mecânicos portugueses e a cedência da Base Aérea de Beja, se bem que tenha ficado aquém das expectativas, permitiu a sua reabilitação e melhoramento financiados pelos alemães, que deixaram a Portugal uma importante infra-estrutura de treino para a sua Força Aérea” (Fonseca, 2007, p. 235).

Podemos dizer que Portugal soube, desde cedo, estabelecer uma aliança que se tornou bastante favorável para a situação precária que se veio a desenrolar com a Guerra Colonial vivida, sendo que a aliança diminuiu apenas por razões político-estratégicas da própria RFA.

1.5. SÍNTESE CONCLUSIVA

No cenário adverso á política colonial portuguesa que se começou a desenhar ainda antes da Guerra Colonial ter início e que se estendeu até ao seu término, Portugal, partindo de um isolamento quase total, conseguiu garantir dos tradicionais aliados ocidentais, os apoios mínimos para manter uma guerra condenada pela comunidade internacional.

Começamos este capítulo analisando as relações bilaterais entre Portugal e EUA. Com a chegada de Kennedy ao poder norte-americano, as mudanças que ocorriam em África e os próprios incidentes que abalaram o regime português fizeram com que, nos primeiros anos da década de sessenta, o clima entre Portugal e EUA fosse de crispação. Da análise efectuada, é da nossa opinião que o ano de 1961 foi determinante para a política de alianças entretanto desenvolvida por Portugal. É certo que esse período de “crispação” não foi muito mais longo que um ano, no entanto, foi suficiente para deixar na mente dos governantes portugueses uma imagem de desconfiança e incerteza quanto às intenções norte-americanas.

Mesmo com todas as mudanças no poder de ambos os países (EUA e Portugal) que se observaram ao longo da década de sessenta, não foram suficientes para repor a confiança mútua e o apoio que existira outrora, que só se viria a restabelecer após a queda do regime português de Abril de 1974, mas que também nunca desapareceu por completo.

Ao referirmo-nos a Inglaterra reconhecemos alguma similaridade com o caso norte-americano. Portugal e Inglaterra mantêm a mais velha aliança diplomática do mundo, tendo talvez por isso sido esperado mais apoio dos britânicos do que aquele que realmente se verificou.

Quando nos referimos à política seguida por EUA e Inglaterra, em relação à política colonial portuguesa e ao longo do espaço temporal em análise, assumimos a posição tomada por vários autores de uma “neutralidade colaborante”, ou seja, nem prejudicando nem apoiando em demasia a política nacional e o esforço de guerra português em África.

Se dos EUA e de Inglaterra não se conseguiram os apoios necessários, o que se observou foi uma “inversão de alianças” (Telo, 1994, p. 362). Foi neste contexto que Portugal estreitou a cooperação, que já existia, com a França e a Alemanha.

Portugal fomentou com França uma das mais proveitosas alianças para a política colonial e para o esforço de guerra português com países ocidentais. Como vimos, esta aliança deveu-se muito à opção colonial que a França conservava. Mesmo quando se deu a independência argelina, o apoio a Portugal no seio da comunidade internacional manteve-se. No que respeitou à cooperação militar, os acordos estabelecidos com a França foram essenciais para o reequipamento e renovação do material bélico utilizados nos teatros de operações africanos.

A partir da segunda metade desta década, posteriormente agravado com a subida de Pompidou ao poder, as relações entre os dois países tenderam a decrescer, mas sem alcançarem o clima de crispação verificado nos casos norte-americano e inglês.

A RFA foi, a par da França, outro país fundamental para a condução da Guerra Colonial. Podemos dizer que este país conduziu uma política dupla no que respeita às questões coloniais: por um lado apoiou Portugal, país aliado considerado de extrema importância estratégica, por outro tentou entrar em África e estabelecer relações com os Estados africanos recém-independentes.

Com a opção da RFA de conduzir a *Ostpolitik*, ou seja, uma aproximação aos países europeus de Leste e a crise económica vivida, a questão colonial passou para segundo plano e, a par do que aconteceu com os outros aliados ocidentais de Portugal, as relações arrefeceram.

Pelo que analisamos neste capítulo, Portugal nunca esteve realmente “orgulhosamente só” como defendia Oliveira Salazar. A diplomacia portuguesa foi capaz, embora com dificuldades, de estabelecer os apoios necessários para conduzir uma guerra em três teatros de operações diferentes, em simultâneo e a tão grande distância. O que é um facto é que os “tradicionais” aliados de Portugal, EUA e Inglaterra, e posteriormente os “novos” aliados, França e RFA, a certa altura amenizaram esse apoio, fruto das mudanças políticas internas e do próprio contexto internacional, mas sem nunca terem abandonado o nosso país.

À medida que a pressão internacional aumentou e Portugal estava cada vez mais sozinho na causa africana, mudou novamente a sua política de alianças e orientou esforços para onde mais fazia sentido: África. É a nova reorientação política para alianças com países africanos que vamos analisar no capítulo seguinte.

CAPÍTULO 2: OS APOIOS DA RAS E DA RODÉSIA À GUERRA COLONIAL

Como vimos no capítulo anterior, durante a década de sessenta Portugal necessitou de alargar o leque de países apoiantes da política colonial.

No caso das relações luso-sul-africanas, não obstante a diferença de mentalidades quanto à política racial seguida, os dois países partilhavam a mesma afinidade: “a vontade de exercer o predomínio branco no sul da África” (Moita, 2000, p. 31). Além disso, a RAS era na altura um país africano *europeizado*, com uma economia próspera e com condições para liderar (Moita, 2000, p. 9) pelo que Portugal não podia ignorar ou desaproveitar esse facto.

No que respeitou às relações luso-rodésianas, o período que precedeu a Declaração Unilateral de Independência (DUI) rodésiana foi de bastante instabilidade política na região. Portugal temia que a Rodésia se tornasse um regime negro, o que implicaria não estarem em África mais do que os territórios portugueses e a RAS como “representantes e defensores da civilização do Ocidente” (Barroso, 2008, p. 24). Quando a Rodésia optou por garantir a independência através de uma DUI, Portugal viu desfeita a preocupação de este antigo território inglês cair no poder dos negros e, subjacente a isso, ficarem sob influência comunista da China e da URSS que, dada a proximidade geográfica da Rodésia, poderia ser tão prejudicial aos territórios de Angola (ver Anexo D) e Moçambique (ver Anexo E).

Neste capítulo analisamos a forma como a evolução nas relações entre Portugal e estes dois países da África Austral se desenvolveu e em que campos foi mais explorada e aprofundada, o que levou no início da década de setenta ao estabelecimento de novos acordos que ficaram conhecidos como Exercício Alcora.

2.1. AS RELAÇÕES ENTRE PORTUGAL E A RAS

Portugal e a RAS foram vizinhos com uma longa fronteira comum, tanto na África oriental como na ocidental (ver Anexo F). Segundo Richard Pattee, a vizinhança impôs as suas condições e as suas obrigações e o imperativo geográfico constituiu o elemento indiscutível nas relações entre os dois países (1971, p. 503).

Iniciamos o estudo das relações entre os dois países a partir de 1961, altura em que a União Sul-Africana saiu da Commonwealth (Março), proclamando a República e a total independência de Inglaterra, com o nome de República da África do Sul. Apesar dos problemas políticos que

afectavam a RAS devido ao regime de *apartheid*¹⁵ que vigorava neste país, Portugal sempre encontrou neste “vizinho” africano apoio para a sua política colonial sendo, no início da década de sessenta, um apoio primordialmente político-diplomático no seio da ONU. Na opinião de Maria Faria Moita, foi ao nível da ONU, “perante a agressividade internacional e pelo pouco apoio que consideravam ter dos seus aliados ocidentais” que Portugal e a RAS sedimentaram uma *certa estratégia* de interesses (2000, p. 31).

A aliança entre estes dois países começou a aprofundar-se em Agosto de 1963, quando Salazar escreve a H. Verwoerd, primeiro-ministro sul-africano, afirmando que Portugal e a RAS estavam “quase sós em África”. Salazar alerta Verwoerd que a guerra ainda estava muito longe da fronteira sul-africana, mas que rapidamente lá poderia chegar se Portugal não pudesse resistir. Ainda nessa correspondência declarou o interesse ocidental e claramente da RAS em que tal hipótese não se verificasse, apelando a todas as formas de cooperação que pudessem ser dadas a Portugal nos territórios de Angola e Moçambique referindo a sua utilidade quer para a causa portuguesa, quer para a própria defesa sul-africana (Afonso & Gomes, 2010, p. 196). A resposta não tardou e pouco tempo depois, o primeiro-ministro sul-africano enviou a Portugal um emissário secreto para definir o tipo de ajuda e cooperação possível no âmbito da Defesa e das Informações. (Cervelló, 2010, p. 213).

Para Afonso e Gomes, “a carta de Salazar a Verwoerd tem o significado de uma declaração de aliança entre dois políticos foragidos da comunidade internacional, sucessivamente condenados e que assumiram para si mesmos o papel de defensores da civilização ocidental em África” (2010, p. 197)

Apesar dos progressos na cooperação militar entre os dois países, a cooperação económica foi um dos campos onde esta aliança atingiu mais visibilidade na primeira metade da década de sessenta. Foi formada em 1963 a Câmara de Comércio Sul-Africana-Portuguesa, com o intuito de regular o comércio luso-sul-africano; em Fevereiro de 1964, foi inaugurado o Instituto Económico Sul-Africano-Português, cujo objectivo era o estudo dos problemas económicos e comerciais entre a RAS e os territórios de Angola e Moçambique; em Outubro de 1964 foram assinados entre Portugal e a RAS um conjunto de acordos sobre o emprego de trabalhadores de Moçambique em algumas minas da África do Sul e sobre a utilização do rio Cunene no sul de Angola; e em 1965 foi fundado o Banco de Lisboa e África do Sul, com o fim de contribuir para a criação do mercado comum da África Austral, todos estabelecidos em Joanesburgo (Pattee, 1971, p. 519 e Afonso & Gomes, 2010, p. 246).

Acerca do aproveitamento hidroeléctrico do Cunene, este representou, segundo Afonso e Gomes, um passo muito importante nas relações entre Portugal e a África do Sul. Em termos militares, a protecção das barragens constituiu um excelente pretexto para a cooperação entre militares dos dois países, que se reforçou continuamente a partir desta data (2010, p. 249). Estes acordos de 1964 revestiram-se de especial importância para ambos os países. Portugal,

¹⁵ Política sul-africana que orientou as relações entre a minoria branca e a maioria negra. Tinha por base a separação racial e a discriminação política e económica dos negros. A doutrina do *apartheid* nasceu em 1950 e dividiu a população sul-africana em negros, mestiços e brancos. Para além da separação territorial dos vários grupos étnicos, também foi legitimado o desenvolvimento paralelo e separado das raças. Este regime foi abolido em 1991.

como já vimos, era alvo de duras críticas no seio da sociedade internacional devido à política colonial que conduzia; também a RAS enfrentou um difícil período de acusações por parte das organizações internacionais a que pertencia, nomeadamente da Organização de Unidade Africana (OUA), da Organização Mundial de Saúde (OMS) e da ONU (Cervelló, 2010, p. 257). Foi afinal o isolamento internacional que reforçou os laços de cooperação entre Portugal e a RAS.

Numa intervenção na Assembleia Geral da ONU, em 1965, Franco Nogueira mencionou qual o princípio fundamental da diplomacia portuguesa nesta altura. Referiu a pronta cooperação com todos os países, particularmente com os países mais afins ou que tinham com Portugal fronteiras comuns em África. Foi a “referência clara” de que Portugal desejava a colaboração da RAS enquanto vizinho mais poderoso e mais extenso (Pattee, 1971, p. 513).

Outro marco importante no reforço de cooperação entre Portugal e a RAS deu-se em meados de 1967 quando o General (Gen) Câmara Pina, então Chefe de Estado-Maior do Exército (CEME), expôs às autoridades militares sul-africanas os materiais mais críticos¹⁶ que poderiam materializar o auxílio a Portugal, com o fundamento no facto de “estar Portugal *indiscutivelmente a pôr um dique ao alastramento da subversão para a África do Sul*”. Esta exposição inseriu-se numa série de encontros e visitas mútuas, que vieram a tomar corpo institucional a partir de 1970, com a aprovação do Exercício Alcora (Afonso & Gomes, 2010, p. 406).

De facto, a partir de 1968, a RAS aumentou o seu empenhamento em Angola, especialmente através de acções de apoio da sua Força Aérea. As autoridades sul-africanas começaram por fornecer helicópteros *Alouette III* com o intuito de serem operados por pilotos portugueses, mas rapidamente esse apoio evoluiu para o fornecimento de tripulações e finalmente foram destacadas companhias das Forças de Defesa da África do Sul (SADF) (Afonso & Gomes, 2010, pp. 406, 445). Segundo Afonso e Gomes, “estas unidades terrestres e aéreas operavam em conjunto com forças portuguesas, a partir das bases de Cuíto Cuanavale e Gago Coutinho, onde foram criados Comandos Conjuntos de Apoio Aéreo (CCAA) (2010, p. 445).

Foi ainda em 1968 que foi feita a adjudicação provisória pelo governo português da barragem de Cahora Bassa, ao consórcio ZAMCO, liderado pela RAS e que incluía também empresas alemãs, francesas e italianas. A assinatura do contrato de construção da barragem foi efectuada em Setembro de 1969 (Afonso & Gomes, 2010, pp. 457, 522).

Esta cooperação política e militar entre Portugal e a RAS foi, na opinião de Cervelló, “vital” para ambos: para a RAS porque, ao colaborar na estabilidade das colónias portuguesas mantinha a guerrilha longe das suas fronteiras, assegurando a tranquilidade interior; por outro lado, ao participar em operações conjuntas com as forças portuguesas, estavam a viver uma experiência real em combate. Para Portugal esta cooperação era vital porque conseguia dispor

¹⁶ Das necessidades apontadas por Portugal, constavam granadas e minas diversas, viaturas blindadas, viaturas de transporte, postos de rádio e medicamentos.

de maiores efectivos e de armamento mais moderno, uma vez que a África do Sul comprava com menos restrições (2010, p. 481).

Mesmo com a chegada de Marcello Caetano à presidência do Conselho e à medida que se aproximava o final da década de sessenta, os acordos que uniam os dois países foram-se acentuando.

Em Março de 1970, delegações de Portugal e da RAS, reuniram-se em Pretória para fazerem um ponto de situação das relações entre os dois países, focando os territórios de Angola e de Moçambique. Era a génese o Projecto Alcora, que viria a definir, “até ao mais ínfimo pormenor” a cooperação entre os dois países, a que mais tarde se juntaria a Rodésia. Neste encontro, foi feito pelas autoridades sul-africanas uma exposição sobre a necessidade de um plano de defesa para a África Austral, o qual iremos analisar em detalhe no capítulo seguinte.

2.2. AS RELAÇÕES ENTRE PORTUGAL E A RODÉSIA

No dia 1 de Agosto de 1953, a Rainha de Inglaterra assinou o decreto para o estabelecimento da Federação das Rodésias e Niassalândia, composta por Rodésia do Norte, Rodésia do Sul e Niassalândia. Com a criação da Federação, a Inglaterra “aspirava a desenvolver um dique, uma barreira entre a África ocidental e a África do Sul, uma zona pacífica em que se evitassem os extremos da independência puramente africana e a dominação puramente europeia” (Pattee, 1974, p. 110), com a intenção de “atenuar a influência das forças regionais brancas e racistas” (Durban, s.d., p. 37). No entanto, esta intenção não foi de todo conseguida e a Federação acabou por ser dissolvida em Dezembro de 1963. Em 1964, a Rodésia do Norte tornou-se independente com o nome de Zâmbia (ver Anexo G) e a Niassalândia tornou-se independente com o nome de Malawi (ver Anexo H). A Rodésia do Sul não aceitou a independência nos moldes propostos por Inglaterra¹⁷, o que levou Ian Smith¹⁸ a proclamar a independência da Rodésia do Sul, através de uma DUI, em 11 de Novembro de 1965, sob contornos que iremos analisar adiante.

Segundo Barroso, a partir de 1962, Portugal considerou uma reorientação de alianças o que obrigou ao reforço das relações com a Rodésia do Sul e com a RAS, “com os quais deveria ser considerada a possibilidade e a vantagem de concluir-se pactos militares secretos de assistência mútua local, e formas de cooperação económica a serem regulados por tratados bilaterais” (Barroso *apud* ANTT – AOS/CO/NE-30B: Ensaio sobre os pontos referidos no discurso do Presidente do Conselho na Assembleia Nacional, datado de Abril de 1962, 2008, p. 23).

¹⁷ Os ingleses pretendiam uma maior representação africana no governo; por sua vez, os colonos rodesianos queriam manter os brancos no poder, justificando-se como sendo os “responsáveis pelo progresso das populações” (Barroso, 2008, p. 24).

¹⁸ Ian Smith foi Primeiro-Ministro da Rodésia do Sul de Abril de 1964 a 11 de Novembro de 1965, dia em que se deu a DUI rodesiana. Após esta data foi Primeiro-Ministro da Rodésia até Junho de 1979.

No entanto, a instabilidade em torno da dissolução da Federação e em especial a situação interna da Rodésia do Sul era, na opinião de Barroso (2008, p. 25), “de enorme preocupação para o governo português” (ver Anexo A). Ainda segundo o mesmo autor, a crise rodesiana surgiu do facto de a Rodésia ter sido o único território inglês que “fugiu ao padrão da sua política colonial”, assente em dois pilares diferentes: a independência de colónias onde se tinham erigido importantes comunidades brancas e a independência mais vagarosa de outras colónias onde o poder deveria gradualmente passar para a população nativa quando para isso estivesse preparada. No caso da Rodésia nenhum destes modelos foi aplicado, uma vez que a comunidade branca assumiu o exercício do poder sem obter a independência (2008, p. 26).

Quando se deu a secessão da Federação e o surgimento de novos países com governos nacionalistas negros, foi evidente a preocupação do governo de Salazar, pois poderia significar a intensificação da subversão em Moçambique e Angola (Barroso, 2008, p. 33). Por este motivo, Portugal “teve um interesse muito especial na crise provocada na Rodésia” e viu com bons olhos a decisão rodesiana em alcançar a independência e enfrentar os problemas que daí surgissem, mesmo tendo sido a política de Ian Smith contrária o discurso oficial da integração racial nos territórios portugueses (Barroso, 2008, pp. 33,41).

Até 1964, as relações entre Portugal e a Rodésia do Sul eram escassas. Segundo Barroso, “a primeira importante mudança” aconteceu em Julho desse ano, quando o Cônsul português em Salisbúria, Pereira Bastos, comunicou ao Secretário dos Assuntos Exteriores e da Defesa da Rodésia que Portugal estava disposto a “reconhecer qualquer governo da Rodésia do Sul, baseado ou não na DUI”. Se, no caso da DUI, a Rodésia fosse alvo de embargos ou boicotes, “Portugal iria fazer os possíveis para os mitigar”. A proposta de Pereira Bastos representou uma vontade de estreitamento político com a Rodésia, a qual, se assim fosse entendida ao mais “alto nível” governativo, poderia servir de lubrificante para relações mais estreitas (Barroso, 2008, p. 43).

Na opinião de Barroso (2008, p. 45), *“o aprofundamento das relações entre a Rodésia e Portugal foi sendo alimentado pela partilha da visão que os dois governos tinham das ameaças aos seus interesses: para o governo português, o aparecimento dos movimentos independentistas em Moçambique; para a Rodésia do Sul, a possibilidade de vir a ter um governo negro que retirasse aos brancos o controlo da situação política e o seu nível de vida. Estas ameaças não eram consideradas em separado.”*

Outra ameaça que fomentou as relações entre os dois países foi identificada por Ian Smith: a “marcha do imperialismo comunista” em África. De facto, a emergência fulgurante da China e da URSS no continente africano era uma ameaça aos interesses de Portugal e à sobrevivência da Rodésia e foi também um aspecto central na cooperação entre ambos (Barroso, 2008, p. 50).

Ian Smith, em Novembro de 1965, acabou mesmo por proclamar a independência da Rodésia (ver Anexo J) através de uma DUI, da qual resultou uma série de embargos a este país por parte de Inglaterra e da ONU¹⁹ (Barroso, 2008, p. 63). Estas sanções tiveram de início um “forte efeito na economia rodesiana, mas com o passar do tempo o impacto foi sendo amortecido”, sendo o

¹⁹ Foram declarados embargos à “importação de petróleo e à exportação de um vasto leque de produtos de produção rodesiana, como tabaco, carne, açúcar e minerais”.

abastecimento de petróleo o maior problema (Afonso & Gomes, 2010, p. 298). De facto, a Rodésia dependia do *pipeline* que ligava o porto da Beira a Untali²⁰ e, ao decretar o embargo e ao enviar navios de guerra para o canal de Moçambique (Ver Apêndice B), os ingleses estavam convencidos que desferiam um golpe mortal na economia rodesiana, no entanto, a Rodésia tinha boas alternativas: boas estradas e caminhos-de-ferro para as refinarias da RAS e de Lourenço Marques e também o apoio destes dois Governos (Afonso & Gomes, 2010, p. 298).

Segundo Barroso, quando foi emitida a resolução que sujeitava os membros da ONU a enveredarem pelo embargo económico à Rodésia, Portugal resguardou-se na “legalidade e nas consequências sobre outros países interiores”²¹, (Barroso, 2008, p. 74).

Face a este embargo, o governo português expôs a sua posição, na qual rejeitava “quaisquer responsabilidades especiais na crise suscitada em torno da declaração de independência rodesiana”, considerando impraticáveis as sanções impostas à Rodésia, uma vez que os países envolvidos, para além das colónias portuguesas de Moçambique e Angola, seriam muito mais afectados visto as suas economias estarem “intimamente ligadas e interdependentes” (Barroso, 2008, p. 66), ou seja, Portugal apoiou a sua posição na observância do direito de livre-trânsito e acesso aos portos marítimos sob sua soberania, por parte dos países de interior. (Jardim, 1978, p. 35)

Para Portugal, por não ter aderido às sanções, o comércio com a Rodésia tornou-se “uma excelente oportunidade para reforçar os seus laços comerciais e incrementar os negócios” (Barroso, 2008, p. 85). Esta foi a maneira do Governo rodesiano expressar a sua “gratidão” pela posição tomada por Portugal (Pattee, 1974, p. 559). Na opinião de Afonso e Gomes, a independência da Rodésia “influenciou as relações de Portugal com a Grã-Bretanha e criou as condições para um triângulo de acção estratégica entre Portugal, a Rodésia e a RAS, cujo objectivo era a constituição de uma zona de supremacia branca na África Austral” (2010, p. 297).

Embora tivesse sido uma constante desde os tempos da Federação, foi depois da secessão desta que a cooperação militar entre Portugal e a Rodésia se começou a estreitar (Barroso, 2008, p. 90). A cooperação entre os dois governos no âmbito das Informações foi-se consolidando-se nesta época e em termos operacionais as Forças Armadas Rodesianas chegaram a prestar apoios nos combates contra as forças da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) em operações combinadas, como foram exemplos, a “Operação Flotilla” em Abril de 1968, na zona de Tete (Moçambique), em que forças portuguesas e rodesianas combateram em conjunto (Afonso & Gomes, 2010, p. 448) e, o apoio prestado por uma *Task Force* de helicópteros rodesianos também em Tete, em Julho do mesmo ano, durante a “Operação Dália” (Barroso, 2008, p. 90).

²⁰ Após a independência do Zimbabwe passou a chamar-se Mutare e dista oito quilómetros da fronteira moçambicana (disponível em www.pt.wikipedia.org, acedido a 29 de Março de 2011.)

²¹ Como por exemplo o Malawi e a Zâmbia.

A Rodésia previu igualmente a aquisição de material de guerra, em especial armamento ligeiro, munições e granadas a Portugal e também que a aquisição de outros materiais fosse feita via Lisboa, como forma de contornar os embargos aos quais estava sujeita (Barroso, 2008, p. 90). Ainda durante este período foram várias as visitas de delegações rodesianas da Central Intelligence Organization (CIO) a Angola e a Moçambique e vice-versa, com delegações dos Serviços de Centralização e Coordenação de Informações de Angola (SCCIA) e dos Serviços de Centralização e Coordenação de Informações de Moçambique (SCCIM) a visitarem a Rodésia, com vista à troca de ideias e esclarecimento de actuação das guerrilhas e do desempenho das respectivas forças militares (Barroso, 2008, p. 95).

Em 1966 alguns jornais estrangeiros noticiaram que se tinha formado um comité belga-rodesiano para a defesa da África branca (ver Anexo AE). As autoridades portuguesas não deram importância a estas notícias e este comité, a ter existido, nunca tomou nenhuma medida relevante. No entanto, mostra a preocupação da Rodésia na defesa do bastião branco naquela zona de África onde, segundo essa imprensa, “as populações negras beneficiavam dum razoável nível de vida (...) e livres das ditaduras fantasistas (...) dos países africanos teoricamente independentes” (AHD, PAA 942).

Em suma, com a Rodésia era possível projectar uma África Austral que abrangesse também a RAS, Angola e Moçambique, de forma a ser “o bastião dos valores do Ocidente e a última barreira à progressão e controlo do comunismo por parte da URSS e da China” (Barroso, 2008, p. 120). As relações entre os dois países foram-se estreitando ao longo da década de sessenta, especialmente após a secessão da Federação e após a DUI rodesiana. Estas relações envolveram maioritariamente relações de âmbito civil, mas também as relações militares conheceram um franco incremento, através do intercâmbio de informação, participação de forças rodesianas em Moçambique e as previsões para aquisição de armamento português por parte da Rodésia. Mesmo com a substituição de Salazar por Marcello Caetano, a cooperação com o governo de Ian Smith continuou sem desvios do que havia sido até aí (Barroso, 2008, p. 10), colmatando nos acordos que deram origem ao Exercício Alcora.

2.3. SÍNTESE CONCLUSIVA

Num ambiente internacional hostil aos seus intentos, Portugal procurou reforçar laços onde estava cada vez mais desapoiado: em África. As alianças com outros países, como vimos no capítulo anterior, continuavam a produzir os seus frutos, mas não com a intensidade de outros tempos. Portugal soube desenvolver os esforços necessários para reunir mais apoios que por aquela altura eram essenciais, mesmo entrando por vezes em contradição com a política e os princípios que defendiam e que expunham internacionalmente.

Começamos este capítulo com a análise da relação que se foi aprofundando ao longo da década em análise, entre Portugal e a RAS. A RAS foi, na opinião de Cervelló, o principal aliado de Portugal em África durante a guerra colonial. Não obstante a importância que esta

relação de aliança tomou, Afonso e Gomes identificam-na como “reveladora da degradação a que chegara o regime português e da falta de saídas para o problema ultramarino que ele próprio criara” (2010, p. 348), pois Portugal acabou por se aliar a um regime com o qual não acreditava.

Analizamos também a relação entre Portugal e Rodésia. A Rodésia, que durante a década de sessenta atravessou um período de grande instabilidade e indefinição internas e externas, acabou por ser também ela, uma importante fonte de apoio quer ao nível militar, quer ao nível económico.

Portugal, tal como a RAS, apesar de não terem cumprido as sanções económicas e diplomáticas impostas à Rodésia, também não as afrontaram directamente. Não ousaram reconhecer a nova República²², mas mantiveram em Salisbúria uma representação diplomática acreditada que era em tudo uma embaixada, mas com outro nome, deixando assim transparecer uma aliança que se queria manter discreta.

Em África, o Governo português elegeu como parceiros a RAS, *um Estado internacionalmente repudiado pela sua política de apartheid*, e a Rodésia, *um Estado fora da lei*. (Afonso & Gomes, 2010, p. 546)

Na opinião de Luís Castelo Branco, a ligação entre Portugal, RAS e Rodésia, era vista como uma cooperação que possibilitava a continuidade e a viabilidade dos regimes brancos na África Austral. As componentes económicas e militar sul-africanas eram completadas pela mão-de-obra e vias de comunicação moçambicanas. O Porto e Caminhos-de-ferro da Beira eram vitais para a sobrevivência económica rodesiana, que utilizava esta via de escoamento e abastecimento. Este agregado de territórios, aos quais se aliavam, na costa atlântica, Angola e o Sudoeste Africano²³ (SWA), davam à RAS uma sensação de segurança e de distanciamento face aos movimentos descolonizadores que se estavam a verificar no resto do continente africano. (2003, p. 103)

Em suma, concluímos que no final da década de sessenta, de entre as alianças erigidas mais efectivas, destacaram-se as estabelecidas com a RAS e a Rodésia, que redobram a sua cooperação com Portugal, que ia além da mera questão militar, procurando também a integração económica. O facto de hoje em dia essas alianças não serem tão conhecidas e tão exploradas como outras que se estabeleceram na altura (por exemplo com os EUA, Inglaterra, França e RFA) residem no facto da publicitação da existência de uma aliança funcional Lisboa-Pretória-Salisbúria esbarrou sempre, como vimos, na relutância portuguesa de se identificar publicamente com dois regimes segregacionistas.

²² A Rodésia proclamou a República a 2 de Março de 1970, no entanto, esta não foi reconhecida internacionalmente e mesmo internamente foi pouco celebrada (Afonso & Gomes, 2010, p. 546).

²³ Actual Namíbia.

CAPÍTULO 3: A EXPOSIÇÃO SUL-AFRICANA DE UM PLANO DE DEFESA PARA A ÁFRICA AUSTRAL E A ANÁLISE PORTUGUESA

Entre Março de 1969 e Março de 1970, o Gen Fraser, General Comandante das Forças de Combate Conjuntas (GOC JCF) sul-africanas e o seu Estado-Maior (EM) estiveram “activamente empenhados” na cooperação com as forças portuguesas no Sueste de Angola e fizeram um “estudo minucioso sobre a estratégia, a táctica e as técnicas administrativas portuguesas”.

Para que este estudo fosse efectuado, os sul-africanos mantiveram, na pessoa do Gen Fraser, estreitos contactos com o Governador-geral de Angola, Camilo Rebocho Vaz, e com o Comandante-chefe das Forças Armadas de Angola, Gen Almeida Viana, assim como o seu EM contou com a colaboração com os EM administrativos, operacionais e de informações portugueses, em Luanda, no Luso (actual Luena) e em Serpa Pito (actual Menongue). Também o Comandante na Área Militar Nº 1 e o Comandante do Componente Nº1 da SADF, ambos aquartelados em Rundu²⁴, permaneceram “intimamente relacionados”.

Foi a informação resultante destas fontes, depois de “registada, trabalhada e avaliada” que deu resultado a esta exposição da RAS.

A 4 de Março de 1970, teve lugar uma reunião de alto nível em Pretória, entre delegações de Portugal e da RAS onde, após uma longa análise à guerra com que Portugal se batia em África, principalmente em Angola e Moçambique, foi feita uma proposta para um plano de defesa para a África Austral.

É a exposição sul-africana e os posteriores comentários das autoridades portuguesas que analisamos neste capítulo.

3.1. A SITUAÇÃO MILITAR NA ÁFRICA AUSTRAL COM REFERÊNCIA ESPECIAL PARA A RAS (1ª PARTE DA EXPOSIÇÃO SUL-AFRICANA)

As autoridades sul-africanas ao terem notado “uma deterioração rápida e contínua do controle militar e administrativo” no Leste angolano, ou seja, na área onde a SADF esteve empenhada desde o início de 1968, relacionaram a guerra em Angola com outras “guerras de libertação”

²⁴ Cidade do Norte do Sudoeste Africano (actual Namíbia), que faz fronteira com Angola.

travadas a Norte da RAS. Com vista a contornar o problema em causa, teceram uma série de considerações quer sobre o estado da guerra em Angola, quer sobre a situação nas outras frentes onde as Forças de Segurança da África Austral estavam “em confrontação directa com os combatentes da Liberdade dos Movimentos de Libertação dirigidos pela OUA” (AHM, FO/7/B/44/370/1).

Deste resumo, as autoridades sul-africanas concluíram que, a linha de confrontação entre as forças da África Austral de controlo branco e os movimentos de libertação, “sustentados e apoiados pela OUA e possuindo firmes facilidades de bases na Zâmbia [ver Anexo G] e na Tanzânia [ver Anexo K]”, já se prolongava desde o Oceano Índico para Oeste até à Ovambolândia, no SWA²⁵ [ver Anexo I], junto à fronteira com Angola, sendo apenas interrompida pelo “extremamente vulnerável Malawi [ver Anexo H]”, sobre o qual existiam notícias de considerável agitação civil, assassinios e sabotagem, em especial no Sul. Havia o conhecimento de que a FRELIMO operava com base no Malawi contra os distritos de Niassa e de Tete (AHM, FO/7/B/44/370/1).

3.2. A SITUAÇÃO NO ESTE E NO SUESTE DE ANGOLA – DISTRITOS DE MOXICO E CUANDO-CUBANGO (2ª PARTE DA EXPOSIÇÃO SUL-AFRICANA)

Os distritos de Moxico e Cuando-Cubango tinham fronteiras com o Congo Kinshasa²⁶ (ver Anexo M) e com a Zâmbia, a Leste e com o SWA, a Sul. Os dois distritos constituíam a 3ª Região Militar do Movimento Popular para a Libertação de Angola (MPLA), subdividida em seis Zonas Militares.

A exposição sul-africana referia que, em Março de 1970, o MPLA controlava “virtualmente” toda a área que compreendia os dois distritos, excluindo pequenas cidades e aldeias com guarnições das Forças de Segurança Portuguesas. Com isto, o MPLA tinha a intenção de pôr fim à administração portuguesa em Angola, por meio de uma campanha combinada militar e política contra as forças de segurança e contra as populações angolanas.

Além do MPLA, existiam dois outros movimentos de libertação activos nesta área: a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) e o Exército de Libertação Nacional de Angola (ELNA), ala militar do Governo de Angola no Exílio (GRAE). A UNITA estava particularmente activa na área Sudoeste do Luso e era responsável pelas frequentes acções de sabotagem contra o Caminho-de-ferro de Benguela. Esta organização, inspirada nos modelos do comunismo chinês era, até pouco antes da data desta exposição, considerada como uma força exausta, mas que começava “a mostrar sinais de se tornar uma organização de importância na subversão”. A ELNA, cujos esforços estiveram concentrados no Norte de

²⁵ Actualmente designado por Namíbia.

²⁶ A partir de 1971, designado por Zaire. Actualmente designado por República Democrática do Congo.

Angola até Março de 1970, operava a partir daí com base no Congo Kinshasa, tendo chegado a penetrar cerca de 40 milhas para leste do Luso, no Caminho-de-ferro de Benguela (AHM, FO/7/B/44/370/1).

As autoridades sul-africanas tinham a informação de que o MPLA estava a reunir homens, armamento e munições nos distritos de Bié e Huambo. O equipamento referido era trazido da Zâmbia por linhas de infiltração bem organizadas para áreas operacionais bem no interior de Angola.

Era insistentemente anunciado que as populações indígenas eram trazidas do mato e reunidas em aldeamentos controlados pelos portugueses, no entanto, aos olhos dos sul-africanos, as coisas não se passavam bem assim. Os terroristas estavam em domínio no mato e eram apoiados por grupos de indígenas controlados pelos chefes políticos do MPLA e da UNITA. Existiam também informações que desvendavam um afluxo permanente de homens e reabastecimentos, de Dar-es-Salaam (Tanzânia) e de Lusaka (Zâmbia), para Angola.

Outro problema identificado pelos sul-africanos foi a dificuldade portuguesa em lidar com a população nativa, sobretudo com a relação entre tribos inimigas. Para os nativos, circulava a ideia de que a UNITA apenas estava interessada em derrotar os portugueses e não desejavam incomodar a população local, ao invés dos portugueses (AHM, FO/7/B/44/370/1).

Face a este estudo, ficou evidente para os sul-africanos de que, no Leste de Angola, o MPLA tinha consolidado a sua posição a um tal ponto que se podia esperar que aquela área viesse a prover bases em número suficiente para a expansão da guerra e que a UNITA foi mais bem sucedida na tentativa de penetração para o Oeste de Angola sendo de esperar um aumento do número de acções destes últimos. Assim, para os sul-africanos, observava-se a “indispensabilidade de uma mais íntima cooperação”, em assuntos de natureza operacional e de informações, entre os Comandantes das Forças de Segurança de Angola, de Moçambique, da Rodésia e da RAS tanto que o planeamento conjunto tornava-se um assunto de urgente necessidade” (AHM, FO/7/B/44/370/1).

3.3. PLANO DE DEFESA PARA A ÁFRICA AUSTRAL (3ª PARTE DA EXPOSIÇÃO SUL-AFRICANA)

Nesta parte, o General Fraser propôs um plano de defesa para a África Austral e o ponto de vista da RAS sobre a condução da campanha no Sueste (SE) de Angola.

O General Fraser afirmou que não existiam dúvidas quanto à existência de um inimigo comum à RAS, a Portugal e à Rodésia, cujo objectivo era a queda dos governos na África Austral, para seu benefício. O mesmo refere que o inimigo deveria ser combatido “conjuntamente, se não mesmo simultaneamente”, sendo por isso importante que fosse feito um estudo minucioso dos seguintes aspectos: ameaça à África Austral, equilíbrio das forças para defesa da África

Austral, eventuais sanções, operações de evacuação e um estudo para um plano de contingências (AHM, FO/7/B/44/370/1).

Sobre a ameaça à África Austral, os sul-africanos consideravam, assim como a Rodésia²⁷, que deveria existir um “estudo conjunto e contínuo sobre a ameaça”, com especial referência para a deterioração da situação na Rodésia, em Angola e em Moçambique, devendo deste estudo sair uma avaliação conjunta do seu efeito sobre os três países, seguido de um plano de defesa conjunto.

No que diz respeito ao equilíbrio das forças para defesa da África Austral, a RAS comprometeu-se a oferecer uma “mais pesada e maior contribuição para uma força de equilíbrio para a Defesa da África Austral”. Desta forma, Portugal deveria apresentar de que forma poderia colaborar nesse “esforço conjunto”, de forma a possibilitar à RAS a elaboração prévia de planos para a sua organização militar e para o seu desenvolvimento industrial, sendo assim possível determinar quais as capacidades e quais as limitações de cada país e de que maneira seriam capazes e estariam dispostos a contribuir para o esforço conjunto (AHM, FO/7/B/44/370/1).

Foi também levantada a indispensabilidade de ser feito um estudo dos métodos a adoptar para contrariar as sanções ou qualquer outra forma de coerção económica que fossem colocadas em prática contra Portugal, RAS, ou Rodésia.

Na possibilidade de insurreição em determinados Estados da “África Negra”, ou na eventualidade de parte dos territórios destes três países tombarem sob influência temporária do inimigo, deveria ser responsabilidade dos três países empreender a retirada de civis expatriados, como por exemplo, Chefes de Estado ou certas autoridades políticas.

Dado o objectivo de estarem preparados para, conjuntamente, fazerem face à ameaça, deveriam constituir um plano de contingências que envolvessem os seguintes aspectos: meios de comunicação, telecomunicações, elaboração de mapas e levantamentos topográficos, determinação de exigências conjuntas respeitantes a defesa aérea e a sistemas de aviso prévio, elaboração de uma doutrina comum para contra subversão, disposições de segurança conjuntas, exploração conjunta das informações, problemas de refugiados e, finalmente, disposições para o comando e controlo na eventualidade de operações conjuntas.

Segundo o Gen Fraser, as autoridades de defesa dos três países não deveriam ser as únicas envolvidas nestes assuntos, aludindo à necessidade dos respectivos departamentos de Negócios Estrangeiros e de Finanças, entre outros, participarem em larga escala. De salientar que os Ministros da Defesa da Rodésia e da RAS já tinham concordado em se fazer um estudo mais minucioso sobre este plano de defesa conjunto.

Embora o aumento da subversão na região de Cuando-Cubango não fosse a única ameaça para Angola, segundo a análise sul-africana, ela constituía um perigo “incalculavelmente” prejudicial para Portugal, pois ficaria isolado da RAS e à RAS interessava evitar que o inimigo

²⁷ Não existem dados concretos de uma anterior reunião entre delegações rodesianas e sul-africanas sobre este assunto, no entanto, o documento analisado refere que a Rodésia já teria conhecimento deste plano de defesa para a África Austral.

estabelecesse “um santuário no Sul de Angola” do qual pudessem montar operações de subversão contra o SWA (AHM, FO/7/B/44/370/1).

3.4. A RAS NA CONDUÇÃO GLOBAL DA CAMPANHA NO SUESTE DE ANGOLA (4ª PARTE DA EXPOSIÇÃO SUL-AFRICANA)

Com o objectivo de perceber as razões para “a contínua penetração de forças terroristas no Sul de Angola e considerar os meios, na campanha de contra subversão, necessários para a segurança, quer de Portugal quer da RAS”, o Gen Fraser, na sua exposição, sugeriu alguns melhoramentos à campanha de contra-subversão que julgava serem necessários para a segurança mútua, pois acreditava que, se postos em prática, ajudariam a conduzir a vitória para os dois povos (portugueses e sul-africanos) (AHM, FO/7/B/44/370/1).

3.4. 1. A ESTRATÉGIA DO TERRORISMO – UMA ESTRATÉGIA INDIRECTA

O objectivo dos terroristas numa guerra revolucionária como a de Angola passava por, eles próprios, substituírem o Governo no poder. Os “comunistas e outros” que se interessavam na promoção de guerras revolucionárias adoptaram uma estratégia indirecta que se baseava em medidas de natureza “política, ética, económica, psicológica, diplomática, administrativa e em outras tomadas conjuntamente”, com o intuito de alertar a opinião pública internacional, como também a oposição no interior do país atacado. Assim, o governo ficava sujeito a pressões e esforços a que não resistiria, acabando por sucumbir (AHM, FO/7/B/44/370/1).

3.4. 2. ESTRATÉGIA DE CONTRA SUBVERSÃO – ESTRATÉGIA DIRECTA DO “NÃO VALE NADA”

A resposta militar tradicional, a estratégia directa, não tinha e não podia nunca ter sucesso contra a estratégia indirecta da subversão. Isto era compreendido nos escalões mais elevados do comando em Angola, mas apesar disso, parecia que nos distritos do Sul de Angola ainda se colocava uma parte desproporcional de dependência na acção militar e não a bastante em ganhar a verdadeira iniciativa estratégica, isto é, de afastar a população nativa para fora do controlo dos rebeldes e trazê-la para o lado de Portugal.

O Gen Fraser referiu mesmo que o inimigo subversivo era “imune à aplicação da força militar”. Uma guerra como a de Angola, tratava-se de uma guerra “pelos corações e para os espíritos do povo” e, em última análise, era a boa governação, a boa administração e a boa propaganda que derrotariam o inimigo (AHM, FO/7/B/44/370/1).

3.4. 3. IMPERFEIÇÕES ADMINISTRATIVAS NO SUL DE ANGOLA

A estratégia indirecta utilizada pelo inimigo apenas podia ser combatida, com eficácia, opondo-lhe a estratégia indirecta da boa governação e da boa propaganda. Para esse facto, foram apresentadas algumas razões de natureza administrativa que dificultavam a “boa governação” (ver Apêndice C).

Reflectindo sobre todas as imperfeições e sugestões feitas, o que o Gen Fraser julgava necessário ser imediatamente feito era a revisão drástica da organização e da maneira de pensar do Exército e do treino militar. Ainda mais urgente era uma alteração para a estratégia indirecta, que deveria ser exequível se se aumentasse e melhorasse os serviços e meios administrativos no Sul de Angola. Na observância de uma campanha de acção cívica levada a cabo pela RAS e por Portugal, percorrer-se-ia uma larga etapa no sentido de se ganhar “os corações e os espíritos” dessas populações.

Por último, a RAS expressou a sua disponibilidade em fazer tudo o que estivesse dentro das suas faculdades para reconquistar, para Portugal, as populações indígenas, pois achavam-se convencidos de que, a menos que isso acontecesse, todos os esforços militares estariam condenados ao insucesso. Havia um outro aspecto que a RAS acreditava ser de vantagem recíproca: quando o Conselho Distrital para a contra-subversão ressurgisse, em Serpa Pinto, a sua ligação oficial lá estabelecida, a SENLO, deveria ser convidada a tomar assento em todas as suas reuniões, numa qualidade unicamente informal e de conselheiros, pois habilitaria a RAS a conceder a Portugal um apoio verdadeiramente efectivo (AHM, FO/7/B/44/370/1).

3.5. A ANÁLISE PORTUGUESA À EXPOSIÇÃO SUL-AFRICANA

No dia 8 de Abril de 1970, numa reunião da Comissão Conjunta dos Chefes de Estados-Maiores (CCCEM) foram discutidas a 3ª e a 4ª parte da exposição apresentada pela Missão da RAS em 4 de Março desse ano. A acta dessa reunião está dividida em duas partes: o comentário à 3ª parte da apresentação sul-africana e o comentário à análise da 4ª parte da apresentação sul-africana.

Relativamente à 3ª parte da exposição sul-africana, ficou determinado a execução de trabalhos de EM e reuniões conjuntas dos três países interessados na defesa da África Austral (Portugal, RAS e Rodésia) com vista à análise da ameaça e à verificação da sua evolução e, ao estudo das medidas que poderiam ser tomadas tendo em vista uma defesa coordenada e ao apoio mútuo entre os três países (AHM, FO/7/B/44/370/1).

As autoridades portuguesas tinham o conhecimento de que a situação em Angola e em Moçambique já era uma materialização da acção coligada contra a África Austral, em que a URSS, a China e os países extremistas da OUA eram os incitadores dos partidos mais activos que atacavam os portugueses.

Apesar de pactuarem com a análise sul-africana sobre a situação em Angola e Moçambique, ficou a percepção de que o problema só começou a interessar à RAS quando começou a desconfiar da capacidade portuguesa em enfrentar o inimigo, desconfiança esta que ficou bem assinalada face às críticas a aos defeitos levantados pelos sul-africanos no que diz respeito aos métodos de contra-subversão que Portugal adoptava.

Segundo a acta analisada, a RAS pensava ser necessário o planeamento conjunto para fazer frente a duas possíveis situações: ou para se defrontar um inimigo constituído por forças mais ou menos convencionais constituídas à base dos países africanos mais evoluídos militarmente, ou então para a hipótese de Portugal não aguentar o inimigo que enfrentava na altura (ou a sua evolução a curto prazo). Deste modo, tornava-se inevitável avaliar as possibilidades conjuntas dos três países, somando o potencial mobilizável de cada um deles e incluindo uma divisão de tarefas ou de responsabilidades que se complementassem em favor do esforço comum.

Este estudo assumia para Portugal uma grande complexidade visto não tratar-se apenas de definir o seu potencial mobilizável, como também definir qual a parte deste potencial que seria aplicada para aquele propósito, dado que a acção portuguesa não se delimitava à defesa da África Austral devendo ser também estudadas medidas que possibilitassem a fácil coordenação das diferentes forças numa acção conjunta²⁸, tal como deveria ser estudado em conjunto as infra-estruturas necessárias às operações e ao seu apoio²⁹ (AHM, FO/7/B/44/370/1).

Os trabalhos a desenvolver em ligação com os outros países norteavam-se em três direcções: a do conhecimento e verificação permanentes da evolução da ameaça (campo das informações); a avaliação e coordenação dos potenciais mobilizáveis para uma defesa conjunta (campo da estratégia geral); e a cooperação das forças e utilização das infra-estruturas (campo propriamente militar).

Para lhes dar execução, devia funcionar junto do Secretariado-Geral de Defesa Nacional (SGDN) um grupo de trabalho ininterrupto, constituído em três secções e sob a orientação superior do General Secretário-Adjunto, que habilitasse o Chefe de Estado Maior General das Forças Armadas (CEMGFA) a tomar ou propor as decisões adequadas, escutada a CCCEM, e preparasse os trabalhos de EM em conjunto com os outros países.

Relativamente à 4ª parte da exposição feita pela RAS, em que criticou a conduta da contra-subversão portuguesa em Angola e aos meios empenhados, as autoridades militares portuguesas afirmaram que nada do que referia a RAS era desconhecido, realçando a mérito da análise sul-africana e a sinceridade com que a fizeram.

As autoridades portuguesas também assentiam que a manobra de contra-subversão era uma manobra principalmente política uma vez que visava a adesão das populações ao objectivo nacional, por isso, a acção política tinha “absoluta primazia” sobre a acção militar.

²⁸ Ou seja, a definição de identidades de doutrina, organização, estruturas de comando, armamentos e equipamentos, etc.

²⁹ Ou seja, vias e meios de transporte, telecomunicações e vigilância aérea, sistema logístico e apoio industrial, etc.

Para isso, os objectivos do plano político de contra-subversão foram sintetizados em três postulados fundamentais: “garantir a segurança das populações, melhorar as suas condições de vida e, fomentar a sua confiança na administração.” Para lhes dar seguimento eram necessários “certos meios, unidade de acção e um conveniente apoio financeiro” que garantissem: uma cobertura administrativa que conduzisse a acção contra-subversiva numa área do território que pudesse ser efectivamente controlada, uma cobertura de serviços provinciais de índole social e económica com vista à melhoria das condições de vida, uma cobertura adequada de forças de segurança³⁰ que garantisse a segurança das populações e, por fim, uma cobertura de acção psicológica que desviasse as populações da captação fácil da subversão (AHM, FO/7/B/44/370/1).

Quanto ao papel das Forças Armadas, este deveria submeter-se ao plano político nas áreas onde o poder político podia desempenhar a sua acção soberana e cingir-se ao objectivo fundamental da contra-subversão (a conquista das populações), nas áreas onde aquele poder não tinha efectividade. Para isso, a acção das Forças Armadas deveria dividir-se em dois tipos de missões: missões nas áreas controladas e missões nas áreas sem controlo. Nas áreas controladas, a acção das forças armadas deveria incidir na colaboração da conservação da segurança das populações e das actividades económicas e perseguir e reduzir os grupos inimigos, infiltrados ou estabelecidos, nos intervalos dos núcleos populacionais. Nas áreas sem controlo, a acção deveria incidir na recuperação das populações sujeitas ao inimigo, subtraindo-as à sua subordinação e criando-lhes as condições de reintegração na comunidade nacional e alcançar a sucessiva limpeza das áreas sem controlo, de modo a permitir a instalação do poder civil e o seu exercício efectivo (AHM, FO/7/B/44/370/1).

3.6. SÍNTESE CONCLUSIVA

Na reunião de 4 de Março de 1970 entre as duas delegações, como se observou, foi feito, pela RAS, um balanço do que tinha sido o apoio destes a Portugal até então. Dado o facto de os resultados não terem alcançado os objectivos propostos, a RAS efectuou uma revisão geral das condições de cooperação com as forças portuguesas, razão primária para o encontro entre as autoridades dos dois países (Afonso & Gomes, 2010, p. 546).

Assim, neste capítulo analisamos numa primeira fase: o ponto de vista sul-africano sobre a situação militar na África Austral e depois mais especificamente sobre a situação nos distritos de Moxico e Cuando-Cubango, em Angola. Da preocupação revelada com esta análise, a delegação sul-africana propôs a Portugal um plano de defesa para a África Austral conjunto entre os três países de governo branco ainda vigentes em África. A delegação sul-africana, com o intuito de perceber qual a melhor maneira de ajudar Portugal, levantou uma série de imperfeições e de sugestões à forma como as autoridades portuguesas conduziram a Guerra

³⁰ Direcção-Geral de Segurança, Polícia de Segurança Pública e Milícias.

Colonial, quer no âmbito militar, quer no âmbito civil, especialmente em Angola e Moçambique porque aliás, estas eram as duas colónias que aos sul-africanos interessava uma vez que, em conjunto com a Rodésia, forneciam um forte escudo contra a investida comunista que se fazia sentir em África.

A segunda parte deste capítulo corresponde à análise portuguesa da exposição portuguesa. A 8 de Abril de 1970 a CCCEM reuniu-se para debater sobre os assuntos tratados. Das decisões tomadas, realça-se a que dá conta da deliberação de se dar início à execução de trabalhos de Estado-Maior e de reuniões entre os três países interessados na defesa da África Austral, à qual estava subjacente a aceitação de Portugal da proposta sul-africana de uma mais íntima cooperação. Não foram encontrados registos de encontros entre os três países no período entre 4 de Março e 14 de Outubro de 1970, data do acordo base orientador das negociações entre Portugal, RAS e Rodésia. É esse acordo que será analisado no próximo capítulo.

Importa referir que na mesma data, 14 de Outubro de 1970, foi aprovado pela Assembleia-geral da ONU um programa destinado “a acelerar a obtenção da independência dos povos coloniais” (Afonso & Gomes, 2010, p. 576), ou seja, mais uma mostra de que Portugal se encontrava cada vez mais sozinho na ONU na sua política em África e era urgente encontrar outras saídas.

CAPÍTULO 4: O ACORDO DE BASE DO EXERCÍCIO ALCORA

Como vimos no capítulo anterior, a 14 de Outubro de 1970 foi assinado o acordo de base para a cooperação entre Portugal, RAS e Rodésia, também designado Exercício Alcora. Esse acordo estabelecia qual o objectivo do Exercício Alcora, tendo sido também mencionados quais os assuntos a considerar para discussão futura. As conversações para o acordo tiveram lugar em Pretória, entre 7 e 9 de Outubro. A delegação militar portuguesa era chefiada pelo Coronel Rocha Simões, director da 5ª Divisão do SGDN. O acordo foi aprovado pouco tempo depois pelo Ministro da Defesa Nacional, General Sá Viana Rebelo, a 28 de Outubro (Afonso & Gomes, 2010, p. 576), celeridade possivelmente justificada com o já referido programa da ONU destinado à aceleração da independência dos povos coloniais. O acordo só foi aprovado pela RAS e pela Rodésia no ano seguinte, em 12 de Maio e 26 de Julho, respectivamente. (Afonso & Gomes, 2010, p. 576)

Entre 30 de Março e 1 de Abril de 1971, houve novamente uma reunião em Pretória. Foi nesta reunião que participaram pela primeira vez delegações dos três países interessados em simultâneo e onde se melhorou o acordo de base que “fixava os objectivos do Exercício, o seu âmbito e o *modus operandi*, e se acordou sobre o primeiro *projecto de conceito estratégico militar para os territórios Alcora*” (Afonso & Gomes, 2010, p. 607).

É este documento que analisamos neste capítulo.

4.1. OBJECTIVO DO EXERCÍCIO ALCORA

O objectivo do Exercício Alcora foi definido da seguinte forma:

“O objectivo do Exercício Alcora consiste em investigar os processos e meios de conseguir um esforço coordenado tripartido entre Portugal, Rodésia e República da África do Sul, tendo em vista fazer face à ameaça mútua contra os seus territórios na África Austral³¹. Torna-se implícito que isto implicará também uma ajuda eventual a outros Estados da África Austral.”

Assim delineado, o objectivo do Exercício Alcora reunia a coordenação de todos os aspectos e facetas da defesa dos territórios em causa e todas as actividades respeitantes a todos os ramos das Forças Armadas, pois só desse modo a cooperação se tornava “rendosa e benéfica”. Devia-se também incluir neste âmbito o estudo da possível cooperação de natureza não militar se tal cooperação pudesse contribuir para as operações militares.

Para prosseguir este objectivo foi determinado o papel de cada país no desenrolar do Exercício. Assim, os três países tomavam parte no Exercício como “parceiros iguais e independentes” e, dadas as diferentes ideologias políticas, ficou desde logo definido que era

³¹ Segundo o Conceito Estratégico Militar para os Territórios Alcora (ver Anexo AH), o termo “África Austral” referia-se aos territórios de Angola, Moçambique, RAS, Rodésia, Botswana, Suazilândia, Lesoto e Malawi.

essencial que não fossem feitas recomendações que pudessem “estar em conflito com a política ou a estratégia definidas pelos governos”, além disso, “a questão de interferência nos assuntos internos dos participantes ou a violação da sua independência na condução das operações militares” não seria sequer tolerada (AHM, FO/7/B/44/370/2).

4.2. AS DISCUSSÕES PRELIMINARES E O PLANEAMENTO INICIAL

As discussões preliminares e o planeamento, na fase inicial, estavam circunscritos aos problemas militares dos três países, não tendo os representantes militares competência para tomar decisões, podendo sim, fazer as recomendações aos devidos governos.

Da modificação ao acordo de base, resultou a sugestão de alguns assuntos para discussão, devendo ser revistos periodicamente e definidos porventura outros, mas sempre por consentimento mútuo. Assim, foram sugeridos os seguintes assuntos: estudo da ameaça; elementos de estratégia; táctica e normas de execução permanente (NEP) em combate; informações; cartografia; telecomunicações; comunicações (transportes); comunicação pessoal; logística; standardização, adaptação e racionalização do equipamento; aquisição de equipamento; guerra psicológica; defesa aérea; planeamento para as Forças Aéreas; comando e controlo; selecção de objectivos e outros assuntos diversos.

Ficou decidido que o estudo da ameaça deveria ser um “processo contínuo e cobrir a ameaça actual [referente a 1971] e a sua evolução a curto e médio prazo” ou seja, para os anos de 1971, 1975 e 1980, respectivamente (ver Anexo P). Devia incluir também os resultados de possíveis sanções nas operações em curso e a ocorrer no futuro, assim como deviam ser estimados o potencial e as vulnerabilidades do inimigo (AHM, FO/7/B/44/370/2).

Quanto aos elementos de estratégia, o estudo deveria recair sobre nomenclatura e definições, sobre a estratégia operacional conjunta e a sua aplicação em usufruto do esforço comum, deviam ser mencionados os recursos estratégicos, militares incluídos, dos três países e devia ser levantada a hipótese de cooperação entre escolas militares, pois era visto como valioso para o estudo dos problemas identificados.

A táctica e as NEP deviam ser revistas com vista à definição de uma doutrina comum. Para isto, tornava-se essencial, nesta primeira fase, a troca de experiência mas também de NEP, de regulamentos de campanha e de outros documentos importantes de forma a serem definidos os melhores procedimentos tácticos a usar pelas forças conjuntas.

No campo das informações, deveriam ser definidos a composição dos órgãos e da doutrina de informações e contra-informações, conseguindo assim um entendimento mútuo, devendo para isso existir uma coordenação do esforço de pesquisa de informações. Por conseguinte, deveriam ser definidos os métodos para garantir uma coordenação e disseminação das informações e posterior aplicação das informações à táctica.

Sobre a cartografia, o problema decompunha-se em dois campos: o primeiro dizia respeito à avaliação das necessidades e à produção de cartas, onde se incluía a coordenação de

trabalhos e levantamento topográfico; o outro residia no reabastecimento e troca de cartas existentes entre os países.

O estudo sobre as telecomunicações deveria incluir as questões respeitantes à “standardização e compatibilidade, bem como à adequabilidade das comunicações (transmissões) entre os países em causa” (AHM, FO/7/B/44/370/2).

Foi também referido que era fundamental estudar as comunicações “relativas aos transportes militares terrestres, marítimos e aéreos.

Para facilitar o entendimento mútuo, deveria ser estudada uma nomenclatura e terminologia comuns com a provável elaboração dum glossário de termos, ou seja, tentar colmatar o problema de ligação decorrente dos dissemelhantes procedimentos militares e da dificuldade em transpor a barreira da língua.

O estudo dos problemas logísticos relacionados com os diferentes ramos das Forças Armadas de cada um dos países, assim como outros problemas logísticos que pudessem ser identificados.

A standardização, adaptação e racionalização do equipamento deveriam ser equacionados, com o objectivo de acautelar a “máxima coordenação de esforço assim como a possibilidade de assistência mútua no domínio do equipamento militar”. Neste estudo deveria ser concedida a atenção máxima aos acordos de standardização existentes, evitando a duplicação de esforços e possíveis implicações financeiras que daí derivassem.

Um dos pontos que ficou também tratado neste acordo inicial foi a aquisição do equipamento. Este assunto estava obviamente relacionado com o anterior, devendo existir um esforço comum na coordenação da produção a fim de evitar a duplicação e deveriam ser estudados os problemas económicos relacionados com a obtenção do equipamento. Os contratos a elaborar no mercado internacional deveriam ser estudados de modo a obter os melhores preços possíveis e de modo a que fossem excluídas quaisquer cláusulas proibindo a venda, troca ou empréstimo do equipamento em causa, entre os três países.

A guerra psicológica era entendida pelos três países como um problema político, mas, com profundas implicações no sector militar para a prevenção ou conduta da guerra, portanto eram inevitáveis os estudos coordenados neste domínio.

Estudar a coordenação da defesa aérea tinha em vista a formulação de um plano de defesa aérea para os três países que observasse as necessidades neste campo, que determinasse o grau de assistência que pudesse ser militarmente prestado por cada um, em termos de equipamento e facilidades de instrução para fazer face às necessidades de defesa aérea. Deviam ser revistas as missões e as responsabilidades das Forças Aéreas e quais as prioridades de aquisição e instalação de equipamento (AHM, FO/7/B/44/370/2). O planeamento para as Forças Aéreas foi um dos pontos referidos no acordo de base. Deviam-se discutir as possibilidades aéreas existentes, bem como quais as prioridades para a aquisição e substituição de equipamento, tendo em conta a durabilidade dos aviões disponíveis e ao mesmo tempo avaliar essas possibilidades à luz da ameaça, de forma a garantir o balanceamento correcto dessas forças e facilidades entre os três países.

Sobre o comando e controlo deveria ser definida qual a forma preferível de coordenar os sistemas de comando e controlo, sempre que as forças dos três países fossem chamadas a actuar em conjunto e, quais as implicações do emprego das forças de segurança conjuntas, sobre as outras forças de segurança e departamentos governamentais.

Quanto à selecção de objectivos, ficou assente que o estudo da reunião e processamento de dados sobre os objectivos implicava a informação pormenorizada sobre todos os objectivos em países que pudessem representar uma ameaça, implicava a atribuição de responsabilidades para a “aquisição, recorte e difusão de todas as informações sobre objectivos”. Deveriam ser elaborados “dossiers estandardizados” para definição e difusão sobre os objectivos (AHM, FO/7/B/44/370/2).

Ficaram ainda acordados o estudo sobre diversos assuntos importantes, como por exemplo: a vigilância e controlo das fronteiras; problemas económicos, sociais e étnicos em áreas limítrofes da fronteira; guerra electrónica e; códigos e cifras comuns.

Isto indicava que esta lista de assuntos a tratar deveria ser mantida para “ulteriores eliminações, adições ou emendas, à medida que prossigam as discussões” relativas a campos de interesse comum.

4.3. A FORMA DE ACTUAÇÃO

O *modus operandi* proposto para prosseguir o Exercício Alcora foi o seguinte: deveria existir contacto ao nível dos escalões de comando para aprovação das diferentes propostas, posteriormente, estas eram discutidas ao nível de EM de forma a chegar-se a um acordo; atingido o acordo sobre as propostas eram nomeadas comissões para as tratar (AHM, FO/7/B/44/370/2).

A primeira fase da forma de actuação proposta já tinha sido estabelecida, ou seja, tinha-se conseguido atingir um acordo em termos gerais quanto a discussões exploratórias ao nível de EM. Trata-se do acordo de base em análise. Ficou definido que quaisquer que fossem as recomendações decorrentes daquelas discussões teriam sempre de ser submetidas à aprovação dos respectivos comandos.

Para tratar os diferentes assuntos foram nomeadas comissões em três níveis diferentes: a Comissão de Alto Nível Alcora (ATLC³²), a Comissão de Coordenação Alcora (ACOC³³), e as diferentes Subcomissões Alcora. A ATCL era uma Comissão da responsabilidade dos três países, enquanto cada país tinha a sua ACOG e as suas Subcomissões que, esporadicamente se reuniam para analisar os assuntos em discussão.

³² Do inglês *Alcora Top Level Committe*.

³³ Do inglês *Alcora Coordination Committee*.

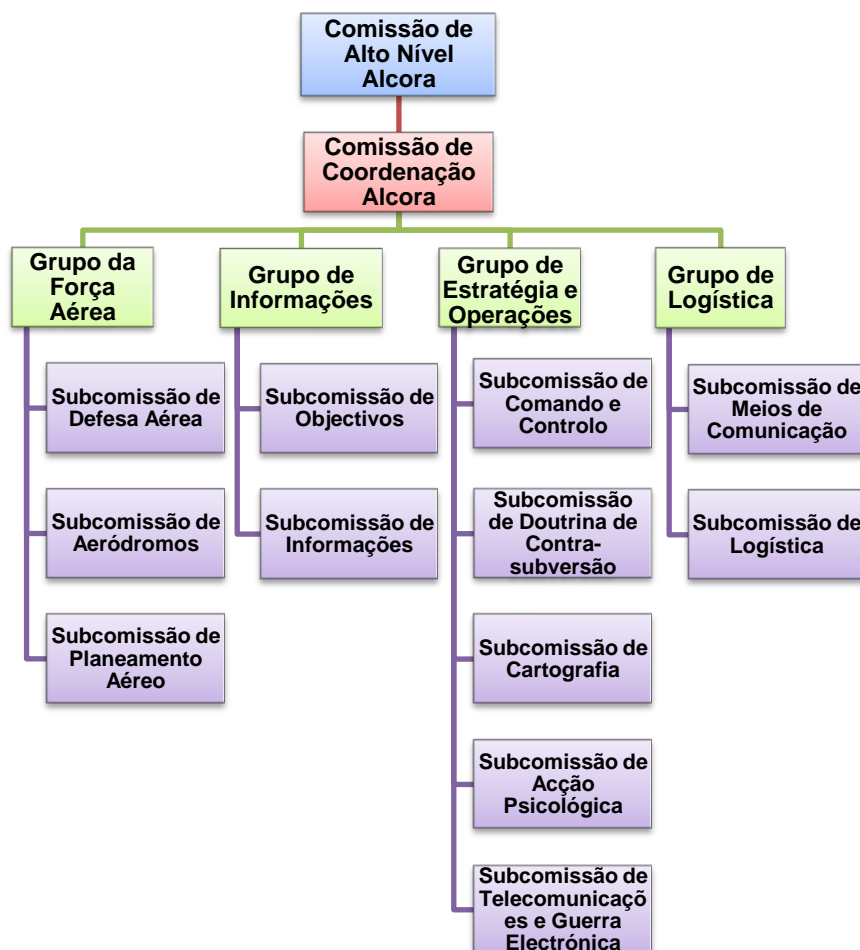


Figura 2 – Estrutura do Exercício Alcora em 1971

A ATLC tinha autoridade para estabelecer políticas, dirigir e coordenar as acções das subcomissões, através das ACOC. Seria uma comissão permanente que se reuniria bianualmente, ou até com maior frequência se as circunstâncias o impusessem. Esta comissão compreenderia:

- Portugal – Secretário-Adjunto (Operações), General J. Paiva Brandão, do SGDN³⁴;
- Rodésia – Chefe do EM da Força Aérea, Air-Marshal A. D. E. Wilson, e o Chefe do EM Geral do Exército Rodesiano, Tenente-General K. R. Coster;
- RAS – Oficial General Comandante das Forças Conjuntas, Tenente-General C. A. Fraser, e o Chefe de EM da Defesa, Tenente-General W. R. van der Riet.
- Podiam ainda juntar-se outros representantes de acordo com as necessidades.

As ACOC (ver Anexo Q) estariam responsáveis pela orientação e coordenação das acções das subcomissões, de acordo com as directivas da ATLC. Estas comissões deveriam reunir-se consoante as necessidades e consoante a determinação da ATLC. Estas comissões eram dirigidas por:

- Portugal – Director da 5ª Direcção do Secretariado-Geral da Defesa Nacional;

³⁴ E/ou Secretário-Adjunto (Logística)

- Rodésia – Um Oficial superior do Exército e da Força Aérea;
- RAS – Director do Planeamento Estratégico.
- Podiam ainda juntar-se outros representantes de acordo com as necessidades.

As subcomissões Alcora seriam definidas para executarem o trabalho de EM e realizarem o estudo pormenorizado de um ou mais assuntos atrás referidos, tendo sido depois agrupadas em quatro grupos de subcomissões com a seguinte constituição: Grupo da Força Aérea, constituído pelas Subcomissões de Defesa Aérea (ver Anexo R), de Aeródromos (ver Anexo S) e de Planeamento Aéreo (ver Anexo T); Grupo de Informações, constituído pelas Subcomissões de Informações (ver Anexo U) e de Objectivos (ver Anexo V); Grupo de Estratégia e Operações, constituído pelas Subcomissões de Comando e Controlo (ver Anexo W), de Doutrina de Contra-subversão (ver Anexo X), de Cartografia (ver Anexo Y), de Acção Psicológica (ver Anexo Z) e a de Telecomunicações e Guerra Electrónica (ver Anexo AA) e; Grupo de Logística, constituído pelas Subcomissões de Meios de Transporte (ver Anexo AB) e de Logística (ver Anexo AC).

4.4. SÍNTESE CONCLUSIVA

O Exercício Alcora pretendia englobar os mais variados campos da política cooperativa entre Portugal, a RAS e a Rodésia, na tentativa de estudar e posteriormente actuar para a salvação dos últimos governos brancos na África Austral.

Nesta fase, ficou definido que o estudo englobaria as questões militares e numa fase mais avançada abarcaria então os restantes campos que iam desde a assistência social, à construção e ao melhoramento de infra-estruturas, passando pelo melhoramento dos serviços administrativos civis.

O primeiro objectivo Alcora era o de, actuando mutuamente, assegurar a inviolabilidade individual dos territórios Alcora³⁵, pela eliminação da subversão. Para isso era necessário organizar uma força constituída por meios aéreos e terrestres, que servisse como dissuasor contra uma ameaça externa; era necessário desenvolver uma intensa campanha psicológica interna e externa de modo a desacreditar o inimigo, a captar as populações e a ganhar aliados para a causa defendida (ADN, ADN/SGDN/06/6179/01).

Como vimos, os trabalhos foram estendidos aos mais variados domínios militares, adivinhando a complexidade que o Exercício prometia alcançar, também em domínios civis.

³⁵ O termo *territórios Alcora* era usado para referir, conjuntamente, a RAS, a Rodésia, Angola e Moçambique (ver Anexo AH).

CONCLUSÕES

O nosso TIA teve como objectivo, depois de percebermos o sistema de alianças em que Portugal se movimentou durante a Guerra Colonial, identificar e analisar aprofundadamente quais foram os campos de actuação do Exercício Alcora, acordo estabelecido entre Portugal, a RAS e a Rodésia. Para cumprir esse objectivo, começamos por analisar as relações que Portugal manteve com os “tradicionais” aliados ocidentais: os EUA, a Inglaterra, a França e a RFA. Depois, analisamos porque razão Portugal se aproximou da RAS e da Rodésia e que tipos de relações mantiveram até ao início da década de setenta, altura em que se começaram a desenhar a série de acordos que ficaram conhecidos como Exercício Alcora. Por fim, analisamos a exposição sul-africana sobre uma proposta para um plano de defesa para a África Austral e o acordo de base do Exercício Alcora, já com as alterações resultantes da primeira reunião em que estiveram representados os três países interessados.

As conclusões contêm o comentário relativo ao cumprimento dos objectivos propostos, as respostas às questões derivadas, a resposta à questão central, a verificação das hipóteses inicialmente identificadas e a reflexão final sobre os principais resultados encontrados, as limitações e problemas encontrados durante a realização do trabalho e as recomendações e sugestões para investigações futuras.

Para a realização deste trabalho, propôs-se analisar o sistema de alianças em que Portugal se orientou durante a Guerra Colonial; analisar a proposta sul-africana sobre um plano de defesa para a África Austral e; analisar as medidas resultantes do acordo inicial estabelecido por Portugal, RAS e Rodésia em Outubro de 1970 e posteriormente alterados em Abril de 1971, tarefas que foram cumpridas.

Tendo em conta a investigação efectuada vejamos, antes de mais, as respostas às questões derivadas identificadas.

A resposta à primeira questão derivada levantada: *Que incidentes levaram a que o apoio dos EUA e de Inglaterra a Portugal se esmorecesse?*, encontrou-se no Capítulo 1.

No caso dos EUA, Portugal sentiu pela primeira vez um certo clima de crispação em 1961, quando a administração Kennedy alcançou o poder. O novo governo norte-americano defendia uma política pro-independentista e anti-colonial, o que ia contra a política portuguesa seguida em África. Também em 1961, ocorreram os casos *Santa Maria*, a *Abrilada* e a ocupação de Goa, Damão e Diu pela União Indiana. Em todos os casos o regime de Salazar ficou com a sensação de que os EUA não fizeram tudo quanto podiam. Ainda nesta altura, os norte-americanos levantaram medidas restritivas no que respeita à aquisição de material militar. Quando o cenário tendia a melhorar em meados da década de sessenta, com a chegada ao

poder da administração Johnson e posteriormente com a administração Nixon, eis que uma nova série de acontecimentos e mudanças na cena internacional acabaram por prejudicar as relações luso-americanas. A *détente* Leste-Oeste era uma realidade, existindo uma necessidade cada vez menor de tentar superar o bloco comunista, além disso, internamente os EUA enfrentavam duras críticas pela situação no Vietname e o caso Watergate, relegando os problemas portugueses para segundo plano.

Quanto às razões que levaram ao esmorecimento das relações luso-inglesas, estas derivavam principalmente da diferença na política colonial seguida. A Inglaterra desde cedo começou a preparar as suas colónias para, de uma forma pacífica, lhes dar a independência. Por isto, os ingleses consideravam a política colonial portuguesa desajustada. Quando se deu a invasão de Goa, Damão e Diu, Portugal invocou a secular aliança anglo-lusa, mas o comportamento inglês não correspondeu às expectativas portuguesas. Na parte final da década de sessenta, toda a questão em volta da independência da Rodésia, explicada no Capítulo 2, foi mais um factor decisivo prejudicial às relações entre os dois países.

A resposta à segunda questão derivada: *Aquando o afastamento dos EUA e da Inglaterra, quais as razões que ditaram um aproximação política, e posteriormente um afastamento, a França e à RFA?*, encontrou-se no Capítulo 1.

Importa referir que as relações com ambos os países (França e RFA) já existiam quando se notou o afastamento dos EUA e da Inglaterra.

No caso da França, mesmo quando optou por dar a independência à Argélia, este país continuou a apoiar Portugal na ONU e junto de países africanos. O presidente francês, Gen De Gaulle, viu nas cristações luso-americanas do início da década de sessenta a oportunidade ideal para enfrentar o poder norte-americano, pois também os franceses queriam ter influência em África. Neste período, as relações entre Portugal e França observaram um bom ritmo, tendo os portugueses adquirido aos franceses diverso equipamento militar. Em 1964 foi assinado o *Acordo luso-francês* sobre a concessão de facilidades nos Açores, um exemplo da boa relação que existia entre os dois países, mas a partir da segunda metade daquela década, as relações tornaram-se mais calculistas devido a contestações internas em França e agravado pela chegada de Pompidou ao poder francês em 1969. A partir daí, a política portuguesa ia contra o discurso humanista francês tornando as relações cada vez mais reservadas mas, sempre se mantendo um clima de respeito e de cooperação embora sem o vigor da *era De Gaulle*.

No caso alemão, desde a década de cinquenta era notório o equilíbrio entre as questões políticas e a cooperação militar. Até ao final da primeira metade da década de sessenta, Portugal obteve da RFA vários meios para apoio à Guerra Colonial e para isso valeu o acordo que havia sido estabelecido sobre a concessão de facilidades à Força Aérea alemã na Base de Beja. No entanto, com a mudança de governo no início da segunda metade da década de sessenta, as dificuldades orçamentais então sentidas e a opção pela *Ostpolitik*, fizeram com que este apoio diminuísse. A cooperação com a RFA acabou por ser bastante favorável a Portugal, tendo apenas diminuído por razões político-estratégicas daquele país.

A terceira questão derivada era: *Que fundamentos levaram a que se estabelecessem acordos com países da África Austral?*, cuja resposta se encontrou no Capítulo 2.

Ao contrário das relações portuguesas com os tradicionais aliados ocidentais, que ao atingirem um pico na cooperação, por diversas razões acabaram por arrefecer, no caso da RAS e da Rodésia, as relações com Portugal foram crescentes até ao fim da Guerra Colonial.

A necessidade de aliança entre Portugal e a RAS nasceu da vontade mútua de exercer o domínio branco em África. Naquela altura, Portugal e a RAS estiveram praticamente sozinhos em África. Portugal reorientou a sua política de alianças e a RAS apresentou-se como o parceiro ideal: um país africano vizinho, próspero, de domínio branco e europeizado. Ao longo da Guerra Colonial, Portugal estabeleceu com a RAS uma aliança tão produtiva que foi apontada por diversos autores como tendo sido o principal aliado de Portugal em África.

A aproximação à Rodésia também se deveu à reorientação de alianças que Portugal necessitou de encetar. Ao longo da década de sessenta, a Rodésia viveu sob uma grande instabilidade política e o risco de o poder cair nas mãos dos negros era elevado, o que preocupava o regime português, pois isso era um factor que poderia beneficiar os intentos comunistas da China e da URSS em África. Portugal acabou por ver na instabilidade rodesiana a oportunidade ideal para afrontar a falta de apoio inglesa e mesmo quando se deu a DUI daquele país e a ONU declarou uma série de embargos (entre os quais o bloqueio ao Porto da Beira), o nosso país sempre se manteve do lado da Rodésia, pois sabia que daí haviam de advir os respectivos benefícios. Este apoio acabou por ser reconhecido pela Rodésia, tendo sido estabelecidos vários acordos de cooperação durante a Guerra Colonial.

Nos Capítulos 2 e 3 encontrou-se a resposta à quarta questão derivada: *Quais os incidentes que levaram a RAS a tomar a iniciativa sobre um plano de defesa para a África Austral?*

A participação de forças militares sul-africanas em apoio a operações nos territórios de Angola e de Moçambique eram já uma realidade no início dos anos setenta. No entanto, este apoio, segundo as autoridades militares da RAS, não produziu os efeitos esperados. Além disto, a RAS, na exposição que apresentou às autoridades portuguesas em Março de 1970, identificou uma degradação progressiva da situação militar e da administração civil nos territórios portugueses, especialmente em Angola. Face a esta situação existia a possibilidade de Portugal não aguentar a guerra durante muito mais tempo, o que também poderia colocar em causa o regime sul-africano, daí a necessidade urgente sentida pela RAS de se planear a defesa daqueles territórios.

Sobre a quinta questão derivada identificada: *Qual a razão pela qual Portugal aceitou prontamente discutir a elaboração desse plano?*, a resposta encontrou-se nos Capítulos 2 e 3.

Depois de analisada pelas autoridades portuguesas a exposição sul-africana, as mesmas concordaram com a generalidade do que havia sido dito, realçando até a sinceridade e a frontalidade com que havia sido feita. A cooperação com a RAS e com a Rodésia tendeu a crescer, à medida que a cooperação com os restantes aliados tendeu a decrescer, por isso, Portugal viu com bons olhos a proposta sul-africana. Outro factor que terá pesado na decisão

portuguesa foi o programa aprovado pela ONU, em Outubro de 1970, destinado a acelerar a obtenção da independência das colónias.

Quanto à resposta à sexta questão derivada: *Em que altura e por que razão a Rodésia entra neste projecto?*, encontrou-se nos Capítulos 3 e 4.

Não foram encontrados dados concretos sobre a data em que a Rodésia ficou a conhecer as intenções sul-africanas, no entanto, quer na exposição sul-africana sobre o plano de defesa para a África Austral, quer no acordo de base, existem referências que indicam que a Rodésia já tinha conhecimento deste projecto aquando a data da exposição. No entanto, a Rodésia aprovou o acordo de base depois de Portugal, em 26 de Julho de 1971, já depois de os três países se terem encontrado pela primeira vez em simultâneo entre 30 de Março e 1 de Abril de 1971.

Respondidas as questões derivadas, e tendo em conta a questão central do nosso trabalho, ***Quais os objectivos iniciais estabelecidos pela aliança assinada entre Portugal, República da África do Sul e Rodésia, conhecida como Exercício Alcora?***, identificamos a resposta à problemática do nosso trabalho de investigação.

O objectivo do Exercício Alcora, conforme foi descrito, congregava a coordenação de todas as tarefas inerentes à defesa dos territórios visados e às actividades das três Forças Armadas, não fechando a porta a uma eventual cooperação de natureza não militar. Assim, importou analisar e debater todos os campos identificados no Capítulo 4 com vista a, no menor espaço de tempo possível, estabilizar a situação militar nos três países, especialmente nos territórios portugueses em guerra.

Para se prosseguirem com estes objectivos era essencial que o contacto ao nível dos escalões de comando dos três países fosse mantido, tendo sido definidas comissões em três níveis: a ATLC, composta por representantes dos três países, que tinha autoridade para estabelecer políticas, dirigir e coordenar as acções das subcomissões; as ACOC, em que cada país tinha a sua, estavam responsáveis pela orientação e coordenação das acções das subcomissões e; as subcomissões, em que também cada país tinha as suas, responsáveis por executarem o trabalho de EM e realizarem os respectivos estudos que lhes estivesse incumbido.

Concluimos que o Exercício Alcora, nesta fase inicial, englobava apenas as questões militares por serem as que mais rapidamente necessitavam de resolução, no entanto, quer a anterior exposição sul-africana de um plano de defesa para a África Austral, quer no acordo de base, deixava antever que o Exercício Alcora pretendia expandir-se a outros campos de actuação de âmbito civil.

A verificação da primeira hipótese levantada: *tal como disse Salazar, a partir de certa altura e relativamente à questão colonial, Portugal encontrou-se “orgulhosamente só”*, espelhou-se no primeiro capítulo. Portugal, no decorrer da década de cinquenta, viu o seu espaço de manobra apertar-se quanto à política colonial seguida. Os países ocidentais, incluindo os que possuíam territórios no continente africano foram optando, com maior ou menor pacificidade, por reconhecer a independência aos novos países, o que tornava o caso português singular. No entanto, da análise efectuada verificamos que a afirmação de Salazar não correspondeu à realidade dos factos. Portugal enfrentou duras críticas no seio da sociedade internacional e no

seio das próprias organizações internacionais a que pertencia mas, os aliados de Portugal continuaram a apoiar o regime português. O primeiro capítulo mostrou isso mesmo, o apoio vindo dos aliados ocidentais diminuiu, mas não se pode dizer que tenham abandonado por completo o nosso país. Além disso, no segundo capítulo verificamos que, para contrariar a diminuição do apoio ocidental, Portugal encontrou novos aliados: a RAS e a Rodésia

A segunda hipótese levantada: *as autoridades sul-africanas tomaram a iniciativa sobre um plano de defesa para a África Austral porque notaram que Portugal não aguentaria por muito mais tempo a guerra e isso punha o seu regime em causa*, foi analisada no Capítulo 3. Foi da percepção das autoridades portuguesas que este problema só começou realmente a interessar aos sul-africanos quando estes perceberam que, muito possivelmente, Portugal não aguentaria a guerra durante muito mais tempo. A RAS temeu a crescente influência comunista da URSS e da China em África e viu os territórios de Angola e de Moçambique, juntamente com o território da Rodésia, como um excelente escudo natural. Como analisamos no Capítulo 2, Portugal e a RAS já tinham acordos de cooperação anteriores a 1970, mas relativamente ao plano de defesa para a África Austral, génese do Exercício Alcora, foi a RAS quem tomou iniciativa.

Quanto à terceira hipótese levantada, *o Exercício Alcora foi um exercício exclusivamente militar*, observamos que não se verificou. Os assuntos para discussão levantados no acordo de base podem deixar antecipar um acordo em que só os assuntos de Defesa interessam, no entanto, isso não é verdade. Se se analisar bem o objectivo do Exercício Alcora, exposto no Capítulo 4 e atendermos ao ponto de vista sul-africano sobre qual era a *ameaça*, deduzimos que para cumprir tal objectivo seriam necessários mais meios, que unicamente os militares, para praticar a *estratégia indirecta* preconizada pela RAS. Além disso, no acordo de base estava subjacente essa questão: nesta primeira fase (referente ao acordo de base) o estudo incidiria sobre as questões militares e numa fase mais avançada incluiria também diferentes campos como a assistência social, a construção e melhoramento de infra-estruturas, o melhoramento dos serviços administrativos, entre outros.

Uma das maiores dificuldades encontradas neste trabalho foi o tempo destinado à sua construção, o que afectou, entre outras coisas, a pesquisa nos diversos arquivos consultados, uma vez que a informação sobre este tema se encontra dispersa. Outra limitação sentida assentou na dificuldade sentida em encontrar pessoas, militares ou civis, que tenham integrado o Exercício Alcora em qualquer das comissões ou subcomissões existentes, o que não permitiu a entrevista a intervenientes directos.

O limite de páginas também foi uma condicionante durante a elaboração do TIA. Um trabalho deste género requer um maior número de páginas.

Analisou-se o Exercício Alcora até Abril de 1971, no entanto, sabe-se que a última reunião tripartida ocorreu já depois do 25 de Abril de 1974, pelo que consideramos interessante explorar os trabalhos efectuados e os avanços na cooperação verificados até à data dessa reunião.

Neste trabalho, identificamos os principais campos em que, um acordo praticamente desconhecido pretendia actuar. O Exercício Alcora tinha como principal orientação manter os governos brancos da África Austral. Não podemos dizer que ia resolver a guerra a favor destes três países, nem era essa a nossa intenção, no entanto, sabemos que ainda há muito a descobrir sobre este Exercício e sobre qual a sua real importância no que restou da Guerra Colonial.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

ARQUIVOS

ARQUIVO DEFESA NACIONAL, PAÇO DE ARCOS

ADN/F3/25/58/17, *Exercício Alcora. Descrição sumária.* (s.d.).

ADN/SGDN/05/5572/02, *Factores. Política internacional - Factores estratégicos.* (s.d.).

ADN/SGDN/05/5572/02, *Países Limítrofes Hostis à África Austral.* (s.d.)

ADN/SGDN/05/5572/02, *Reunião dos Ministros da Defesa da RAS e de Portugal.* (1968).

ADN/SGDN/06/6179, *Exercício Alcora. Acordo inicial.* (Outubro, 1970).

ADN/SGDN/06/6179/01, *Conceito Estratégico Militar para os territórios Alcora.* (Dezembro, 1972).

ADN/SGDN/06/6179/01, *Minutas das discussões entre oficiais de EM do CEM da RAS e oficiais do EM do SGDN.* (Outubro, 1970).

ADN/SGDN/06/6905/02, *Organizações que apoiam os movimentos subversivos contra a África austral.* (s.d.).

ARQUIVO HISTÓRICO MILITAR, LISBOA

FO/7/B/44/370/1, *Comissão Conjunta dos Chefes de Estados-Maiores – Convocação e Agenda.* (Abril, 1970).

FO/7/B/44/370/1, *Plano de Defesa para a África Austral (Exposição Sul Africana).* (Março, 1970).

FO/7/B/44/370/2, *Amended Draft Terms of Reference for the Air Planning Sub-Committee.* (1970).

FO/7/B/44/370/2, *Amended Draft Terms of Reference for the Target Sub-Committee.* (1970).

FO/7/B/44/370/2, *Documento que substitui o HVS/206/34/3/6 de 14OUT70 (Acordo de base).* (Março, 1970).

FO/7/B/44/370/2, *Exercise Alcora: Details of Committee Meetings in 1971.* (Março – 21 de Junho, 1971).

FO/7/B/44/370/3, *Exercício Alcora – Exposição à CCCEM no dia 30 de Abril de 1971*. (30 de Abril, 1971).

FO/7/B/44/370/4, *A Ameaça a Curto e Médio Prazo aos Territórios Alcora*. (1 de Junho – 9 de Setembro, 1971).

FO/7/B/44/370/6, *Termos de Referência para a Subcomissão de Defesa Aérea*. (2 de Julho – 3 de Dezembro, 1971).

FO/7/B/44/370/7, *Termos de Referência para a Subcomissão de Aeródromos*. (2 de Julho – 16 de Dezembro, 1971).

FO/7/B/44/370/8, *Termos de Referência para a Comissão de Coordenação Alcora (ACOC)*. (3 de Julho – 24 de Novembro, 1971).

FO/7/B/44/370/9, *Termos de Referência para a Subcomissão de Logística*. (28 de Julho – 15 de Dezembro, 1971).

FO/7/B/44/370/10, *Termos de Referência para a Subcomissão de Meios de Transporte*. (30 de Julho – 30 de Dezembro).

FO/7/B/44/370/11, *Termos de Referência para a Subcomissão de Informações*. (20 de Agosto – 20 de Dezembro, 1971).

FO/7/B/44/370/12, *Termos de Referência para a Subcomissão de Acção Psicológica*. (8 de Agosto – 17 de Dezembro, 1971).

FO/7/B/44/370/14, *Termos de Referência para a Subcomissão de Telecomunicações e Guerra electrónica*. (22 de Setembro – 10 de Dezembro, 1971).

FO/7/B/44/370/16, *Termos de Referência para a Subcomissão de Doutrina Comum de Contra-Subversão*. (20 de Outubro – 17 de Dezembro, 1971).

FO/7/B/44/370/2, *Amended Draft Terms of Reference for the Command and Control Subcommittee*. (1970).

FO/7/B/44/370/2, *Amended Draft Terms of Reference for the Mapping and Survey Subcommittee*. (1970).

ARQUIVO HISTÓRICO-DIPLOMÁTICO, LISBOA

PAA 50, *Relatório especial do Estado-Maior da Armada “Situação na Federação da África Central”*. (1962).

PAA 942, *Comité Belga-rodésiano para a Defesa da África Branca* (1966/1967).

FONTES IMPRESSAS

Jardim, J. (1978). *Rodésia - O Escândalo das Sanções*. Lisboa: Editorial Intervenção.

Nogueira, F. (2011). *Salazar - A Resistência (1958-1964) Volume V*. Civilização Editora.

BIBLIOGRAFIA

LIVROS E CAPÍTULOS DE LIVROS

Afonso, A., & Gomes, C. M. (2010). *Os Anos da Guerra Colonial - 1961.1975 (1ª Ed.)*. Lisboa: Quidnovi, ISBN 978-989-6282-13-4.

Antunes, J. F. (1996), *A Guerra de África (1961-1974)*, Volumes I e II, Temas e Debates, Lisboa: Printer Portuguesa, ISBN 972-759-038-1.

Barreto, A., & Mónica, M. F. (Orgs.). (1999). *Dicionário de História de Portugal - Volume VII (1ª Ed.)*. Lisboa: Livraria Figueirinhas.

Cervelló, J. S. (2010). Da criação da OUA à Guerra na Guiné. In A. Afonso, & C. M. Gomes, *Os Anos da Guerra Colonial - 1961.1975* (pp. 209-219). Lisboa: Quidnovi, ISBN 978-989-6282-13-4.

Chi-Bonnardel, R. (1973). *Grand Atlas du Continent Africain (1ª Ed.)*, Paris: Éditions Jeune Afrique.

Durban, A. (s.d.). *A África Austral de Hegemonia Branca*. (R. M. Romão, Trad.) Delfos.

Eco, H. (2007). *Como se faz uma Tese em Ciências Humanas (15ª Ed.)*. Coimbra: Presença.

Fonseca, A. M. (2007). *A Força das Armas: o Apoio da República Federal da Alemanha ao Estado Novo (1958-1968)*. Lisboa: IDI – MNE, ISBN 978-972-9245-53-4.

Marcos, D. (2007). *Salazar e de Gaulle: a França e a Questão Colonial Portuguesa (1958-1968)*. Lisboa: IDI – MNE, ISBN 978-972-9245-54-1.

Martelo, D. (2001). *1974 – Cessar Fogo em África*. Mem Martins: Publicações Europa-América, ISBN 978-972-1048-89-8.

Oliveira, P. A. (2007). *Os Despojos da Aliança. A Grã-Bretanha e a Questão Colonial Portuguesa, 1945-75*. Lisboa: Tinta da China, ISBN 978-972-8955-39-7.

Pinto, A. (2001), *O Fim do Império Português. A Cena Internacional. A Guerra Colonial, e a Descolonização, 1961-1975*, Lisboa: Livros Horizonte.

Quivy R. & Campenhoudt L. (2008), *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa: Gradiva, ISBN 978-972-6622-75-8.

Rodrigues, L. N. (2002), *Salazar – Kennedy: a crise de uma aliança*, Lisboa: Editorial Notícias, ISBN 978-972-4613-52-9

Rosas, F. & Brito, B. (Orgs.). (1996). *Dicionário de História do Estado Novo – Volume I*. Lisboa: Bertrand Editora.

Sarmiento, M. (2008), *Guia Prático sobre a Metodologia Científica para a Elaboração, Escrita e Apresentação de Teses de Doutoramento, Dissertações de Mestrado e Trabalhos de Investigação Aplicada*, Lisboa: Universidade Lusíada Editora.

Pattee, R. (1971). África do Sul Vizinha de Portugal. *Portugal na África Contemporânea*, I. Lisboa: Junta de investigações do Ultramar.

Pattee, R. (1974). A Rodésia. *Portugal na África Contemporânea*, III. Lisboa: Junta de Investigações Científicas do Ultramar.

PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS

Brandão, V. (2009). A Defesa da África Austral no âmbito da Política Externa de Marcello Caetano. *Proelium – Revista da Academia Militar*, VI Série, n.º 11, pp. 57-82, ISSN 1645-8826.

Marcos, D. (2006). Portugal e a França na década de 1960 - a questão colonial e o apoio internacional. *Relações Internacionais*, n.º 11, pp. 31-45.

Moita, M. F. (2000). Portugal Perante a Política do Apartheid - a visão da diplomacia portuguesa. *Penélope*, n.º 22, pp. 7-34.

Telo, A. J. (1994). As Guerras de África e a Mudança nos Apoios Internacionais de Portugal. *Revista de História das Ideias - Volume 16 - Do Estado Novo ao 25 de Abril*, pp. 347-369.

BIBLIOGRAFIA DISPONÍVEL EM FORMATO ELECTRÓNICO

ARTIGOS EM REVISTAS DISPONÍVEIS EM FORMATO ELECTRÓNICO

Guardiola, Nicole. *Alcora: O acordo secreto do colonialismo português com o apartheid*, in <http://www.africa21digital.com/noticia.kmf?cod=8617816&indice=10&canal=401>, acedido em 20 de Novembro de 2011.

Marcos, D. (2006). Portugal e a França na década de 1960 - a questão colonial e o apoio internacional. *Relações Internacionais*, pp. 31-45, in http://iscte.academia.edu/DanielMarcos/Papers/92664/Portugal_e_a_Franca_na_decada_de_1960_a_Questao_colonial_e_o_apoio_internacional, acedido em 3 de Março de 2011.

Rodrigues, L. N. "*Orgulhosamente Sós*"? *Portugal e os Estados Unidos no início da década de 1960*, in <http://www.ipri.pt/investigadores/artigo.php?idi=8&ida=140>, acedido em 1 de Março de 2011.

TESES DE DOUTORAMENTO DISPONÍVEIS EM FORMATO ELECTRÓNICO

Branco, L. B. (2003). *A Política Externa Sul-Africana: do Apartheid a Mandela*, in <http://repositorio.iscte.pt/bitstream/10071/542/1/Doutoramento%20Luis%20CB.pdf>, acedido em 1 de Março de 2011.

Sá, T. M. (2007). *Os Estados Unidos e a Democracia Portuguesa. As relações luso-americanas na transição para a democracia em Portugal (1974-1976)*, in <http://repositorio.iscte.pt/handle/10071/679>, acedido em 1 de Março de 2011.

DISSERTAÇÕES DE MESTRADO DISPONÍVEIS EM FORMATO ELECTRÓNICO

Barroso, L. (2008). *Salazar e Ian Smith - O Apoio de Portugal à Rodésia (1964-1968)*, in <http://repositorio.iscte.pt/handle/10071/1465>, acedido em 1 de Março de 2011.

Santos, P. (2007). *Portugal e a NATO: Diplomacia em Tempo de Guerra (1961-1968)*, in <http://repositorio.iscte.pt/handle/10071/638>, acedido em 2 de Março de 2011.

WEBSITES

<http://www.efta.com>, acedido em 15 de Fevereiro de 2011.

<http://pt.wikipedia.org>, acedido em 29 de Março de 2011.

APÊNDICE A

ASSALTO AO SANTA MARIA E A ABRILADA

ASSALTO AO SANTA MARIA

O assalto ao *Santa Maria* deu-se no dia 22 de Janeiro de 1961 por um grupo armado do Directório Ibérico de Libertação (DRIL), no mar das Caraíbas, sendo este episódio apontado como tendo sido um desafio ao regime por parte da Oposição Política. O DRIL era composto por exilados republicanos espanhóis e membros do Movimento Nacional Independente, criado pelo Gen Humberto Delgado, depois da fraude eleitoral de 1958 (Cervelló, 2010, p. 99).

Sob o comando de Henrique Galvão, o plano previa dirigirem-se primeiro à ilha de Fernando Pó, na Guiné Espanhola, e depois continuar para a capital de Angola. O objectivo era que a partir destes territórios libertados se pudesse desencadear um amplo movimento contra as duas ditaduras de Portugal e Espanha (Cervelló, 2010, p. 99).

Conhecido o caso, Portugal pediu ajuda à NATO. Tanto os EUA como a Inglaterra mostraram-se prontos a localizar e a perseguir o navio, no entanto, os dois países, especialmente os EUA, ao saberem que os revoltosos se diziam membros da Oposição à ditadura de Oliveira Salazar, alteram a sua posição.

O governo do Reino Unido decidiu que interviria apenas, *in extremis*, caso o *Santa Maria* se aproximasse de Angola e pusesse em perigo interesses britânicos na zona. Por seu turno, do lado norte-americano, a administração Kennedy, pressionada pelos seus sectores mais liberais, que viam com extrema relutância o apoio dos EUA a um regime autoritário e colonialista, adoptou uma posição muito prudente e procurou informar-se detalhadamente acerca do caso (Antão & Tavares, 2008).

Os navios enviados em busca do *Santa Maria* foram mandados regressar às suas bases, tendo o almirante Allen Smith, da Marinha norte-americana subido a bordo, no dia 31 de Janeiro, e conferenciado com Galvão. Este facto desagradou grandemente ao Governo português. Logo de seguida, e obtidas as garantias de asilo político do novo presidente brasileiro, Jânio Quadros, os revoltosos desembarcaram no Brasil, terminando a sua intervenção neste episódio.

O sequestro “mostrou ao regime o seu isolamento e fez nascer nele uma profunda aversão por Washington” (Cervelló, 2010, p. 99).

ABRILADA

O isolamento internacional do regime e o seu desprestígio interno, por causa da fraude eleitoral de 1958, a pressão norte-americana sobre a política colonial, o fracasso da França na Argélia, os avanços da Oposição democrática, cujo projecto moderado parecia reunir consensos, a concessão de asilo político a Galvão e aos outros membros do DRIL pelo Brasil e o apoio dos EUA e da URSS aos movimentos de libertação, acabaram por convencer amplos sectores das Forças Armadas da necessidade de substituir Tomás e Salazar, através de um golpe de Estado inconsequente: a *Abrilada*, liderado pelo então Ministro da Defesa Nacional Gen Botelho Moniz (Cervelló, 2010, p. 103).

Os militares reformadores pretendiam realizar um golpe palaciano na tarde de 13 de Abril de 1961, aproveitando uma reunião no Ministério da Defesa Nacional em que, na presença dos chefes militares e dos comandantes das principais unidades, se destituiria o Governo. A facção contrária, conhecedora do plano, levou a que o presidente da República publicasse, no *Diário do Governo*, a destituição dos implicados no golpe, o que ocorreu na manhã desse dia, horas antes da reunião. A renovação foi justificada pelo Governo como apenas mais uma remodelação ministerial (Cervelló, 2010, p. 103).

Este episódio acabou por ter sequelas gravosas para as relações luso-americanas. A tentativa de golpe de Estado acentuou as desconfianças do governo português relativamente à nova administração norte-americana uma vez que, na óptica portuguesa, havia sinais claros do envolvimento dos EUA na conspiração, nomeadamente do seu Embaixador em Lisboa, Charles Elbrick, tendo mesmo chegado a considerar-se que a *Abrilada* era uma conspiração fabricada pela CIA e pela Embaixada para derrubar Salazar (Sá, 2007, p. 67).

APÊNDICE B

O BLOQUEIO AO PORTO DA BEIRA

A resposta da Inglaterra à DUI da Rodésia, foi imediata. A 12 de Novembro de 1965, o primeiro-ministro inglês, Harold Wilson, declarou a DUI ilegal (Afonso & Gomes, 2010, p.298). No decorrer desta crise, o Conselho de Segurança da ONU aprovou uma resolução que na prática instituiu o bloqueio naval ao porto da Beira, em Moçambique, e apelou ao Governo britânico para prevenir, *usando a força se necessário*, a passagem de qualquer navio com combustíveis para a Rodésia (Rosas & Brito, 1996, p. 33).

O plano britânico consistiu num bloqueio ao porto da Beira para evitar que petróleo ou combustíveis chegassem à Rodésia. O bloqueio ao porto da Beira foi um claro exemplo do emprego da economia como instrumento de poder por parte de Inglaterra, ao impor um bloqueio com uma força naval para fazer cumprir uma resolução do Conselho de Segurança da ONU e obrigar Smith a acabar com a independência unilateral da Rodésia (Barroso, 2008, p. 73).

Face à desproporcionalidade de poder entre Portugal e a Grã-Bretanha, ao governo português pouco mais restou que utilizar a diplomacia para demonstrar que não podia negar o acesso ao mar a países interiores, onde incluía o Malawi e a Zâmbia. De facto, embora a economia moçambicana pouco pudesse fornecer à Rodésia, Portugal poderia garantir a certeza de acesso ao mar através dos portos da Beira e Lourenço Marques, porque estava em causa o abastecimento de combustíveis para a produção de energia e para a agricultura. Além do mais, foi possível fazer de Lisboa um ponto de acesso a relações com outros países (Barroso, 2008, p. 73).

A Rodésia dependia do único pipeline que ligava o porto da Beira a Untali e, ao decretar o embargo e ao enviar navios de guerra para o canal de Moçambique, o Governo inglês estava convencido que desferia um golpe mortal na economia rodesiana. Mas a Rodésia tinha alternativas: boas estradas e linhas ferroviárias para as grandes refinarias da RAS e de Lourenço Marques e a simpatia dos dois governos. A resposta ao embargo “foi rápida, estava prevista e assumiu aspectos de farsa internacional” (Afonso & Gomes, 2010, p. 298).

O bloqueio ao porto da Beira só terminou com a independência de Moçambique, em Junho de 1975.

APÊNDICE C

RESUMO DAS IMPERFEIÇÕES ADMINISTRATIVAS EM ANGOLA IDENTIFICADAS NA EXPOSIÇÃO SUL-AFRICANA.

ESCASSEZ DE ADMINISTRAÇÃO NAS ÁREAS RURAIS

Foram mobilizados a totalidade dos recursos humanos do país, incorporando-os nas Forças Armadas o que originou a falta de administração no Sul de Angola em quantidade e em qualidade.

FALTA DE COOPERAÇÃO CIVIL-MILITAR NO CUANDO-CUBANGO

Em vez de estreita coordenação nas operações de civis e de militares, não existia direcção central. Fraser propunha a nomeação de um novo Governador e a ressurreição de um eficiente Conselho Distrital para a contra-subversão, sob a sua presidência (do Governador).

COLAPSO NO PROGRAMA DOS ALDEAMENTOS

Com a concentração de populações deveria alcançar-se a cooperação e o apoio voluntário destes ao Governo. O grave problema de pessoal administrativo, já mencionado, o facto dos aldeamentos, na maioria dos casos não estarem preparados para receber as populações³⁶, entre outros aspectos, originou um colapso do programa de aldeamentos no distrito de Cuando-Cubango. Todos estes evitáveis sofrimentos das populações resultaram em medo e ódio aos portugueses.

PROGRAMAS INCONSISTENTES PARA A POPULAÇÃO INDÍGENA

Em Moçambique a consideração para com as populações nativas trouxera como consequência uma população mais satisfeita e mais leal, no entanto, no Sul de Angola, diferentes tribos eram agrupadas no mesmo aldeamento, com os resultados de descontentamento e conflitos entre elas.

FUNDOS INSUFICIENTES PARA A ACÇÃO CIVIL

³⁶ Havia escassez de alimentos, água, habitação, segurança, escolas, assistência médica, facilidades de comércio, etc.

Não havia dinheiro para a administração civil. Esta situação foi aproveitada pelos terroristas que começaram a proporcionar às populações alimentação e assistência médica, ganhando assim a sua simpatia.

OPERAÇÕES PSICOLÓGICAS NÃO SENDO PROSSEGUIDAS COM DETERMINAÇÃO

O Governo deveria ter uma campanha de operações psicológicas especialmente orientada e permanente, tanto para denegrir o inimigo como para unir as populações ao lado do governo. A propaganda, junto com outras técnicas de operações psicológicas, poderia ser tão eficaz como os exércitos e muito mais barata.

AS FORÇAS MILITARES NA CONTRA-SUBVERSÃO

O papel militar deveria ter estado a cargo de um “exército regular, agressivo, de elite, altamente treinado, com equipamento ligeiro com, no caso de Angola, cerca de trinta mil homens³⁷”, agindo em conjunto com uma Força Aérea que lhe prestasse apoio logístico, mobilidade estratégica e alguma mobilidade táctica. Este era o tipo de força preferível para fazer face a uma guerra colonial, apoiada pelas forças da polícia, de milícias recrutadas localmente e por forças paramilitares para manter a lei e a ordem, para proteger as populações e para fornecer informações.

ORGANIZAÇÃO DO EXÉRCITO PORTUGUÊS

Existiam demasiados Batalhões com a concepção, a motivação e o treino de quadrícula e insuficiente número deles com espírito ofensivo. Ou seja, demasiados Batalhões eram utilizados em funções que deveriam ter sido desempenhadas pelas milícias, pela polícia e por outras organizações paramilitares, não tendo sido aproveitados em número suficiente para evitar que os terroristas continuassem no seu objectivo estratégico de subverter a população.

MOTIVAÇÃO DOS GRADUADOS SUBALTERNOS DO QUADRO DE COMPLEMENTO (QC)

Com algumas “brilhantes excepções”, os graduados do QC não estavam motivados para a guerra em Angola. Os comandantes do Quadro Permanente (QP) tinham também alguma resistência em autorizar àqueles graduados a iniciativa e a liberdade de acção que eram fundamentais para o sucesso.

³⁷ Nesta altura existiam em Angola cerca de setenta mil militares (relato pessoal de Coronel Matos Gomes).

TREINO DO EXÉRCITO

Com excepção das tropas especiais (Comandos, Fuzileiros, Paraquedistas, etc.), cujo treino foi descrito como sendo “excelente e contínuo”, aos restantes militares não era feito qualquer treino militar em Angola, nem sequer treinos de refrescamento, resultando numa “aterradora falta de energia” dispendida pelos graduados do QC. O patrulhamento terrestre no clima de Angola era extremamente cansativo. Um bom treino poderia rectificar o estado das coisas mas, mesmo isso parecia ser um fardo demasiado pesado.

FRAQUEZA NOS COMANDOS SUBALTERNOS

Igualmente com brilhantes excepções, aos comandos subalternos faltavam qualidades de comando. Existissem essas qualidades e elas seriam muito competentemente aceites pelos soldados portugueses.

A ARMADILHA DE MAO-TSÉ-TUNG

As forças militares não realizavam missões de patrulhamento fora das suas guarnições, a não ser em escassas excepções e no mais curto prazo de tempo possível. O inimigo tinha assim completo controlo nas áreas adjacentes e os resultados disso eram: as estradas não eram mantidas limpas nem de emboscadas, nem de minas e as áreas rurais não eram mantidas livres dos terroristas que, por conseguinte, faziam uso das populações locais.

BRILHANTE TRABALHO DE EM MAS EXECUÇÃO POBRE

O trabalho de EM dos portugueses, as suas directivas e ordens de operações eram brilhantes mas, talvez devido à desajustada chefia dos subalternos e ao impróprio treino das tropas, a execução desses planos era, normalmente, ineficiente. As ordens eram inflexíveis e não davam oportunidade à iniciativa de quem conduzia a operação. Deste modo, os graduados do QC arriscavam as suas vidas por uma causa para a qual não estavam motivados. Deveriam antes aprender a aceitar os aspectos não militares como sendo soberanos, mesmo quando o perigo resultante dessa aceitação fosse grande, quer para eles, quer para as suas tropas. Os preceitos da lei e a manutenção dos mais altos níveis de disciplina, de honra, de compaixão, de reconhecimento dos direitos humanos, eram condições prévias para a criação de um padrão ideal.

O EFEITO PSICOLÓGICO DO MEDO

Era essencial encorajar as populações a conservarem a esperança no restabelecimento do controlo governamental e não no contrário. No Cuando-Cubango, ainda se fazia um uso

indiscriminado das armas e isto tinha terríveis consequências para as populações que, por qualquer motivo, eram as vítimas infelizes do domínio da subversão. Devia ser insistentemente gravado na mente dos soldados que cada civil inocente que é morto pelas forças de segurança acarretava mais prejuízo aos portugueses do que dez, mortos pelo inimigo.

UMA GUERRA DE REACÇÃO

Os portugueses travavam uma guerra de reacção militar em vez de ganharem a iniciativa estratégica político-administrativa.

A CONTRA-INFORMAÇÃO

Existia uma grave falta de disposição de segurança em Angola, sobretudo no que se refere à contribuição da RAS. Deveria ser estabelecida uma organização conjunta de contra-informação, sob o comando do Comandante-Chefe.

O COMANDO E CONTROLO

Para surpresa do General Fraser, o Comandante-Chefe em Angola não tinha o comando operacional directo das Forças Armadas. Deveria ser-lhe dada a autoridade correcta para o tornar capaz de conduzir a campanha pessoalmente, como era de direito para qualquer Comandante-Chefe em guerra.

ANEXO A

**SITUAÇÃO NA FEDERAÇÃO DA ÁFRICA CENTRAL (MAIO
DE 1962)**

EXEMPLAR N.º 22

CONFIDENCIAL

ESTADO MAIOR DA ARMADA
SERVIÇO DE INFORMAÇÕES MILITARES

RELATÓRIO ESPECIAL N.º 1

ASSUNTO: SITUAÇÃO NA FEDERAÇÃO DA ÁFRICA CENTRAL

REFERIDO A: MAIO DE 1962

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

Nota histórica:

A Federação da África Central compreende a Rodésia do Sul, a Rodésia do Norte e a Niassalândia, tendo sido criada em Out/1953. Baseia-se nas economias complementares dos territórios federados (agricultura sul-rodésiana, exploração mineira norte-rodésiana e mão de obra da Niassalândia) e a sua criação parece ter visado ao estabelecimento de um sistema capaz de manter a supremacia do branco na África Central, opondo-se, de um lado, à expansão para o Noroeste do racismo branco da União Sul-Africana, e por outro procurando evitar o alastramento para o Sul do nacionalismo negro do Oeste Africano. Esta associação e estes objectivos realizariam por sua vez a estabilização dos interesses britânicos que nesta região de África são enormes. Recorde-se apenas que foi a British South Africa Company quem administrou os territórios de ambas as Rodésias até 1924. Embora não dispondo hoje de poder administrativo sobre os territórios é ainda uma Companhia próspera que possui o exclusivo da prospecção e exploração de minérios em quase toda a Federação.

Estrutura política

A Federação foi estabelecida com autonomia administrativa, Apensas os assuntos relativos à Defesa e Relações Exteriores estão dependentes do Governo Britânico. A sua administração faz-se por intermédio de:

- Governador Geral nomeado pela Coroa Britânica (Lord Dalhousie)
- Conselho de Ministros (1º, Ministro: Sir Roy Welensky)
- Assembleia Legislativa Federal

Com 59 membros dos quais:

- 44 em representação dos colonos brancos
- 15 em representação dos africanos

estando em estudo uma nova constituição para a Federação que tende a limitar o poder central e a fortalecer o dos territórios.

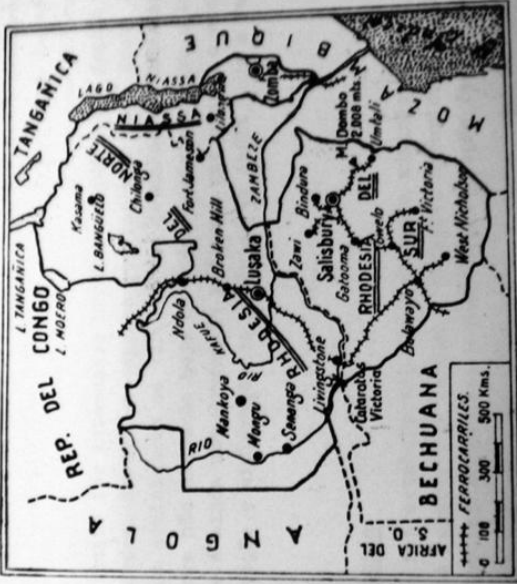
CONFIDENCIAL

ESTADO-MAIOR DA ARMADA

Serviço de Informações Militares

RELATORIO ESPECIAL Nº 1

ASSUNTO: SITUAÇÃO NA FEDERAÇÃO DA ÁFRICA CENTRAL



Area: 1.262.971 km²

População: 8.050.000 habitantes
308.000 europeus (4%)

Densidade: 7 hab/km²

Capital: Salisbury (provisoriamente)

- 1 -

CONFIDENCIAL

A doutrina racial adoptada é por vezes designada por "differentiation" e pode situar-se a meio caminho entre o "apartheid" sul-africano e a "assimilação" portuguesa.

No seu conjunto visa à criação de uma sociedade multi-racial em que os negros não tendo tratamento positivamente igual ao branco teriam não só por uma questão de justiça mas principalmente por necessidade política, oportunidades de progresso económico gradual.

Problemas internos da Federação

Os acontecimentos dos últimos anos em África vieram pôr à prova a estabilidade e valor da Federação, que está sendo solicitada no sentido da desintegração por forças internas e ainda pela pressão externa em particular da ONU.

As forças internas são de duas origens distintas: uma devida à diferente estrutura económico-social dos territórios federados, outra devida ao crescente nacionalismo das massas nativas que se estruturam em fortes partidos políticos que tendem a dificultar a acção governativa federal.

As divergências do primeiro tipo resultam:

- Do sentimento, comum nos Norte-Rodesianos de estarem a auxiliar a economia da Rodésia do Sul.
- Dos Sul-Rodesianos acharem que a Rodésia do Norte e o Niassalândia são demasiado "negros" para serem salvos. Dequi um plano de -amalgamation- sugerido por Sir Edgar Whitehead que consistiria na ligação da Rodésia do Sul com alguns territórios da Rodésia do Norte - o Copper Belt - com independência para o resto da Rodésia do Norte e Niassalândia.

Alternativamente a Rodésia do Sul gostaria de se ver mais ligada à União Sul-Africana, de onde uma grande parte dos colonos é originária, e onde veriam os seus interesses mais defendidos.

- Da velha oposição da Niassalândia à integração na Federação, onde foram metidos sem consentimento e onde desempenham o papel de parente pobre cujo trabalho apenas irá beneficiar os associados mais fortes.

CONFIDENCIAL

- 3 -

CONFIDENCIAL

A oposição vinda dos sectores nativos resulta:

- Do sentimento de que a Federação foi constituída em benefício de uma minoria branca.
- Do pressentimento de que por lhes ter sido imposta, a Federação barra o seu caminho para a auto-determinação e governo próprio.
- Da convicção de que a Federação acabará dominada pela nacionalismo extremo dos colonos brancos sul-rodésianos.

As forças tendentes à conservação da Federação devem procurar-se nos colonos brancos que se unem em torno dos partidos federais. Estes manifestam o receio de que o predomínio africano desmembre a Federação e traga a diminuição do poder económico dos Estados, tornando-os assim mais vulneráveis. A dissolução da Federação, dizem ainda, seria uma demonstração da incapacidade da vida em comum de povos de diferentes raças e côr. Além de que, um deficit de cerca de 800 milhões de dólares criaria dificuldades práticas se se tentasse a dissolução da Federação. O grande defensor da Federação é o seu primeiro ministro: Roy Welensky. Descendente de emigrantes polacos, nasceu na Federação, tendo-se elevado à actual situação política através da União dos Trabalhadores dos Caminhos de Ferro. Na sua luta por uma Federação Branca, em Março de 1962 dissolveu a Assembleia Legislativa Federal e marcou eleições para Abril. Os partidos nacionalistas e a oposição branca boicotaram as eleições. A razão da boicotagem é devida à irrealiçade da lei eleitoral porquanto com uma relação entre a população negra e a população branca de 8.000.000/300.000 a relação entre eleitores negros e eleitores brancos era de cerca de 1/10. À volta destes números se articula o problema da Federação pois uma maior proporcionalidade entre eleitores e populações traria o predomínio africano quando por outro lado o predomínio branco só é possível à custa de artifícios eleitorais e pouco democráticos...

Resultado da boicotagem referida, apenas o partido de Welensky foi às urnas pelo que este obteve uma maioria superior a 2/3 na Assembleia (53 dos 59 lugares) o que lhe dá possibilidade de continuar a luta pela manutenção da Federação.

CONFIDENCIAL

- 4 -

A Federação e a Grã-Bretanha

A política de descolonização adoptada pela Grã-Bretanha cria-lhe enormes dificuldades quando pretende defender os seus interesses na Federação. A política de descolonização para ser efectiva, tem que ser sincera e tem que ser global. Não se pode ser colonialista num lado e anti-colonialista noutro... é difícil harmonizar a realização do interesse e a tranquilidade da consciência...

Assim a Inglaterra é acusada pelos africanos de manobrar por forma a frear a sua marcha para a auto-determinação e autonomia governativa. Por sua vez os colonos brancos acusam-na de apoiar o nacionalismo africano à custa daqueles que combatem o racismo...

Em Março de 1962, sem que as razões para o facto estejam completamente explicadas, operou-se uma alteração nas relações entre a Grã-Bretanha e os países da Federação, que passaram a estar todos na dependência directa de um Secretário para os Assuntos da África Central "Richard Butler". Antes desta alteração a Rodésia do Sul dependia do Secretário para a Comunidade "Duncan Sandys" e a Rodésia do Norte e Niassalândia, na sua qualidade de protectorados, dependiam do Secretário para as Colónias - Reginald Maudling.

Uma das medidas que se encara para a solução destas relações difíceis consiste na completa independência da Federação que daria à Grã-Bretanha uma posição mais desafiada em relação à política de descolonização e à Federação uma maior liberdade de acção na definição da sua política interna e no estabelecimento das suas alianças. Iniciando este movimento de emancipação Roy Welensky pediu já para a Federação o estatuto completo de domínio e ameaça separar-se completamente da Inglaterra, se tanto for necessário, para defender a integridade da Federação. Presentemente Richard Butler encontra-se na Federação em viagem de informação.

A Federação e a O.N.U.

A acção descolonizadora da O.N.U. atinge por sua vez a Federação.

Assim a Comissão dos 17 para aplicação da resolução da Assembleia Geral sobre o colonialismo criou duas sub-comissões especiais para se ocuparem dos casos da Rodésia do Norte e da Rodésia do Sul.

A sub-comissão para a Rodésia do Norte pediu recentemente à Assembleia Geral que na sessão do Outono de 1962 se pronuncie sobre a independência completa e imediata da Rodésia do Norte. Por outro lado pede à Inglaterra que tome as medidas necessárias para que a transferência de poderes se opere ordenadamente, para garantir a realização de eleições livres e a retirada das forças federais da Rodésia do Norte.

Kenneth Kaunda compareceu recentemente perante a Comissão dos 17 onde, por forma dramática, expôs as suas queixas e pretensões.

A Sub-Comissão para a Rodésia do Sul pediu à Assembleia Geral para considerar a situação naquele território como "assunto de urgência".

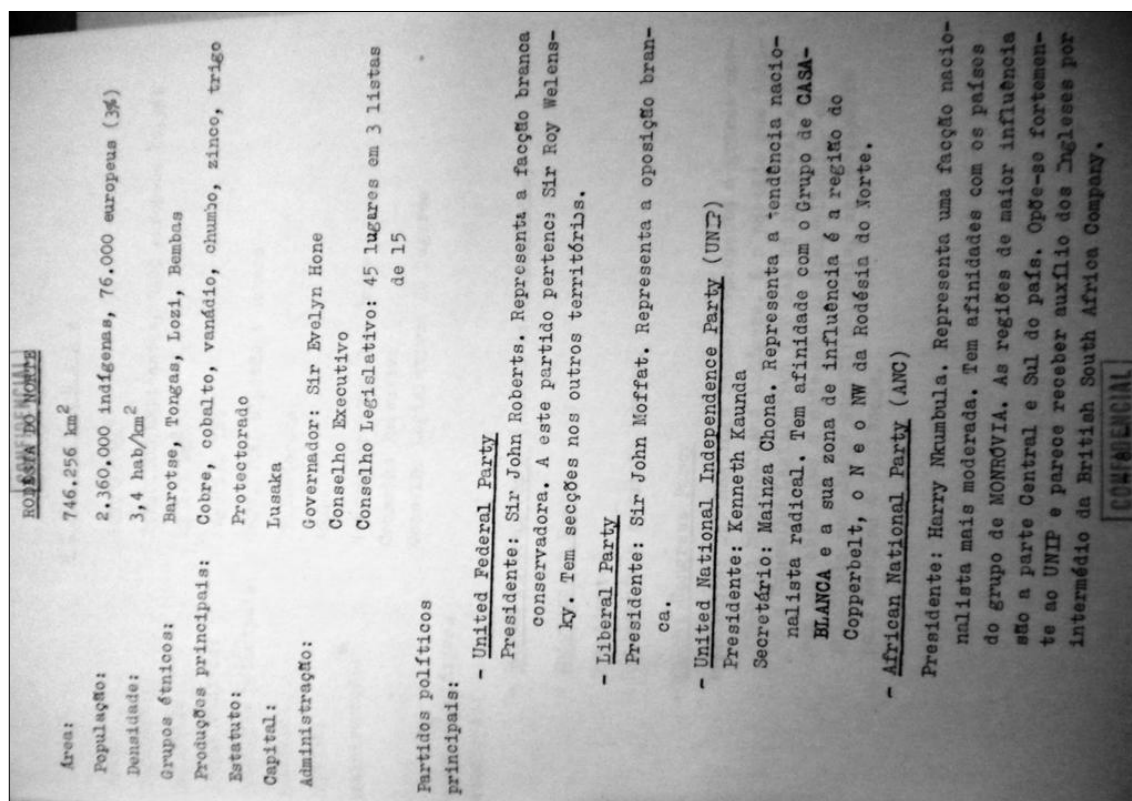
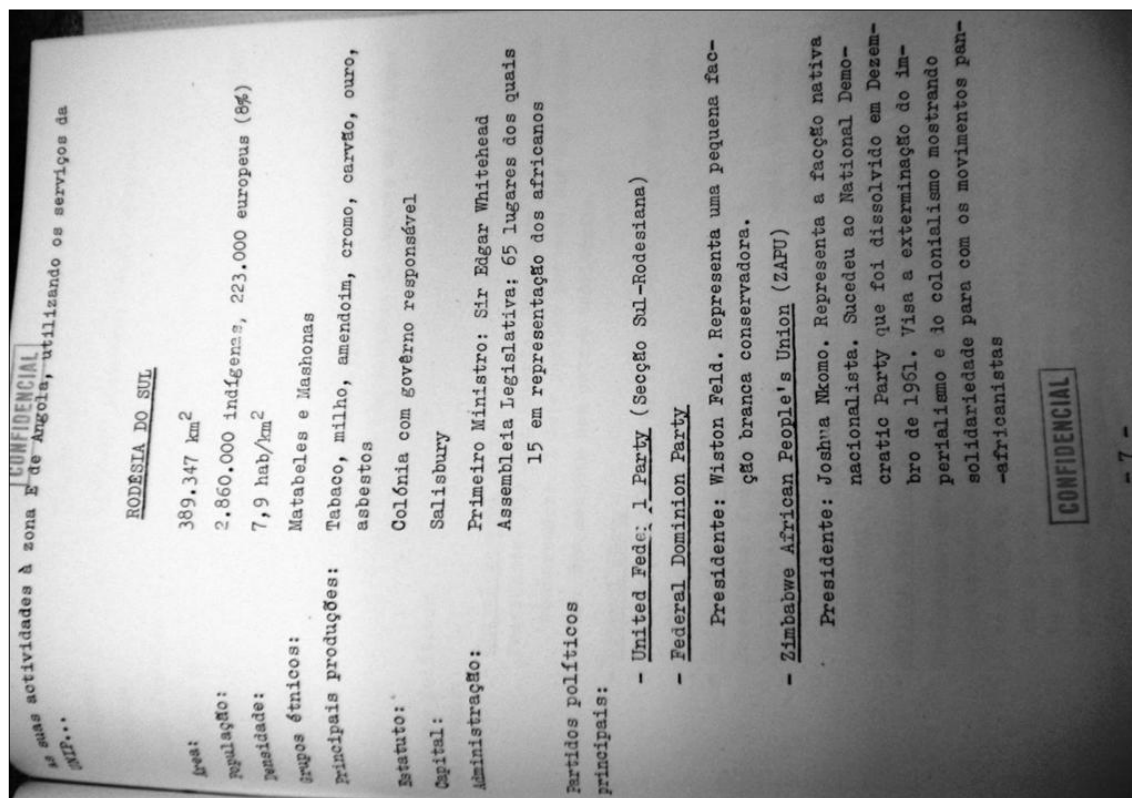
Deve observar-se que estas intervenções das Nações Unidas nos assuntos da Federação têm sido violentamente combatidas tanto pelo governo da Federação como pelo governo britânico.

As sub-comissões continuam entretanto os seus trabalhos...

A Federação e Portugal

O facto da Federação ser uma região interior cujas ligações com o exterior dependem quase exclusivamente dos portos e caminhos de ferro nacionais cria uma situação de vizinhança extremamente delicada. A geografia e a história mostram-nos as tentativas feitas para abrir caminho para o mar, e este sentimento existe ainda, em particular nas gerações mais novas. Isto nos força a manter uma alta eficiência naqueles serviços para evitar que uma situação desagradável se venha a criar. Outros sentimentos correntes na Federação a nosso respeito são os de que a falta de ocupação efectiva e o atraso económico de Angola e Moçambique nos tornam vulneráveis à subversão, o que, por sua vez, lhes cria a impressão de que a "sua" rectaguarda não se encontra convenientemente protegida...

Nas circunstâncias actuais o governo da Federação tem-se mostrado amigo e cooperativo. Deve no entanto notar-se que os partidos nacionalistas, mais ou menos abertamente, têm dado o seu apoio aos movimentos de emancipação das províncias portuguesas. Assim existe em Salisbury uma associação -Portuguese East Africa Society- considerada de uma sucursal da UDEAFANO, e a própria UPA tem procurado estender

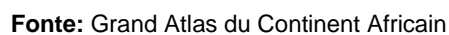


ANEXO B

MAPA DA ÁFRICA COLONIAL

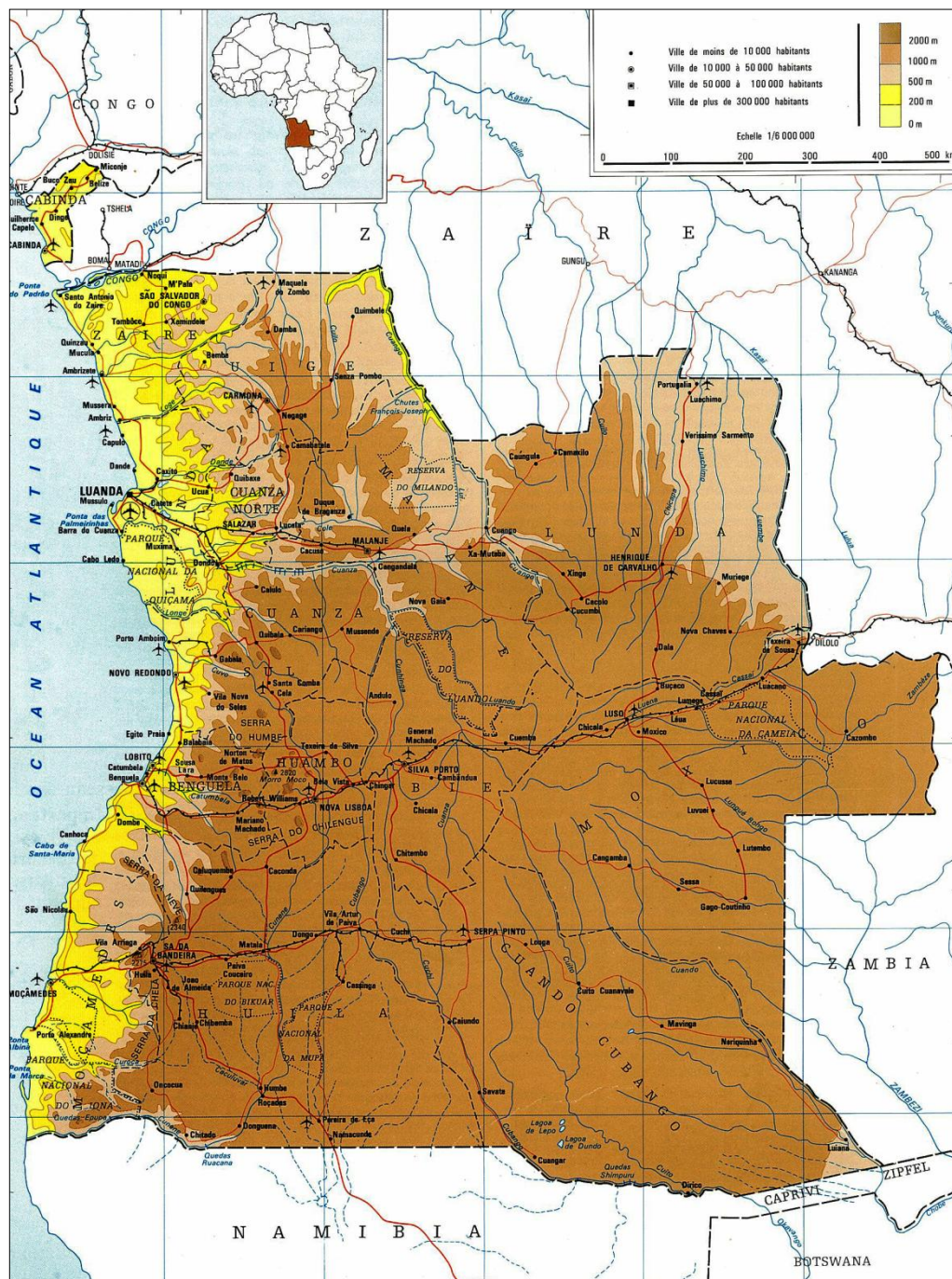


MAPA DA ÁFRICA INDEPENDENTE (1973)



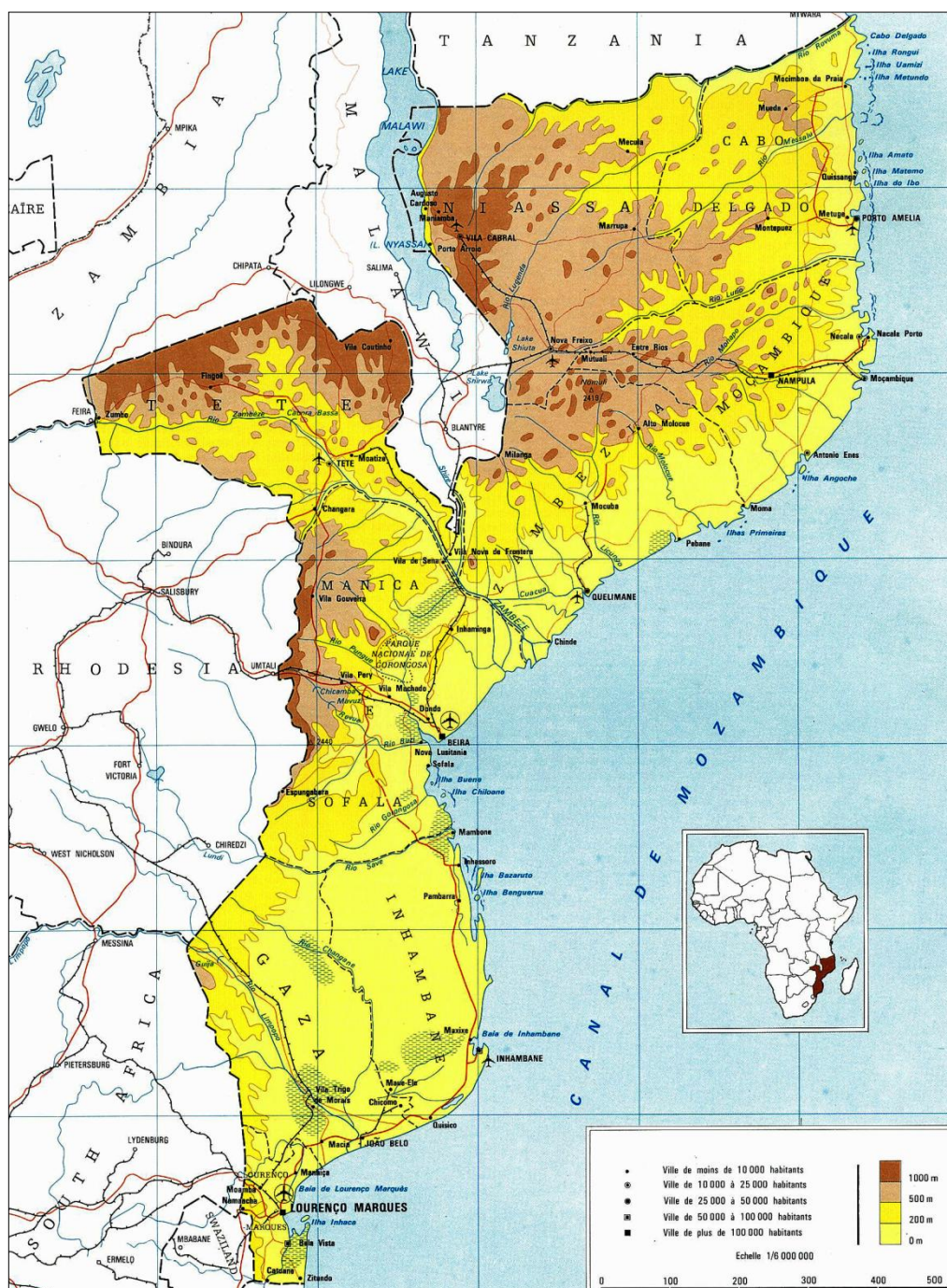
ANEXO D

MAPA DE ANGOLA (1973)



Fonte: Grand Atlas du Continent Africain

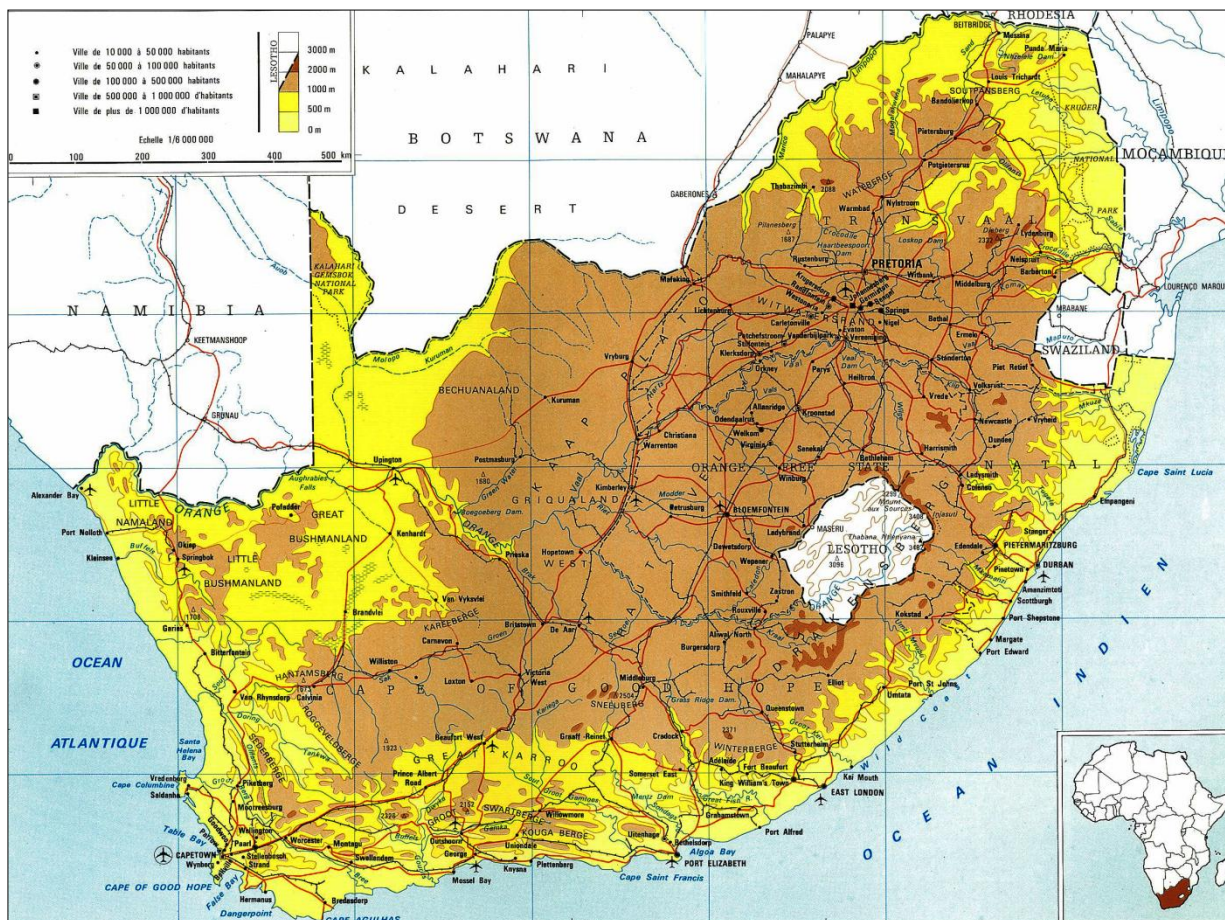
MAPA DE MOÇAMBIQUE (1973)



Fonte: Grand Atlas du Continent Africain

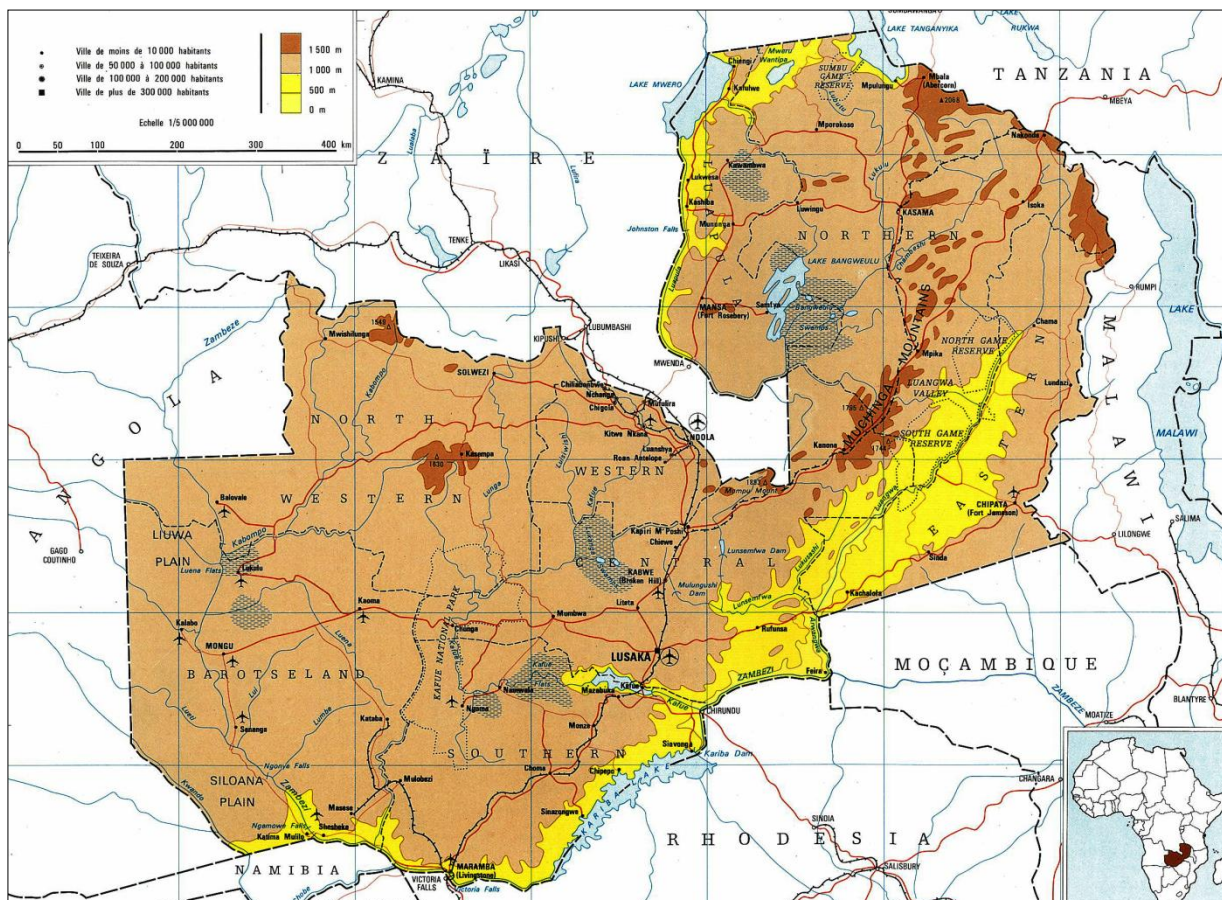
ANEXO F

MAPA DA ÁFRICA DO SUL (1973)



Fonte: Grand Atlas du Continent Africain

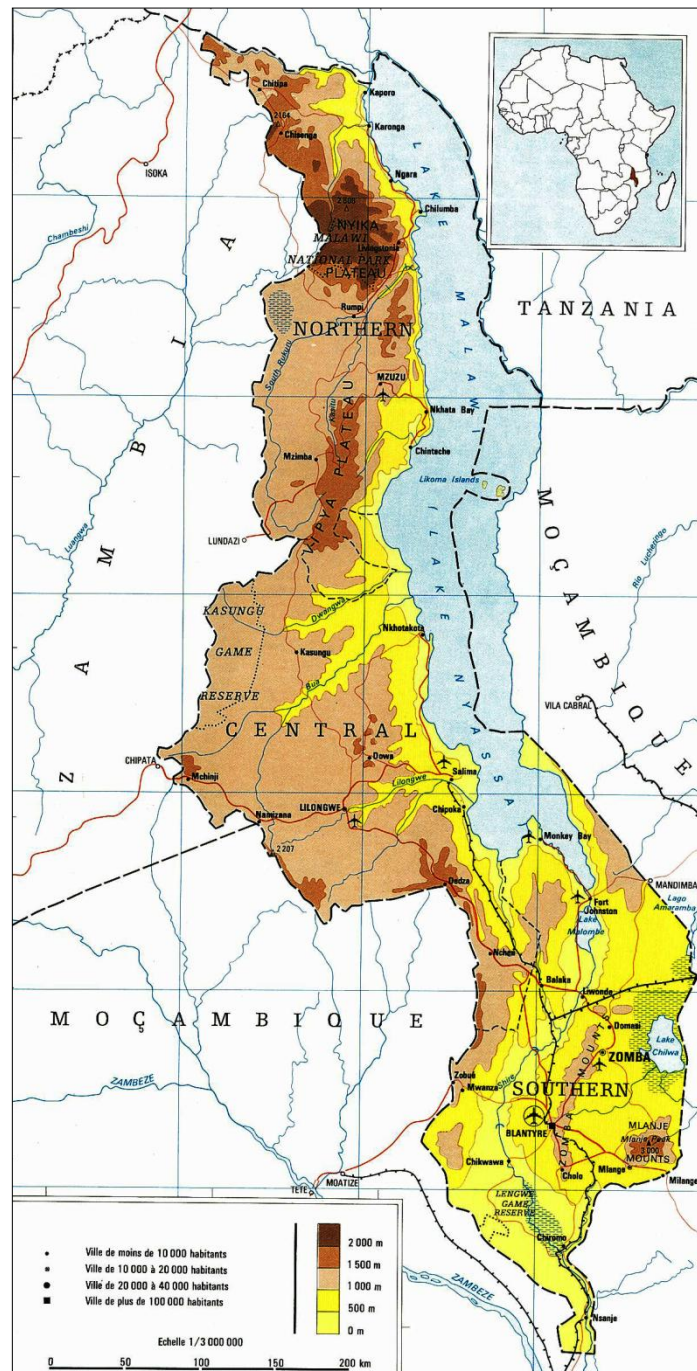
MAPA DA ZÂMBIA (1973)



Fonte: Grand Atlas du Continent Africain

ANEXO H

MAPA DO MALAWI (1973)



Fonte: Grand Atlas du Continent Africain

ANEXO I

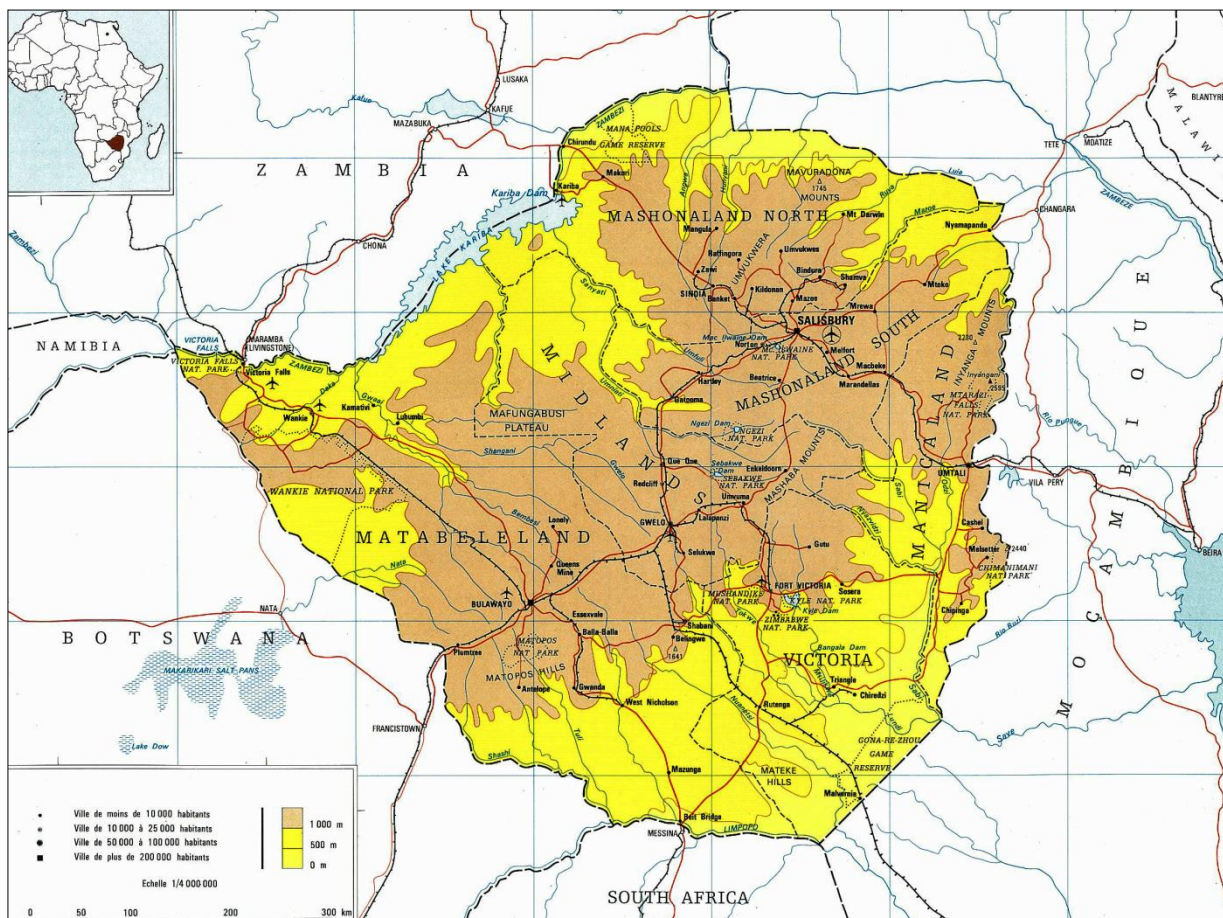
MAPA DA NAMÍBIA (1973)



Fonte: Grand Atlas du Continent Africain

ANEXO J

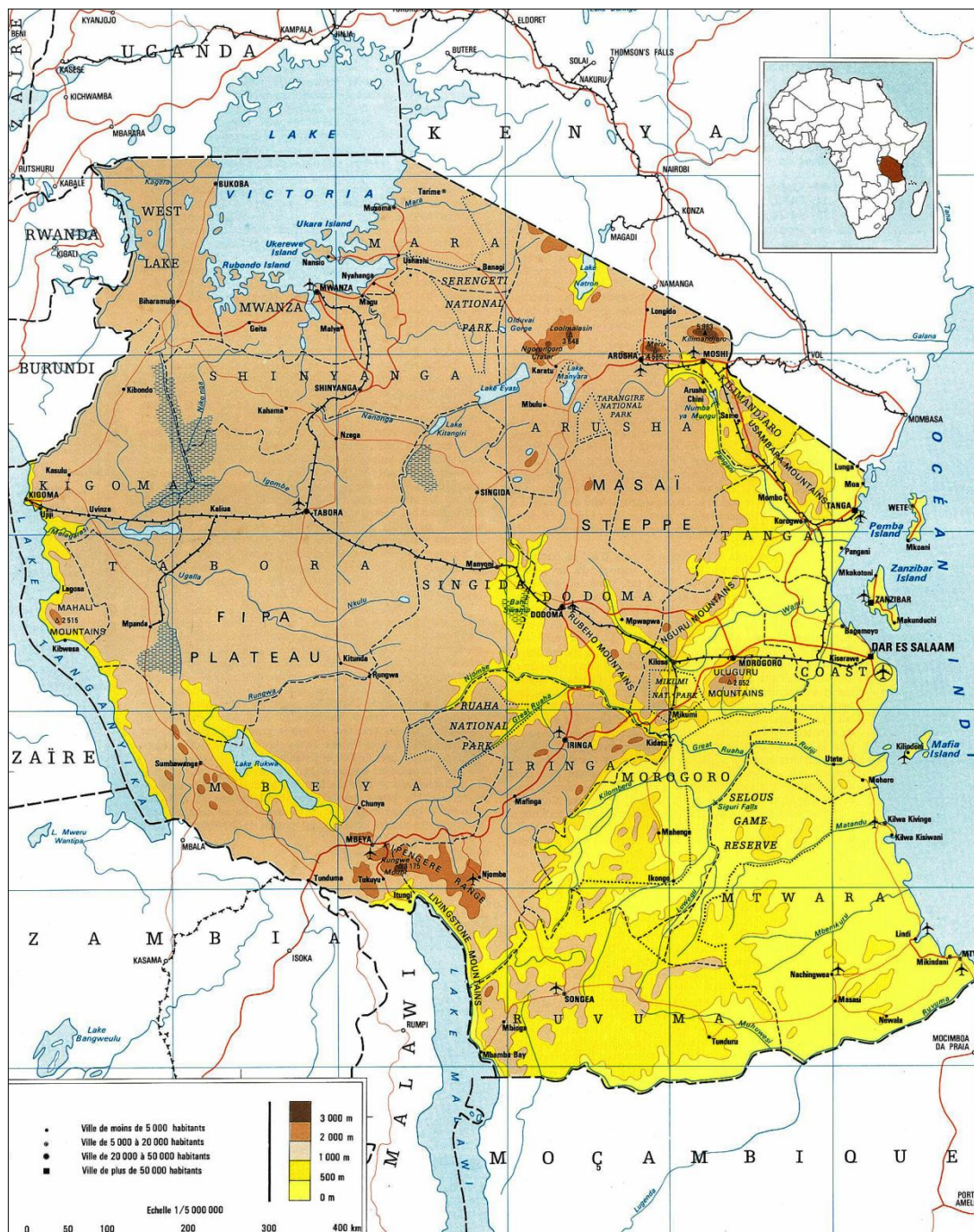
MAPA DA RODÉSIA (1973)



Fonte: Grand Atlas du Continent Africain

ANEXO K

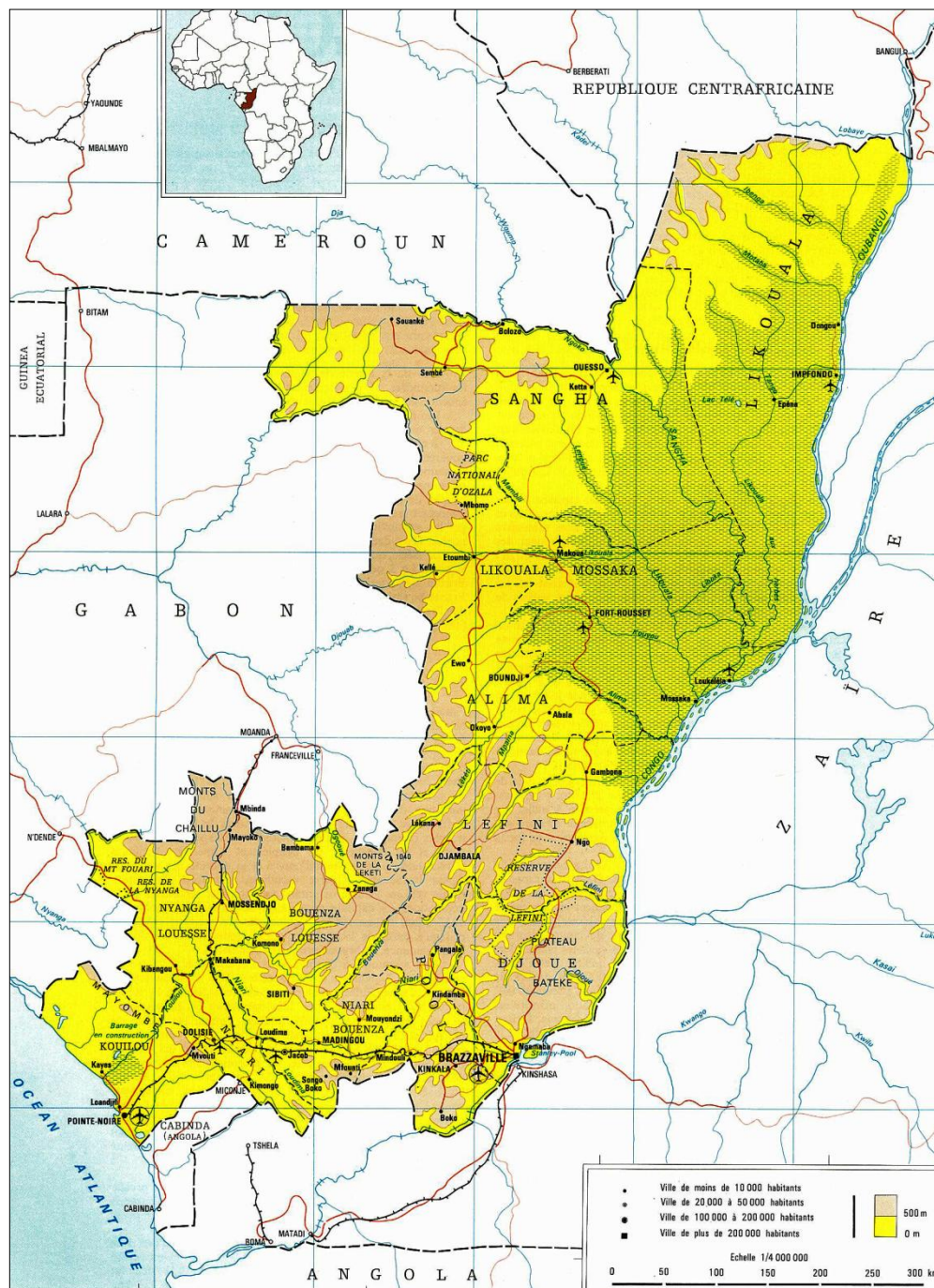
MAPA DA TANZÂNIA (1973)



Fonte: Grand Atlas du Continent Africain

ANEXO L

MAPA DO CONGO (1973)



Fonte: Grand Atlas du Continent Africain

ANEXO M

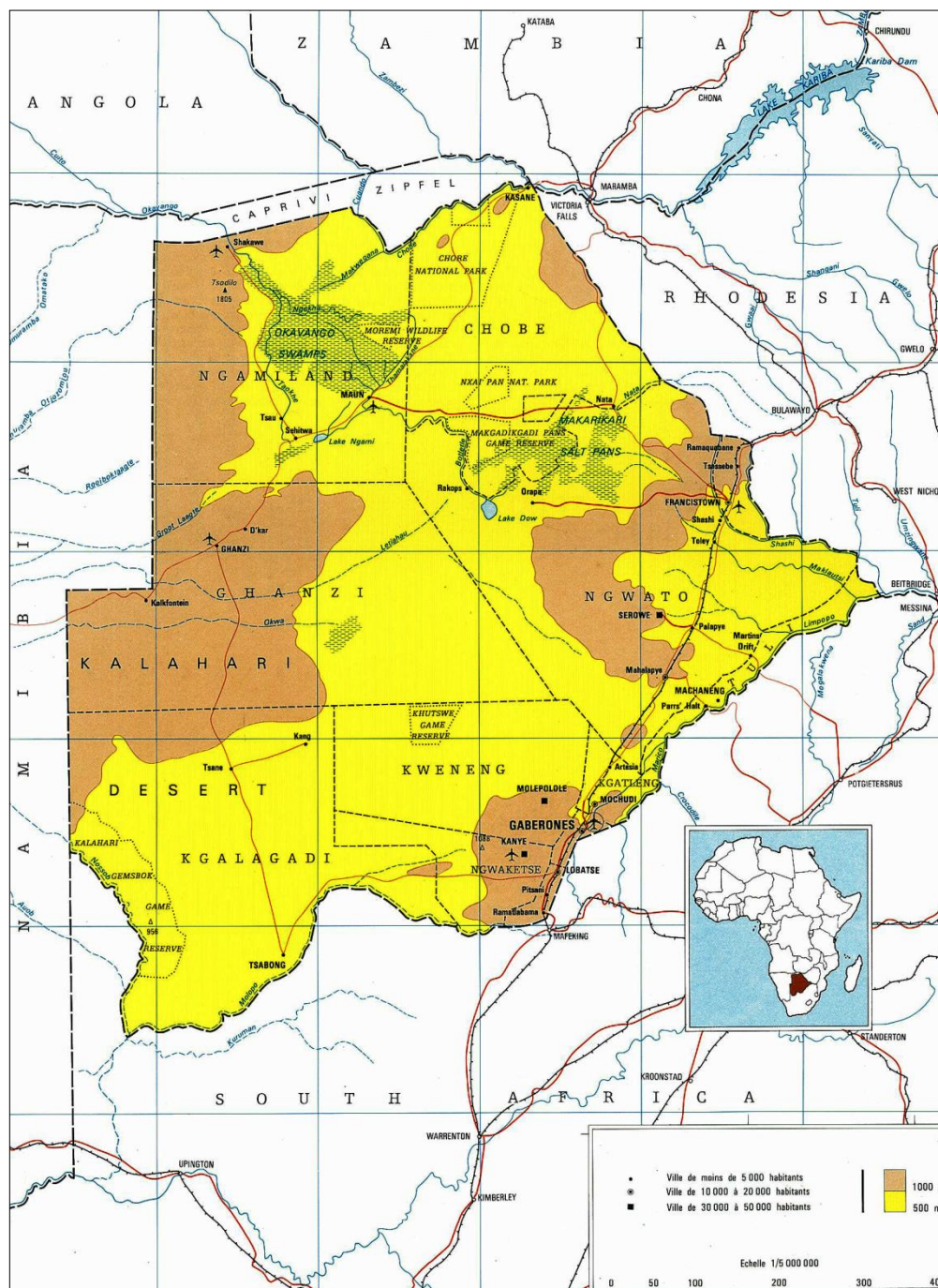
MAPA DO ZAIRE (1973)



Fonte: Grand Atlas du Continent Africain

ANEXO N

MAPA DO BOTSWANA (1973)



Fonte: Grand Atlas du Continent Africain

ANEXO O

ALTERAÇÕES AO ACORDO DE BASE DO EXERCÍCIO ALCORA (MARÇO, 1971)

imp.

MUITO SECRETO

HVS/206/34/3/6/1
JPS/716
Exemplar nº. 4 de 10 Ex.
MARÇO de 1971

EXERCÍCIO ALCORA

NOTA :

Este documento substitui o HVS/206/34/3/6 de 14OUT70, designado também como EXERCÍCIO ALCORA. Tem em conta as alterações introduzidas em PRETÓRIA, durante as reuniões tripartidas de 30 de Março a 1 de Abril de 1971.

Atenção

OBJECTIVO


1. O objectivo do EXERCÍCIO ALCORA consiste em investigar os processos e meios de conseguir um esforço coordenado tripartido entre PORTUGAL, RODÉSIA e REPÚBLICA DA ÁFRICA DO SUL, tendo em vista fazer face à ameaça mútua contra os seus territórios na África Austral. Torna-se implícito que isto implicará também uma ajuda eventual a outros Estados da África Austral.

PARTICIPAÇÃO

2. As discussões preliminares e o planeamento serão, nesta fase, limitados aos problemas militares dos três países em causa. No prosseguimento das conversações é essencial que não sejam feitas

MUITO SECRETO


2



tas recomendações que possam estar em conflito com a política ou estratégia definidas pelos governos.

Os participantes a nível militar não serão obviamente competentes para tomar decisões, mas devem poder fazer as recomendações, julgadas apropriadas, aos respectivos governos.

3. Os três países tomarão parte no exercício como parceiros iguais e independentes. A questão de interferência nos assuntos internos dos participantes ou a violação da sua independência na condução das operações militares não é levantada e não será tolerada. Além disso, e de forma definitiva nesta fase, a questão de intergração do comando de forças não é encarada.




AMBITO.

4. O objectivo, acima delineado, engloba a coordenação de todos os aspectos e facetas da defesa naqueles domínios em que tal coordenação possa ser tanto rendosa como benéfica. Isto deverá, por tanto, incluir actividades relativas a todos os ramos das Forças Armadas (Marinha, Exército e Força Aérea). Deve incluir-se neste âmbito o estudo da possível cooperação de natureza não militar quando tal cooperação possa contribuir para as operações militares.


ASSUNTOS PARA DISCUSSÃO

5. Os assuntos a considerar deverão ser revistos periodicamente e definidos por consentimento mútuo; o mesmo se aplica às prioridades a atribuir aos diferentes assuntos. Como base de discussão são sugeridos os seguintes :

MUITO SECRETO



3



a. Estudo da ameaça

Este estudo deve ser um processo contínuo e cobrir a ameaça actual e a sua evolução a curto e médio prazo (especificamente, agora, para 1975 e 1980). Deve incluir o estudo dos efeitos de possíveis sanções nas operações em curso e previstas. Devem ser avaliadas as possibilidades globais e o potencial do inimigo incluindo as suas vulnerabilidades.

b. Elementos de Estratégia

O estudo deve incluir :

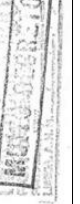
- i. Nomenclatura e definições.
- ii. Estratégia operacional.
- iii. Aplicação da Estratégia ao esforço comum.
- iv. Inventário dos recursos estratégicos, incluídos os militares, dos países em causa.
- v. Possibilidades de cooperação entre as escolas militares apropriadas. Tem-se a convicção de que tal poderá ser de valor para o estudo dos problemas acima indicados.

Capacidade de aplicação

c. Táctica e normas de execução permanente em combate (1)
das nossas forças

- i. Em consequência dos estudos estratégicos devem ser definidos os melhores procedimentos táticos a usar pelas nossas forças de acordo com a partilha mútua da experiência adquirida.

MUITO SECRETO



(1) "Battle drills" no texto inglês.

4

MUITO SECRETO

Isto pode conduzir a uma revisão das normas de execução permanente, regulamentos de campanha, etc, relacionados com o emprego de forças em operações. É desejável realizar uma permuta, o mais intensa possível, da experiência mútua, por forma a conseguir a máxima coordenação de esforços. A permuta de NEP's, regulamentos de campanha e outros documentos pode ser útil, nesta fase.

ii. É óbvio que as táticas utilizadas pelo inimigo terão implicações neste problema.

d. Informações

Devem ser considerados os seguintes pontos :

i. A organização dos órgãos e da doutrina de informações e contra-informações, por forma a conseguir-se um entendimento mútuo.

ii. Coordenação do esforço de pesquisa de informações.

iii. Métodos para garantir uma coordenação e difusão das informações com especial atenção aos canais de transmissão (comunicações).

iv. A aplicação das informações à tática (ver c. ii., acima).

e. Cartografia

Este problema pode ser tratado em dois grandes campos :

i. A avaliação das necessidades e a produção de cartas, incluindo a coordenação de trabalhos de levantamento topográfico.

ii. Reabastecimento e permuta.

f. Telecomunicações

O estudo deve incluir as questões relativas à standardização

MUITO SECRETO

5

MUITO SECRETO

ção e compatibilidade, bem como à adequabilidade das comunicações (transmissões) entre os países em causa.

g. Comunicações (Transportes)

O estudo das comunicações relativas aos transportes militares terrestres, marítimos e aéreos.

h. Comunicação pessoal (1)

Definição, análise e desenvolvimento de um plano de trabalho.

O estudo duma nomenclatura e terminologia comuns com a possível elaboração dum glossário de termos. Provisão de oficiais de ligação.

j. Logística

Definição, análise e desenvolvimento de um plano de trabalho.

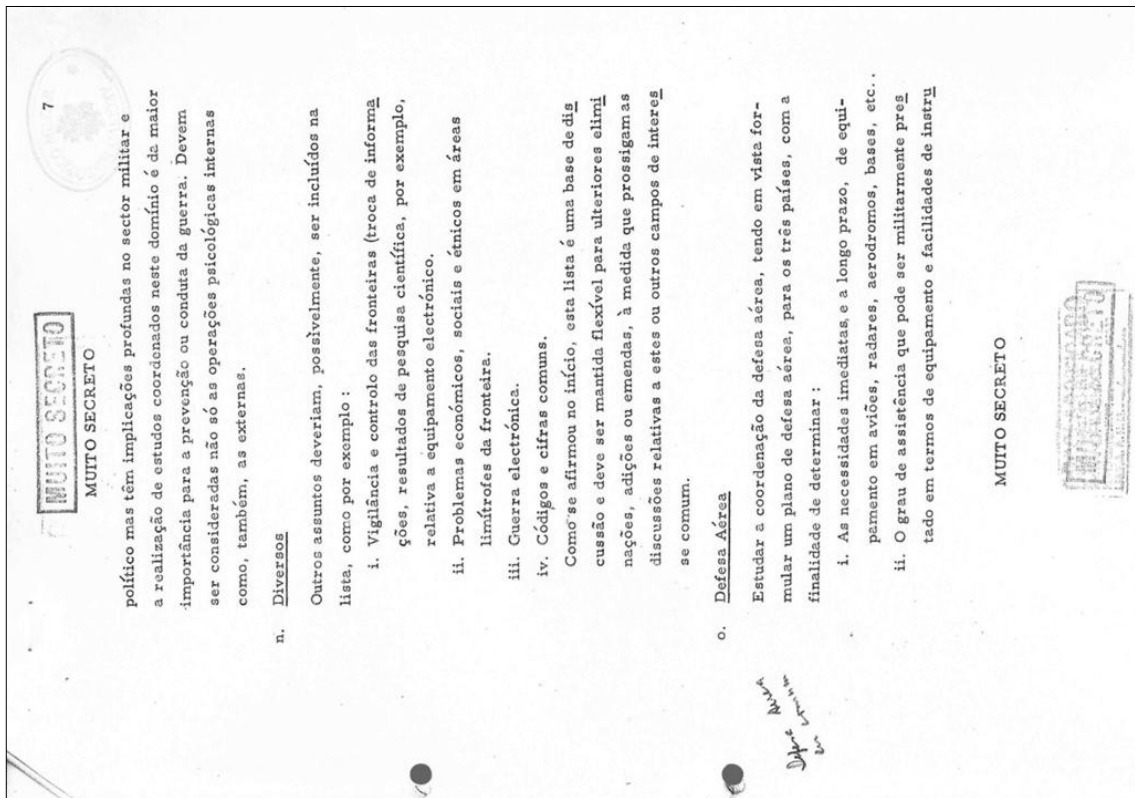
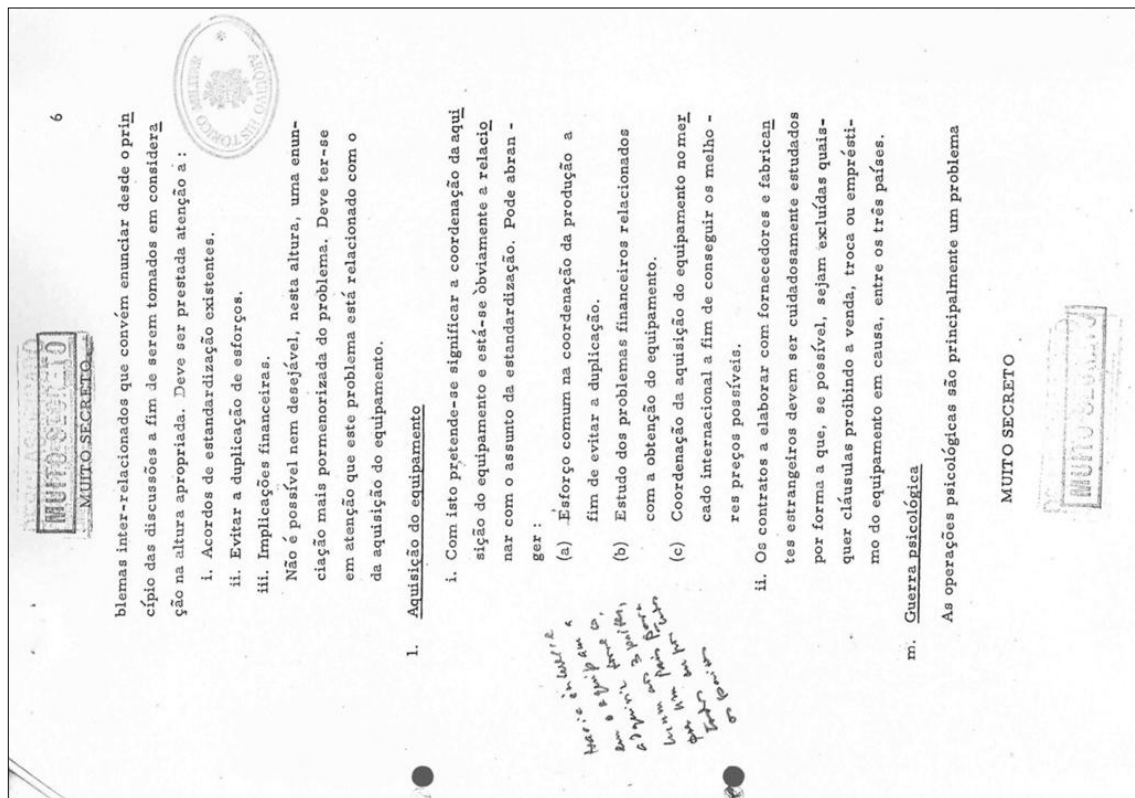
O estudo dos problemas logísticos relacionados com os ramos das Forças Armadas de cada um dos países, assim como o dos problemas dos países considerados separada e colectivamente assim como outros problemas que poderão não ser tripartidos.

k. Standardização, adaptação e racionalização do equipamento

O problema da standardização é obviamente importante em relação aos diversos aspectos considerados neste documento. Aqui o objectivo deve consistir em garantir a máxima coordenação de esforço assim como a possibilidade de assistência mútua no domínio do equipamento militar. Abrange alguns pontos.

(1) Os representantes sul-africanos consideram este problema como muito importante. É no fundo o problema da ligação na sua aceção mais lata, incluindo uma terminologia comum para facilitar o entendimento mútuo.

MUITO SECRETO



8

MUITO SECRETO
MUITO SECRETO

ção para fazer face às necessidades imediatas e futuras de defesa aérea.

iii. As respectivas missões e responsabilidades das Forças Aéreas, no plano da defesa aérea.

iv. As prioridades de obtenção e instalação de equipamento.

p. Planeamento para as Forças Aéreas

i. Examinar as possibilidades aéreas existentes, dos Portugueses, Sul-Africanos e Rodésianos, tendo em atenção a duração de vida dos aviões actualmente disponíveis.

ii. Avaliar essas possibilidades à luz da ameaça.

iii. Recomendar como essas forças e facilidades devem ser balanceadas entre os três países.

iv. Recomendar prioridades para a aquisição e substituição.

q. Comando e Controlo

Formular recomendações para determinar :

i. A melhor forma de coordenar os sistemas de Comando e Controlo, sempre que forças (dos três países) sejam chamadas a actuar em conjunto.

ii. As implicações do emprego das forças, em conjunto, sobre as outras forças de segurança e departamentos governamentais.

r. Seleção de objectivos

Estudo da reunião e processamento de dados sobre os objectivos e a coordenação dos órgãos dos três países, com responsabilidades, neste domínio. Implica :

MUITO SECRETO
MUITO SECRETO

9

MUITO SECRETO
MUITO SECRETO

i. Informação pormenorizada sobre todos os objectivos em países que possam representar uma ameaça.

ii. Atribuição de responsabilidades para a aquisição, recorte e difusão de todas as informações sobre objectivos.

iii. Definição e difusão de "dossiers" estandardizados sobre os objectivos.

NOTA : Como foi indicado no princípio, esta lista é uma base de discussão que deve ser mantida flexível para ulteriores eliminações, adições ou emendas, à medida que prossegam as discussões sobre estes e outros campos de interesse comum.

Comissão de alta nível de defesa (del. P. 1. 5)
de alta nível de defesa (del. P. 1. 5)

MODUS OPERANDI

6. O "modus operandi" proposto é o seguinte :

a. Contacto ao nível dos escalões de comando — aprovação de propostas.

b. Discussões pormenorizadas ao nível estado-maior.

c. Acordo sobre as propostas.

d. Nomeação de comissões.

7. Contacto dos escalões de comando

O contacto ao nível dos escalões de comando já foi estabelecido e conseguiu-se um acordo em termos gerais quanto a discussões exploratórias ao nível de estado-maior. Quaisquer que sejam as recomendações decorrentes daquelas discussões terão de ser submetidas à aprovação dos respectivos comandos.

MUITO SECRETO
MUITO SECRETO

10

MUITO SECRETO

9. Nomeação das comissões

Na nomeação das comissões sugere-se que sejam considerados os três níveis seguintes :

a. Comissão de Alto Nível ALCORA

Com autoridade para estabelecer políticas, dirigir e coordenar as acções das subcomissões, através da Comissão de Coordenação ALCORA. Será uma comissão permanente que se reunirá bianualmente, ou com maior frequência se as circunstâncias o impuserem. Esta comissão compreenderá :

i. Portugal - Secretário-Adjunto (Operações) e/ou Secretário-Adjunto (Logística), do Secretariado-Geral da Defesa Nacional

ii. Rodésia : Chefe do Estado-Maior da Força Aérea e Chefe do Estado-Maior Geral

iii. RAS : Oficial General Comandante das Forças Conjuntas e Chefe de Estado-Maior da Defesa.

Poder-se-ão juntar outros representantes, de acordo com as necessidades.

b. Comissão de Coordenação ALCORA

Responsável pela orientação e coordenação das acções das subcomissões, de acordo com as directivas da Comissão de Alto Nível ALCORA. Esta comissão deve reunir conforme for necessário e determinado pela Comissão de Alto Nível ALCORA.

A comissão deve compreender :

i. Portugal - Director da 5ª. Direcção do Secretariado-Geral da Defesa Nacional. (Pai) (Pai) (Pai)

ii. Rodésia : Um oficial superior do Exército e da Força Aérea. (Pai) (Pai)

MUITO SECRETO

11

MUITO SECRETO

iii. RAS : Director do Planeamento Estratégico. (Pai) (Pai)

Poder-se-ão juntar outros representantes, de acordo com as necessidades.

c. Subcomissões ALCORA

Para executarem o trabalho de estado-maior e realizarem o estudo pormenorizado de um ou mais dos assuntos atrás estabelecidos, conforme consta do parágrafo 5. .

Por razões de segredo as comissões devem ser mantidas com o mínimo de oficiais, excepto para o país no qual a reunião venha a ter lugar.

Secretário-Adjunto da Defesa Nacional (Operações) (a) General J. Paiva Brandão

Chefe do Estado-Maior Geral do Exército Rodésiano (a) TenGeneral K. R. Coster

Chefe do Estado-Maior da Força Aérea Rodésiana (a) Air-Marshal A. D. E. Wilson

Oficial General Comandante das Forças de Combate Conjuntas (a) Ten General C. A. Fraser

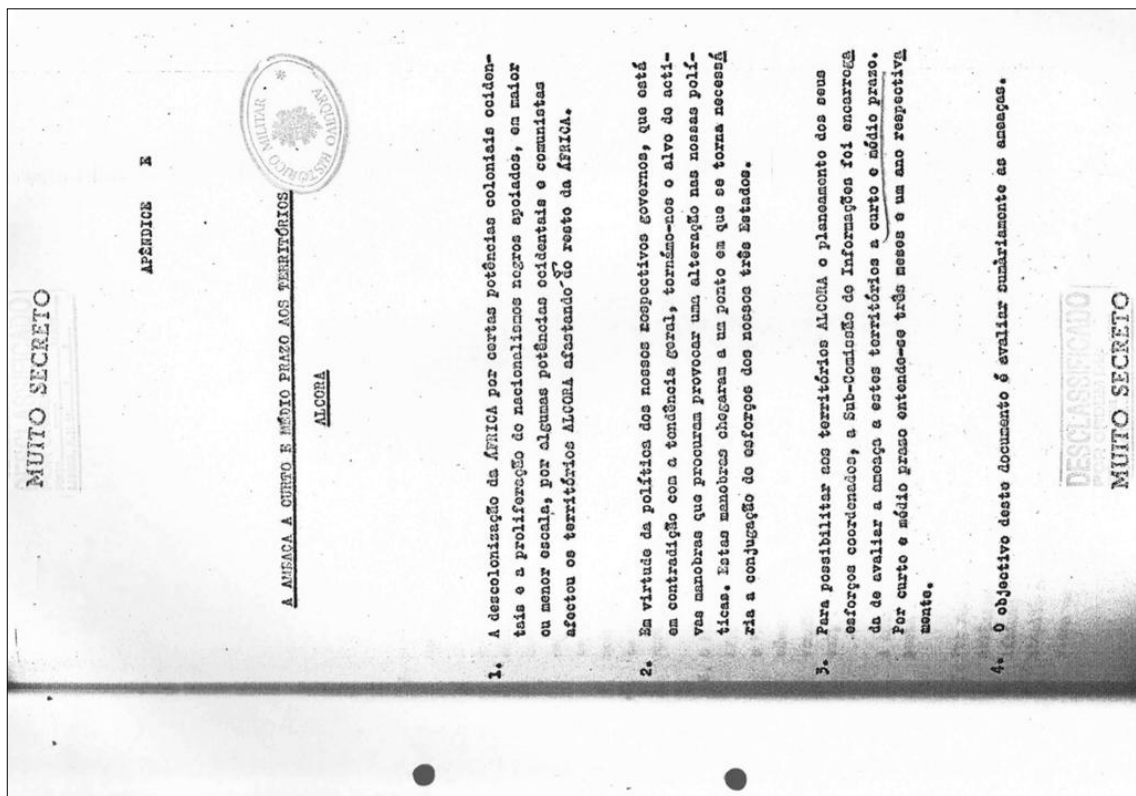
Chefe de Estado-Maior da Defesa das Forças Armadas da RAS (a) Ten General V. R. van der Riet

SGDN, 12ABR71
FM/MTS
121

MUITO SECRETO

ANEXO P

A AMEAÇA A CURTO E MÉDIO PRAZO AOS TERRITÓRIOS ALCORA



MUITO SECRETO

8. A expansão naval comunista no Oceano Índico tem-lhes concedido liberdade de movimentação e possibilidade de apoiar, de várias formas, actividades nacionalistas contra o Sul. Esta demonstração de força tem conferido um crescimento prestígio aos comunistas que estão agora firmemente estabelecidos em ÁFRICA e que dificulta a sua remoção.

9. Em virtude da lealdade dos territórios ALCORA ao Ocidente não estar em causa e do não já termos demonstrado a nossa capacidade para suportar as exigências da guerra fria, não podemos contar, no presente o futuro, com qualquer assistência directa do Ocidente. O facto de a AMÉRICA em especial se recusar a reconhecer o perigo inerente à presente situação só acentua a sua gravidade.

10. Salvo se foram abertamente atacados pela RÚSSIA ou pela CHINA, os territórios ALCORA não podem esperar qualquer apoio directo do Ocidente; isto levaria a uma confrontação directa entre o Ocidente e o Leste. O Governo Britânico, contudo, parece agora mais cónscio desta ameaça comunista que antes e está mais disposto a cooperar.

11. A influência comunista em ÁFRICA cresce rapidamente. Tal facto ligado-se à política chinesa e russa de utilização dos movimentos terroristas como um instrumento de penetração violenta em ÁFRICA, por seu turno, adoptam normalmente a doutrina comunista nos campos militar, social e económico. O comunismo espalhou a sua influência em ÁFRICA identificando-se com diversas tendências da ÁFRICA NEGRA, como o ódio ao branco; o Marxismo no estrangeiro foi ultrapassado pelo Imperialismo Comunista, como está ilustrado na construção da linha férrea Tanzania. Não se deve, além do mais, deixar de ter em conta as aspirações territoriais chinesas em ÁFRICA.

12. A presença comunista na ÁFRICA NEGRA e o apoio dado à agressão aos territórios ALCORA assim como a penetração no Oceano Índico aumentou o potencial dos Estados Africanos e agravou o risco de grave ameaça para os territórios ALCORA. A rivalidade entre a RÚSSIA e a CHINA para a supremacia na influência em ÁFRICA podem provocar uma mais rápida escalada da ameaça.

MUITO SECRETO

MUITO SECRETO

FACTORES RELEVANTES PARA A AMEAÇA

ESTRATÉGIA POLÍTICA INTERNACIONAL

5. A AMÉRICA é antagónica para com a RODÉSIA, quase hostil para a RAS, mas mais tolerante para PORTUGAL.

A ÁFRICA AUSTRAL e os seus ocultos circundantes não contam muito na escala das prioridades estratégicas dos EUA, apesar de a AMÉRICA devotar actualmente um maior interesse ao Oceano Índico. Nenhum apoio activo é separado dos EUA para a defesa da rota do Cabo. Na opinião do Presidente NIXON o comunismo sofreu uma derrota em ÁFRICA; conseqüentemente, a nossa afirmação de que somos um baluarte contra o comunismo não é aceite pelos EUA. Na opinião dos EUA, a longo prazo será mais vantajoso apoiar a ÁFRICA NEGRA que a ÁFRICA AUSTRAL dominada pelos brancos.

6. O Presidente NIXON reconhece "o estatuto internacional" do Sudoeste Africano (SUA), considera a política interna da RAS repugnante, apoia o "Manifesto de LUSAKA" e recusa reconhecer a RODÉSIA. Apesar de improvável, a possibilidade de os EUA contribuírem para uma força de intervenção da ONU, contra a RAS no SUA não pode ser afastada. É mais provável, contudo, que a AMÉRICA apoie uma acção fiscalizadora da ONU no SUA.

A determinação do Presidente NIXON de negociar com o baixo comunista com porta o risco de concessões, que zarramento são feitas pelos comunistas.

7. Por razões políticas, a importância estratégica da ÁFRICA AUSTRAL, do Atlântico Sul e do Oceano Índico foi, no passado, minimizado pelos políticos ocidentais. A importância da rota do Cabo é, no entanto, reconhecida ao nível dos serviços oficiais e PORTUGAL e a RAS estão envolvidos em eventuais planos NATO de protecção desta rota.

MUITO SECRETO

MUITO SECRETO

FORÇAS HOSTIS EM AFRICA

13. A Organização da Unidade Africana (OUA). Esta organização nunca foi realmente eficaz e está agora seriamente dividida acerca do UGANDA e acerca do diálogo com a RAS; apesar de ter demonstrado uma certa coordenação e de ter concedido alguns fundos às organizações terroristas, a OUA não constitui actualmente uma ameaça. O "Exército de toda a AFRICA", embora ainda não existente, pode tornar-se uma realidade a longo prazo. Contudo a renovada actividade da Comissão de Libertação pode fomentar uma acção coerente de apoio aos movimentos subversivos contra os territórios ALCORA e uma possível escalada na ameaça.

14. ZAMBIA. KAUWA encabeça o ataque africano aos territórios ALCORA e oferece o seu país como base para as operações contra a RODÁSIA. Apesar de as Forças Armadas da ZAMBIA falter poder de ataque, a sua capacidade defensiva foi recentemente aumentada. KAUWA detém a iniciativa da propaganda e incitou o Sul a atacar a ZAMBIA - uma ameaça a ser evitada em virtude do eventual apoio comunista que resultaria de tal ataque. A ZAMBIA constitui uma ameaça mais grave para o Sul que qualquer outro Estado Africano, particularmente pelo facto de as suas fronteiras serem contíguas com as dos quatro territórios ALCORA.

Esta ameaça aumentará com a conclusão da linha férrea Tansam e do sistema rodoviário na ZAMBIA.

15. TANZANIA. A ameaça da TANZANIA resulta da sua atitude militante, de seu contínuo apoio à OUA e aos terroristas e da sua larga permeabilidade por CHICOM, principalmente através do empreendimento da linha férrea Tansam. Esta última e o seu estratégico porto contribuem largamente para tornar a ZAMBIA e possivelmente o BOTSWANA economicamente independentes dos territórios ALCORA. O atrás

MUITO SECRETO

MUITO SECRETO

16. CONGO (KIN). A situação geográfica deste país é um importante factor em AFRICA. Neste momento o conflito interno não é de grande importância. O Governo do General MOBUTU goza de certa estabilidade e beneficia da forte influência dos EUA. Futuras deteriorações são porém possíveis. A FULA e a CHAZ que desenvolvem uma política ofensiva contra ANGOLA recebem apoio do Governo do MOBUTU.

17. CONGO (Braz). A influência comunista neste país é considerada muito forte e aumentando constantemente apesar de os Franceses ainda exercerem alguma influência. Contudo o Governo do Presidente MOUAZI não é muito estável. A atitude hostil deste país para com os territórios ALCORA é bem conhecida assim como o seu aberto apoio aos movimentos subversivos. O apoio dado ao NPJA ainda não afectou a situação em ANGOLA, devido à lealdade da população de CABINDA.

18. CAPACIDADE DAS FORÇAS HOSTIS. Enquanto se mantiver a tensão no Médio Oriente, as forças árabes não constituem ameaça directa aos territórios ALCORA. Nenhum outro Estado Africano isolado tem capacidade para atacar o Sul sem o auxílio da RUSSIA e/ou da CHINA. Em virtude dos problemas inerentes, a criação dum "Exército de Toda a AFRICA" só pode ser encorajada com uma hipótese a longo prazo. O surto de Forças Aéreas nos Estados Africanos constitui, contudo, uma evolução significativa que deve ser constantemente revista.

MUITO SECRETO

MUITO SECRETO

de inspiração comunista, fará aumentar inevitavelmente os problemas de segurança interna da RAS.

24. ALGOLA. A actividade subversiva no Norte parece estender-se para Este. A penetração terrorista no distrito do NIF, deve continuar. No distrito do MALANGUE aguarda-se também infiltração de terroristas. Não se prevê qualquer intensificação das actividades terroristas em CUANDO CUBANGO e NULIA, neste momento, mas, a longo prazo, uma maior penetração na última das áreas é viável.

25. MOÇAMBIQUE. Não se prevê um aumento no nível geral de operações dos terroristas na Província de MOÇAMBIQUE nos próximos três meses. Contudo, é previsível um esforço de intensificação das campanhas contra CAPORA BASSA no distrito de TETE, com apoio da OUA e de outros. A peculiar posição geo-estratégica de MOÇAMBIQUE torna-no no mais vulnerável dos territórios ALCORA. A ameaça deve, pois, ser mantida sob constante revisão.

26. MALAVI. Enquanto o Presidente BANDA se mantiver no poder no MALAVI e seguir a sua actual política, nenhuma ameaça derivará para os territórios ALCORA. Porém, tendo em atenção a sua avançada idade, não se deve menosprezar a importância de um plano para o dia em que o Dr. BANDA desaparecer da cena política.

Total Qualquer deterioração ou enfraquecimento num território ALCORA deve provocar um efeito adverso nos outros territórios ALCORA.

DESCLASSIFICADO
POR ORDENAMENTO
MUITO SECRETO

MUITO SECRETO

A SITUAÇÃO INTERNA NOS TERRITÓRIOS ALCORA

19. RODÉSIA. A Segurança interna na RODÉSIA deve manter-se inalterável nos próximos três meses; existem, porém, algumas indicações de que esta situação possa alterar-se dentro dos próximos dez meses. As organizações terroristas rodésianas com base no exterior actuam por enquanto sem coordenação, mas estão sob forte pressão para unirem as suas fileiras. A extensão da ameaça à RODÉSIA depende da medida em que esta união for bem sucedida.

20. ÁFRICA DO SUL. A situação interna está ostensivamente sob controlo; mas para enfrentar o apoio externo e a potencial inerte subversão da massa demográfica do país, deverá-se manter os necessários dispositivos para a defesa interna.

21. A situação em CAPRIVI, KAVANGAND e OVAMBOLAND deve ser observada de perto. Indícios actuais levam a admitir uma intensificação do terrorismo do SWAPO contra CAPRIVI em comparação com o anteriormente praticado. O veredicto do Tribunal Mundial deve evidentemente influenciar fortemente um aumento do terrorismo contra as fronteiras do norte do SWA. Se as notícias do apoio do MPLA à SWAPO são verdadeiras, esta ameaça crescerá.

22. BOTSWANA. A política do BOTSWANA de apoio às organizações terroristas está a mudar em detrimento da RAS, do SWA e da RODÉSIA. Dado que o BOTSWANA insiste em dissociar-se dos territórios ALCORA e em cimentar as suas ligações com a ZÂMBIA e a OUA, a posição estratégica de este país transforma-se numa crescente ameaça.

23. LESOTHO. e SUÁZILÂNDIA não constituem uma ameaça actualmente mas qualquer alteração do Governo em benefício dos Partidos da Oposição

MUITO SECRETO

MUITO SECRETO

AValiação da Ameaça a Curto e Médio Prazo

MÉDIO PRAZO

SITUAÇÃO ACTUAL

27. Os acontecimentos na ÁFRICA AUSTRIAL mostram a existência de campanhas terroristas contra todos os territórios ALCORA. Provê-se que o aumento das actividades nesta região constitui a mais séria ameaça aos territórios ALCORA durante os próximos em consideração; na avaliação da ameaça este aspecto recebe precedência.

28. As actividades terroristas existentes em MOÇAMBIQUE e ANGOLA estão a ser activamente apoiadas pela OVA e pelos países comunistas, e os terroristas de ANGOLA contam ainda com o apoio adicional de GRU pois não oficiais de Proença do Ocidente. Nas actividades terroristas são utilizadas armas ligeiras que incluem até metralhadoras 11 solras anti-aérea.

29. Não existem actividades terroristas actualmente na RODESIÁ. Contudo, agências de informações infiltradas devem estar activas no país.

30. O terrorismo já começou em CAPRIVI e há indícios de agitação em OTAVOLAND. Terroristas treinados para sabotagem, informações e recrutamento infiltraram-se na IAS e na SWA. Um surto de agitação por elementos liberais tornou-se mais evidente.

MUITO SECRETO

MUITO SECRETO

Curto Prazo (Três Meses)

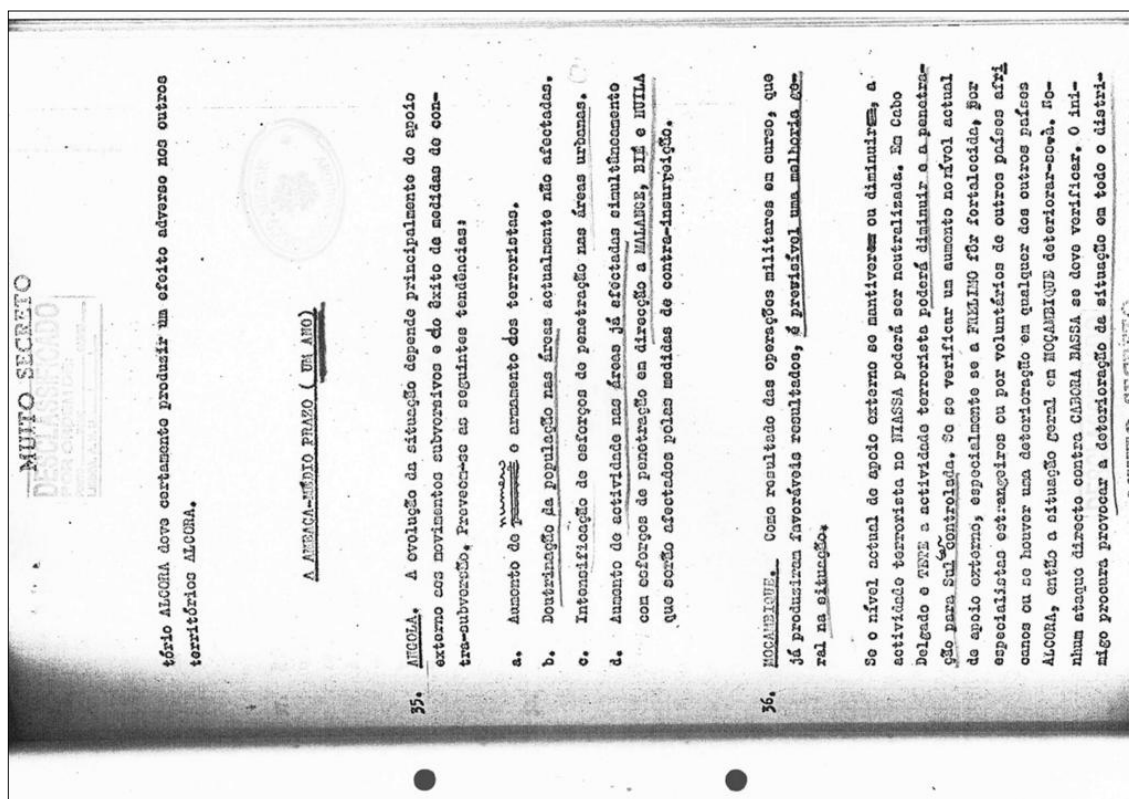
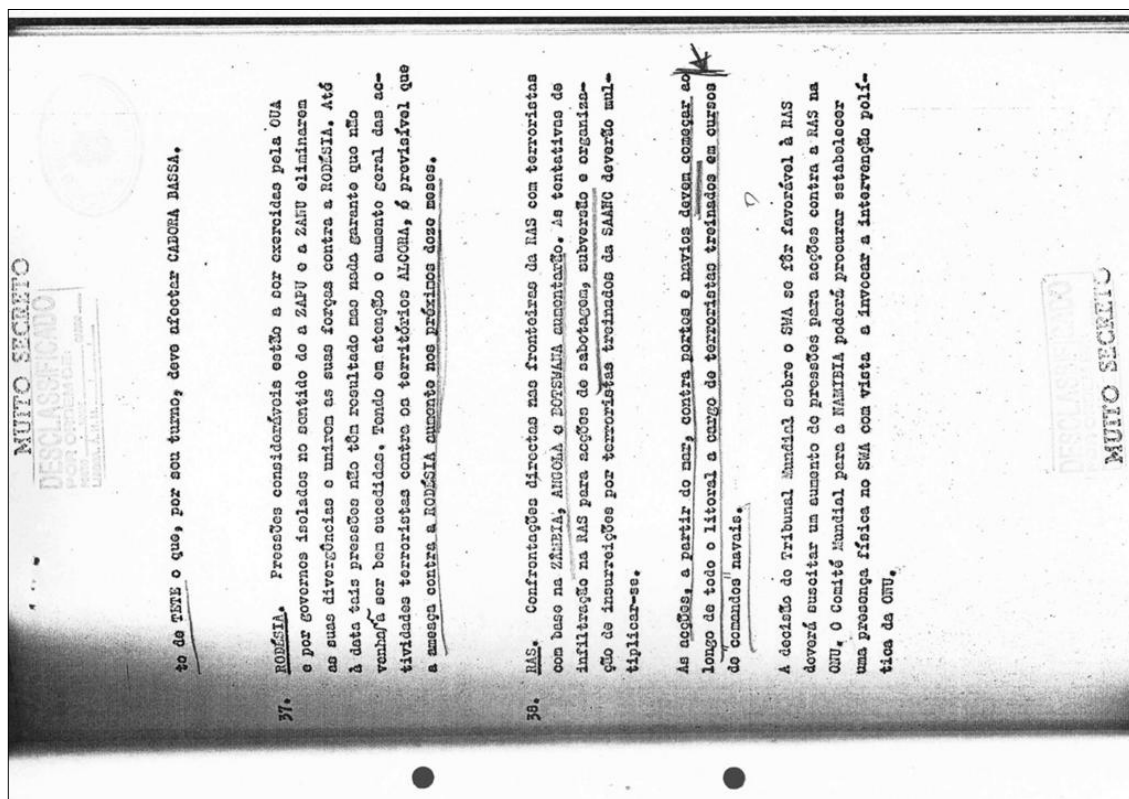
31. ANGOLA. As actividades terroristas do MPLA e da FULA aumentaram nas áreas afectadas em virtude do substancial apoio externo. É também provável que alarguem as suas zonas de acção no Norte de ANGOLA, para Este, e no Oeste até MALANGE, Bif e SEMPA PIUTO. No que respeita à UNITA espera-se que as suas actividades diminuam.

32. MOÇAMBIQUE. Não se deve assistir a uma generalização das operações mas é previsível um esforço de intensificação das actividades no distrito de NIETE com apoio da OVA e do terceiro, como parte da campanha anti-CABOZA BASSÉ. MOÇAMBIQUE é o mais vulnerável dos territórios ALCORA dada a sua posição geo-estratégica e deve pois ser mantido sob constante fiscalização. *(em 3/20)*

33. RODESIÁ. ZAPU atravessa ainda uma crise interna e nenhum progresso foi obtido nas tentativas de aproximação da ZANU. Os dirigentes terroristas manifestaram recentemente a intenção de lançar operações contra a RODESIÁ, para o que têm capacidade. Além do mais, julga-se que agentes de informações já operam no país mas não se prevê que, tenham lugar quaisquer incursões terroristas.

34. IAS. Na sequência das recentes acontecimentos em CAPRIVI e dadas as fortes possibilidades de um veredicto desfavorável do Tribunal Mundial no caso do SWA, a SWAPO deve aumentar as suas operações em CAPRIVI ORIENTAL. Se as notícias de uma aliança MPLA/SWAPO forem verdadeiras, infiltrações em KAVANGOLAND e OTAVOLAND são esperadas. Sabe-se que terroristas treinados da SA/ANC entraram na IAS através do BOTSWANA e as informações indicam que actos de sabotagem são possíveis na IAS. Qualquer deterioração ou enfraquecimento num território

MUITO SECRETO



ANEXO Q

TERMOS DE REFERÊNCIA PARA A COMISSÃO DE COORDENAÇÃO ALCORA (ACOC)

MUITO SECRETO

Exemplar nº 2. de 6.. exemplares

ARQUIVO HISTÓRICO MILITAR

EXERCÍCIO ALCORA

TERMOS DE REFERÊNCIA PARA A COMISSÃO DE COORDENAÇÃO ALCORA (ACOC.)
Aprovados pela Comissão de Alto Nível ALCORA, na sua 2ª Reunião.

1. A Comissão de Coordenação, sobre a direcção da Comissão ALCORA de Alto Nível (ATLC) é responsável pela orientação e coordenação do trabalho das Subcomissões ALCORA.
2. A Comissão deve:
 - a. Definir a ordem de prioridade das tarefas a realizar pelas Subcomissões.
 - b. Dar parecer sobre as recomendações ou outros documentos elaborados pelas Comissões e que a ATLC haja oportunamente indicado ou que a ACOC julgue de interesse submeter para apreciação àquele nível.
 - c. Aprovar as recomendações das Subcomissões em assuntos do seu âmbito.

MUITO SECRETO

MUITO SECRETO

2.

2.

d. Fixar a composição das Subcomissões.

e. Fixar as datas e locais das reuniões das Subcomissões.

f. Elaborar e manter actualizado um Glossário ALCOBA, de terminologia comum.

3. Quando surgirem dúvidas sobre a responsabilidade do estudo de qualquer aspecto particular, a Comissão deve:

a. Atribuir o estudo do aspecto em questão a uma Subcomissão existente, ou

b. Se apropriado, propor à ATLC a formação de uma nova Subcomissão e preparar a proposta dos seus termos de referência

4. Se as Subcomissões encontrarem dificuldades que não permitam ou dificultem o cumprimento das suas tarefas, a Comissão de Coordenação deve:

a. Determinar a solução mais satisfatória para o problema, ou

b. Quando tal não for possível, apresentar à ATLC uma análise das modalidades de acção que se oferecem, para consideração e decisão.

MUITO SECRETO

MUITO SECRETO

3.

5. A Comissão de Coordenação deve manter informada a ATLC sobre o progresso dos trabalhos das Subcomissões.

6. A ACOB, quando julgar conveniente, deverá apresentar à ATLC, para que as respectivas delegações possam apresentar os assuntos aos seus Governos, o seguinte:

a. Um documento com os trabalhos recomendados pelas Subcomissões e custos correspondentes.

b. Prioridades na execução dos referidos trabalhos.

7. A Comissão deve sugerir os assuntos a incluir na Agenda das reuniões da ATLC, e a data e local que julgue mais conveniente para as reuniões desta Comissão.

8. Dentro do seu campo de acção e de acordo com as directivas da ATLC, a Comissão deve coordenar quaisquer assuntos de natureza não militar que tenham influência nas operações militares.

9. A Comissão de Coordenação reunir-se-á como e quando necessário em local e data a determinar pela ATLC, perante proposta da ACOB.

MUITO SECRETO

MUITO SECRETO

4.

10. As actas das reuniões, incluindo propostas, devem ser apresentadas à ATLC para aprovação.

As actas das reuniões devem ser produzidas no final de cada reunião, nas versões portuguesa e inglesa.

O número de exemplares das actas deve ser 6 na versão portuguesa e de 13 na versão inglesa, com a seguinte distribuição:

Exemplar 1 a 7, em Português - para ACOG (PORT)
" 8, em Inglês - para ACOG (PORT)
" 9 a 14, em Inglês - para ACOG (ROD)
" 15 a 20, em Inglês - para ACOG (RAS)
" 21, em Português - para ACOG (RAS)

A classificação de segurança deve ser Muito Secreto e todos os documentos devem ser marcados EXERCÍCIO ALCORA e com o indicativo ACOG, seguido do número de ordem do documento.

11. Na correspondência ALCORA a trocar entre os três países, devem ser utilizados os seguintes endereços:

RODESIÁ
The Chairman, Joint Planning Staff

MUITO SECRETO

MUITO SECRETO

5.

Private Bag 7713
CAUSEWAY - RHODESIA

PORTUGAL
Vice-Chefe do Estado-Maior da Defesa (Operações)
Comissão de Coordenação para os Assuntos do Ultramar
Secretariado Geral da Defesa Nacional
LISBOA - PORTUGAL

RAS
Chief of Defence Staff
Private Bag 161
PRETORIA - RSA

MUITO SECRETO

2.

Deve analisar todos os aspectos das necessidades e possibilidades conjuntas e apresentar recomendações respeitantes aos seguintes assuntos:



- Organizações de defesa aérea activa existentes (estáticas e móveis)
- Estruturas de comando e controlo
- Sistemas de controlo e informação (control and reporting systems), isto é:
 - Áreas cobertas pelos radares estáticos e móveis.
 - Organização e procedimentos da detecção e aviso.
 - Organização central e procedimentos de intercepção.
 - Serviço de recolha da caça.
 - Organização defensiva da guerra electrónica (defense radio warfare organization).
 - Secção de informações da defesa aérea (organização e operação).
 - Sistema de inter-comunicação e atribuição de frequências.
 - Aviões de caça de intercepção - meios disponíveis e suas possibilidades.
 - Armas de ar-ar - meios disponíveis e suas possibilidades.
 - Mísseis superfície-ar (alcance médio e curto).

DECLASSIFICADO
POR ORDENDE:
LISBOA, A. H. N.

3.

- Armas anti-aéreas (comando e controlo).
- Dispersão, camuflagem e decepção (de objectivos potenciais, na RUS/RODÉSIA/ANGOLA e MOÇAMBIQUE).
- Organizações de defesa civil.
- Medidas passivas - camuflagem, serviços médicos e de ataque a incêndios e organizações de bem-estar (welfare).
- Estados de preparação e prontidão.
- Possíveis dispositivos dos aviões de caça.
- Preparação das bases da caça conforme indicado na alínea o.
- Terminologia comum (forças aéreas e forças terrestres).
- Controlo dos aviões civis numa emergência.
- Aerónomos de entrada e saída.
- Cobertura radar civil e sua possível inclusão no sistema de aviso longínquo (EW).
- Direções de ataque in mais prováveis ou ponto de entrada.
- Pontos vitais e suas prioridades.
- Pontos fracos da nossa organização e sistema, associados com planos alternativos no caso de acções aéreas in com êxito (capacidades de substituição).
- Troca de informações sobre o in aéreo.
- Efectivos de pessoal - efectivos actuais e possibilidades de mobilização.

DECLASSIFICADO
POR ORDENDE:
LISBOA, A. H. N.

4.

x. Necessidades de apoio logístico.

y. Equipamento de IFF e SSR e normas de utilização.

z. Doutrina sobre a defesa aérea de campanha para protecção de agrupamentos de forças conjuntas (joint task forces), compreendendo, por exemplo, uma divisão a três brigadas.

aa. Doutrina sobre a defesa aérea da zona de comunicações e dos aeródromos de manobra (staging airfields).

bb. Doutrina sobre a defesa terrestre das instalações da defesa aérea - estáticas e móveis - nas zonas da rectaguarda, na zona de comunicações e na zona de comunicações e na zona de combate.

cc. Propostas de divisão de responsabilidades no que respeita a áreas de defesa aérea.

dd. Grau de standardização possível e essencial para operações conjuntas.


ee. Propostas de Normas de Execução Permanente - Operações (SPO's).



2. A Subcomissão deve enviar à Comissão de Coordenação ALCORA, terminologia comum que considere de interesse para a inclusão num Glossário ALCORA.

3. As recomendações da Subcomissão devem incluir uma estimativa dos custos resultantes.

As estimativas devem ser enviadas às ACOG nacionais, logo que sejam conhecidas, e mesmo antes das reuniões.

4. A Subcomissão deve reunir-se como e quando necessário, em local e da



5.

ta propostas pela Subcomissão e decididas pela Comissão de Coordenação ALCORA.

5. As reuniões da Subcomissão poderão assistir membros da Subcomissão de Informações, devendo ser dado a esta Subcomissão conhecimento ao nível dos assuntos que vão sendo tratados.

6. A Subcomissão de Informações deverá manter esta Subcomissão ao corrente dos estudos de informações que realize.

7. As actas das reuniões, incluindo recomendações, devem ser enviadas à Comissão de Coordenação ALCORA.

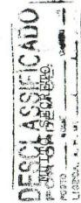
As actas das reuniões devem ser produzidas no final de cada reunião, nas versões portuguesa e inglesa.

O número de exemplares das actas deve ser de 6 na versão portuguesa e de 13 na versão inglesa, com a seguinte distribuição:

- Exemplares 1 a 7, em Português - para ACOG (PORT)
- Exemplar 8, em Inglês - para ACOG (PORT)
- Exemplares 9 a 14, em Inglês - para ACOG (ROD)
- Exemplares 15 a 20, em Inglês - para ACOG (RAS)
- Exemplar 21, em Português - para ACOG (RAS)

A classificação de segurança deve ser MUITO SECRETO e todos os documentos devem ser marcados EXERCÍCIO ALCORA, e com o indicativo ADSC, seguido do número de ordem do documento.

8. Toda a correspondência a enviar para os outros países ALCORA deve ser encaminhada através da Comissão de Coordenação Nacional.



ANEXO S

TERMOS DE REFERÊNCIA PARA A SUBCOMISSÃO DE AERÓDROMOS

processo

MUITO SECRETO

ARQUIVO HISTÓRICO

3 de 3 Exs.

EXERCÍCIO ALCORA

TERMOS DE REFERÊNCIA PARA A SUBCOMISSÃO DE AERÓDROMOS

Aprovados pela Comissão de Alto Nível ALCORA na sua 1ª Reunião, e corrigidos na 2ª Reunião da mesma Comissão.

Para os seguintes oficiais designados para a Subcomissão acima em epígrafe:

<u>PORTUGAL</u>	<u>REP. ÁFRICA DO SUL</u>	<u>RODÉSIA</u>
_____	_____	_____
_____	_____	_____
_____	_____	_____
_____	_____	_____

1. A Subcomissão de Aeródromos é constituída para estudar e informar sobre as facilidades em aeródromos na R.A.S., Rodésia, Angola, Moçambique, Botswana, Zâmbia, Tânzânia, Congo-Brazaville, República do Egipto, Suazilândia, Malgache e quaisquer outros territórios relevantes para a ameaça.

2. No caso das Províncias Portuguesas, da R.A.S. e da Rodésia devem ser considerados em particular os seguintes aspectos:

- a. Aeródromos existentes.
- b. Classificação dos aeródromos.
- c. Seleção e localização dos aeródromos da classe A, B e C.

Examinar quaisquer requisitos adicionais e recomendar prioridades de construção ou melhoramento.

MUITO SECRETO

MUITO SECRETO

ARQUIVO HISTÓRICO
PÚBLICA OBRAS

3.

3. A Subcomissão deve enviar à Comissão de Coordenação ALCORA terminologia comum que considere de interesse para a inclusão num Glossário ALCORA.

4. As recomendações da Subcomissão devem incluir uma estimativa dos custos resultantes. As estimativas devem ser enviadas às AOCN nacionais, logo que sejam conhecidas, e mesmo antes das reuniões.

5. A Subcomissão deve reunir-se como e quando necessário, em local e data propostas pela Subcomissão e decididas pela Comissão de Coordenação ALCORA.

6. As reuniões da Subcomissão poderão assistir membros da Subcomissão de Informação, devendo ser dada à esta Subcomissão conhecimento genérico dos assuntos que vão sendo tratados.

7. A Subcomissão de Informação deverá manter esta Subcomissão ao corrente dos estudos de informações que realize.

8. As atas das reuniões, incluindo recomendações, devem ser enviadas à Comissão de Coordenação ALCORA.

As atas das reuniões devem ser produzidas no final de cada reunião, nas versões portuguesa e inglesa.

O número de exemplares das atas deve ser de 8 na versão portuguesa e de 13 na versão inglesa, com a seguinte distribuição:

Exemplares	1 a 7, em Português	- para AOCN (PORT)
Exemplar	8, em Inglês	- para AOCN (PORT)
Exemplares	9 a 14, em Inglês	- para AOCN (ROD)
Exemplares	15 a 20, em Inglês	- para AOCN (RAS)
Exemplar	21, em Português	- para AOCN (RAS)

A classificação de segurança deve ser MUITO SECRETO e todos os documentos devem ser marcados EXERCÍCIO ALCORA, e com o indicativo ISG, seguido do número

MUITO SECRETO

MUITO SECRETO

ARQUIVO HISTÓRICO
PÚBLICA OBRAS

2.

d. Ajuda de controle de tráfego aéreo e de navegação, fixos ou em conjuntos aerotransportáveis.

e. Necessidades de facilidades mínimas de base, fixas ou em conjuntos aéro transportáveis, para a operação de aviões ligeiros e helicópteros em missões de segurança interna e contra-subversão.

f. Necessidades de facilidades mínimas de bases aeródromos seleccionados da classe A e/ou bases principais para apoio das operações de ataque a longa distância e/ou operações de transporte aéreo de grande escala.

g. Avaliação do transporte aéreo provavelmente necessário para apoio das operações terrestres e para apoio das operações da força aérea.

h. Avaliação do apoio dos Órgãos de Abastecimento Aéreo da Rectaguarda (Rear Supply Organization - RASO's) e dos Órgãos avançados de Abastecimento Aéreo (Forward Air Supply Organization - FASO's), a qual facilitará uma indicação das necessidades em facilidades de controle do movimento da base e avançado, seja em fase de base de reunião seleccionadas ou em conjuntos transportáveis.

i. Distâncias aceitáveis entre os vários tipos de aeródromos e terminais rodó ou ferroviários.

k. Definição de responsabilidades pela segurança dos aeródromos, tendo em atenção que é normalmente uma responsabilidade nacional.

l. Instalações de combustíveis ou capacidades de reabastecimento de combustíveis.

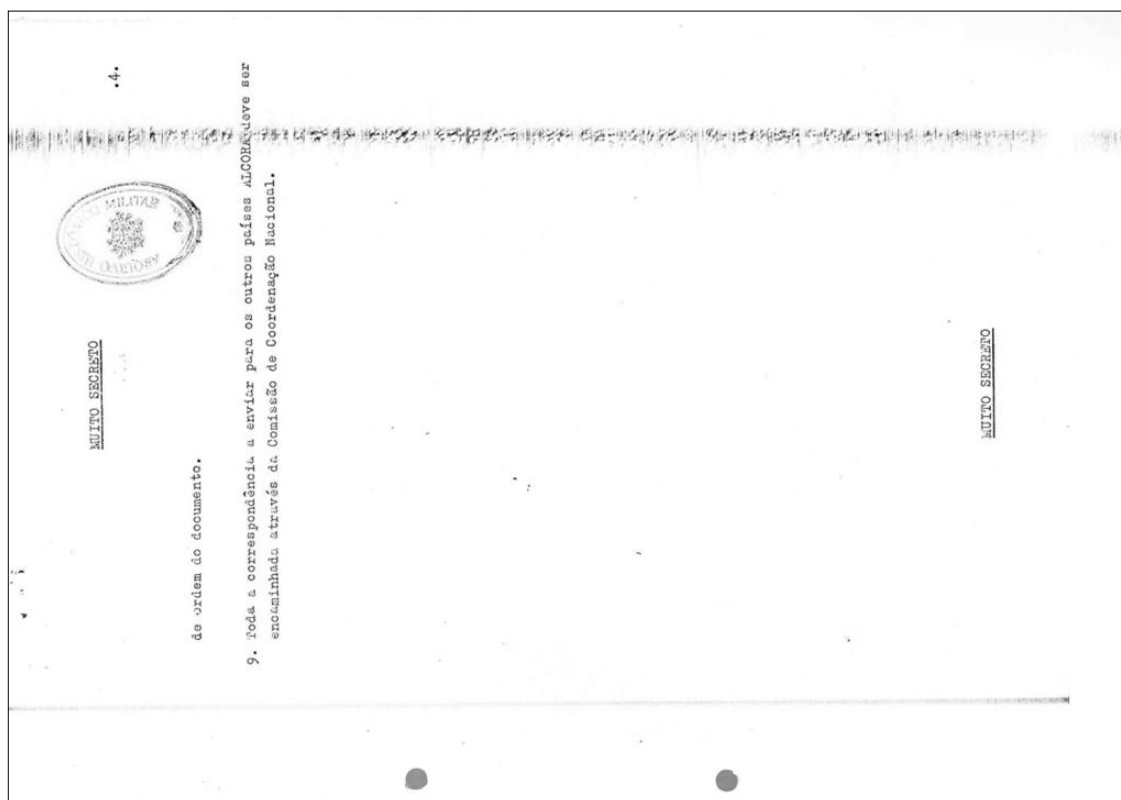
m. Tipos de combustíveis, óleos e lubrificantes (POL) necessários e existentes.

n. Apoio meteorológico.

o. Instalações de armazenagem de explosivos em bases principais seleccionadas e período de reabastecimento.

p. Fixação de responsabilidades pelos serviços tais como controle de tráfego aéreo, meteorologia, equipas de reabastecimento, ataque a incêndios.

MUITO SECRETO



ANEXO T

AMENDED DRAFT TERMS OF REFERENCE FOR THE AIR PLANNING SUB-COMMITTEE

Ex 4.93 de 12 fotocopias

TOP SECRET
DRAFT

EXERCISE ALCORA

AMENDED DRAFT TERMS OF REFERENCE FOR THE
AIR PLANNING SUB-COMMITTEE

Issued by the ALCORA Top Level Committee.

To the undermentioned officers appointed to the above Sub-Committee:

<u>Portugal</u>	<u>Republic of South Africa</u>	<u>Rhodesia</u>
_____	_____	_____
_____	_____	_____
_____	_____	_____
_____	_____	_____

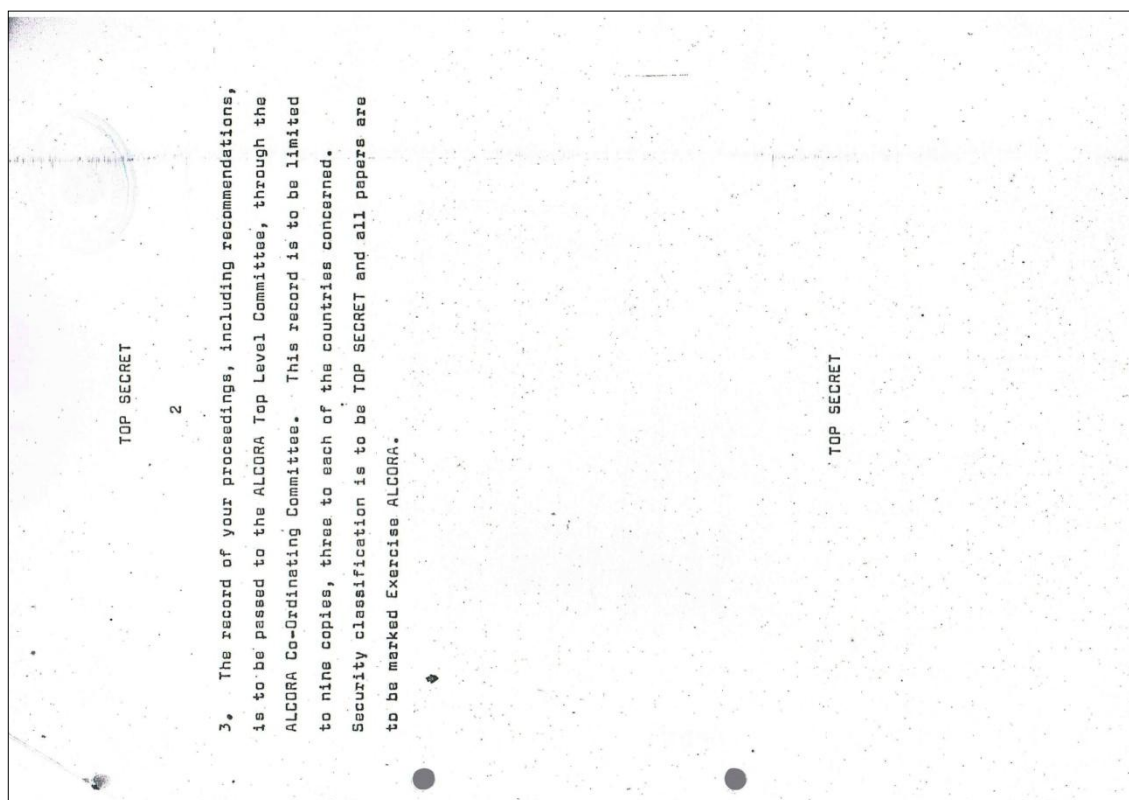
1. You are to establish an Air Planning Sub-Committee to:

- Examine existing Portuguese, South African and Rhodesian air capabilities, bearing in mind the life span of existing aircraft.
- Assess these capabilities in the light of the threat.
- Recommend how these forces and facilities should be balanced between the three countries.
- Recommend priorities of procurement and replacement.

2. You are to meet as and when required at a place and time to be determined by the ALCORA Co-ordinating Committee.

TOP SECRET

...../2




ANEXO U

TERMOS DE REFERÊNCIA PARA A SUBCOMISSÃO DE

INFORMAÇÕES

MUITO SECRETO



Exemplares de 10

EXERCÍCIO ALCORA

TERMOS DE REFERÊNCIA PARA A SUBCOMISSÃO DE INFORMAÇÕES

Aprovados pela Comissão de Alto Nível ALCORA na sua 1ª Reunião, e corrigidas na 2ª Reunião da mesma Comissão.

Para os seguintes oficiais designados para a Sub-comissão acima referida:

PORTUGAL	RUS	RODESLA

1. A Subcomissão de Informações é constituída a fim de:

a. Fazer o estudo da ameaça como um processo contínuo, tendo sempre presente que este é um dos pontos mais importantes para as deliberações ALCORA.

b. Estudar todos os elementos que seja possível obter no campo das informações com vista a estabelecer uma doutrina comum.

c. Pesquisar, interpretar, avaliar e difundir as notícias e informações para satisfação das exigências do EXERCÍCIO ALCORA.

2. A Subcomissão deve examinar todos os aspectos das necessidades e possibilidades conjuntas de informações, em relação aos seguintes assuntos:

MUITO SECRETO

MUITO SECRETO

.2.

a. Extensão da ameaça e seu desenvolvimento a curto e médio prazo, incluindo os efeitos das possíveis sanções nas operações em curso ou previstas, e entendendo-se que a curto e médio prazos correspondem, respectivamente, a dois meses e a cinco anos.

b. Avaliação das possibilidades gerais e potenciais do inimigo em relação às áreas vulneráveis.

c. Implicações da ameaça em cada um dos assuntos incluídos no EXERCÍCIO ALCORA, sempre que pertinentes.

d. Oportuna elaboração de um manual, com a finalidade de servir aos Comandantes de Unidades e seus subordinados. O manual deverá incluir, possivelmente sob a forma de apêndices, uma descrição dos países considerados, seus habitantes e táticas prováveis do inimigo.

e. Organizar as ligações através das quais todas as notícias e informações possam ser interpretadas, avaliadas e difundidas.

f. Coordenar o emprego dos serviços de informações para operações combinadas.

g. Considerar a melhor forma de standardizar a classificação das informações.

h. Coordenar, quando disso for caso, as medidas de contra informação, terrestres, navais e aéreas e as operações militares especiais.

3. Todos os documentos relativos à ameaça devem terminar com um sumário.

4. A Subcomissão deve enviar à Com.Coord. ALCORA terminologia comum que considere de interesse para a inclusão num Glossário ALCORA.

5. Deve ser elaborada uma estimativa de custos referentes à execução das tarefas da Subcomissão.

MUITO SECRETO

MUITO SECRETO

.3.

as estimativas devem ser enviadas à ACOC nacionais, logo que sejam conhecidas, e mesmo antes das reuniões.

6. A Subcomissão deve reunir-se quando e na medida em que for necessário em local e data propostas pela Subcomissão e decididas pela Comissão de Coordenação ALCORA.

7. As reuniões de todas as Subcomissões poderão assistir membros da Subcomissão de Informações.

Esta Subcomissão deverá ser mantida no conhecimento genérico dos trabalhos das outras Subcomissões.

8. A Subcomissão de Informações deverá manter todas as Subcomissões ao corrente dos estudos de informações que realize.

O número de exemplares dos "documentos da ameaça" deve ser o necessário não só para satisfazer os requisitos da ACOC, como para permitir a distribuição de um exemplar a cada um dos presidentes de todas as delegações nacionais de cada uma das Subcomissões.

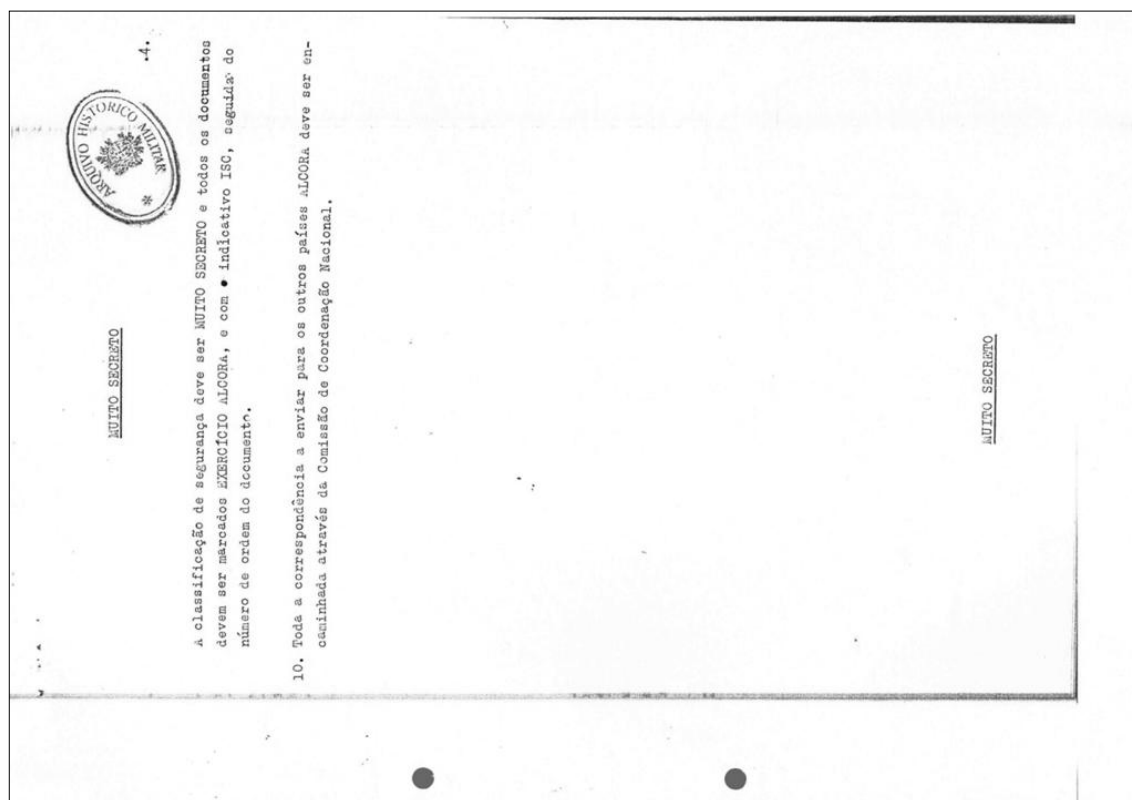
9. As atas das reuniões da Subcomissão de Informações e as recomendações nelas contidas, deverão ser enviadas à Comissão de Coordenação ALCORA.

As atas das reuniões devem ser produzidas no final de cada reunião, nas versões portuguesa e inglesa.

O número de exemplares das atas deve ser de 8 na versão portuguesa e de 13 na versão inglesa, com a seguinte distribuição:

Exemplares	1 a 7, em Português	- para ACOC (PORT)
Exemplar	8, em Inglês	- para ACOC (PORT)
Exemplares	9 a 14, em Inglês	- para ACOC (NOD)
Exemplares	15 a 20, em Inglês	- para ACOC (RAS)
Exemplar	21, em Português	- para ACOC (RAS)

MUITO SECRETO



ANEXO V

AMENDED DRAFT TERMS OF REFERENCE FOR THE TARGET SUB COMMITTEE

Ex mº 3 de 12 Fotógrafos

TOP SECRET

DRAFT

EXERCISE ALCORA

AMENDED DRAFT TERMS OF REFERENCE FOR THE
TARGET SUB-COMMITTEE

Issued by the ALCORA Top Level Committee.

To the undermentioned officers appointed to the above Sub-Committee.

<u>Portugal</u>	<u>Republic of South Africa</u>	<u>Rhodesia</u>
_____	_____	_____
_____	_____	_____
_____	_____	_____
_____	_____	_____

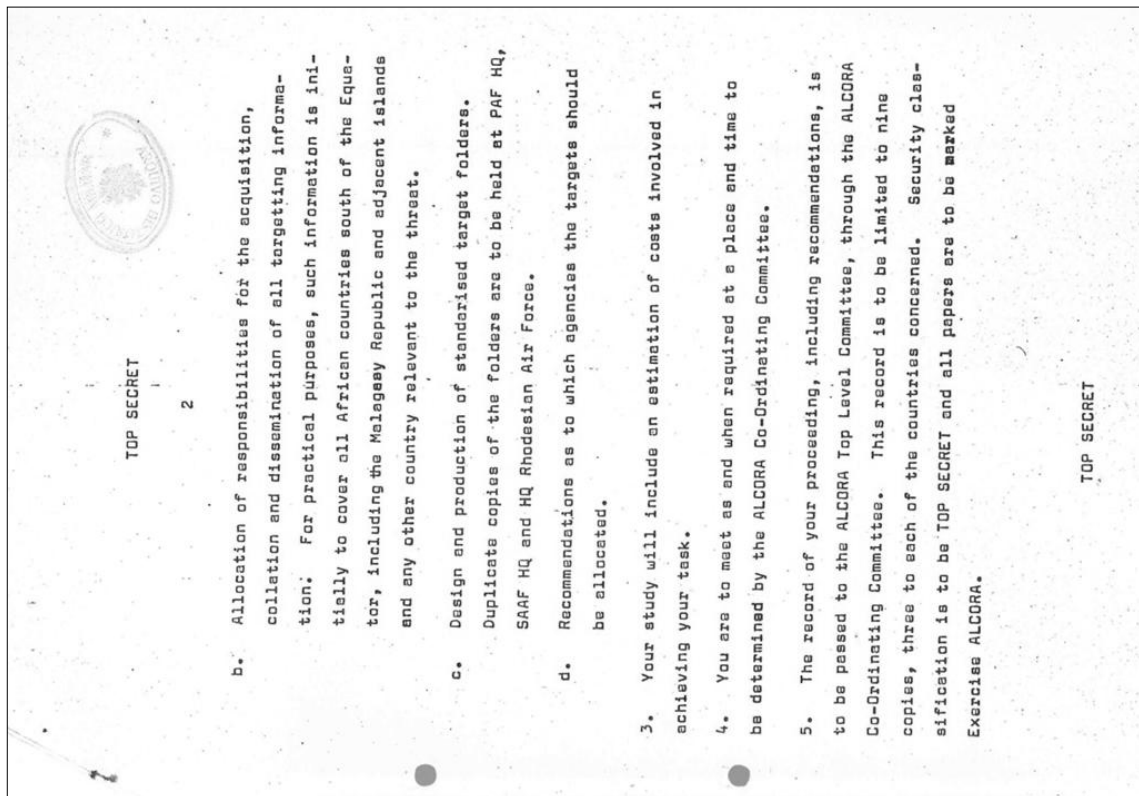
1. You are to establish a Target Sub-Committee to study the organisations in Angola, Mozambique, RSA and Rhodesia which are concerned with target data collection and processing end to recommend ways and means of co-ordinating their activities.

2. You are to ensure that the following aspects of targetting are adequately covered for combined operational purposes:

a. Detailed information of all likely targets in countries which could pose a threat to Angola, Mozambique, RSA and Rhodesia is listed and maintained.

TOP SECRET

...../2



ANEXO W

AMENDED DRAFT TERMS OF REFERENCE FOR THE COMMAND AND CONTROL SUB-COMMITTEE

Ex on 3 de 12 Fotoaparelos

TOP SECRET

DRAFT

EXERCISE ALCORA

AMENDED DRAFT TERMS OF REFERENCE FOR THE
COMMAND AND CONTROL SUB-COMMITTEE

Issued by the ALCORA Top Level Committee.

To the undermentioned officers appointed to the above Sub-Committee:

Portugal	Republic of South Africa	Rhodesia
_____	_____	_____
_____	_____	_____
_____	_____	_____
_____	_____	_____

1. You are to establish a Command and Control Sub-Committee to formulate recommendations to determine:

- How best command and control systems can be co-ordinated where forces are required to act in concert.
- How the combined military forces will be commanded in the field, both on formation level and in respect of smaller bodies of troops working with a unit of other forces.
- How the air effort will be co-ordinated and controlled.
- The impact of the employment of forces acting in concert on other security forces and government departments.

TOP SECRET

...../2

TOP SECRET

2

g. What responsibilities the respective force commanders will have towards their own national superior commanders and what channels they will use.

f. How, in broad terms, administration will be done and through what agencies. How the administrative units will be controlled both in base and operational areas.

9. How discipline will be maintained and through what channels.

h. If there is a need for standardisation of command and staff procedures, bearing in mind existing arrangements for standardisation.

j. How news of combined operations will be released to news media and what public relations organisation is necessary.

k. Provision of liaison officers.

2. Make mention of the estimated costs of your recommendations.

3. You are to meet as and when required at a place and time to be determined by the ALCORA Co-Ordinating Committee.

4. The record of your proceedings, including recommendations, is to be passed to the ALCORA Top Level Committee, through the ALCORA Co-Ordinating Committee. This record is to be limited to nine copies, three to each of the countries concerned. Security classification is to be TOP SECRET and all papers are to be marked Exercise ALCORA.

TOP SECRET

ANEXO X

TERMOS DE REFERÊNCIA PARA A SUBCOMISSÃO DE DOCTRINA COMUM DE CONTRA-SUBVERSÃO

MUITO SECRETO

Ex. nº. 3. de 10. Exs.

EXERCÍCIO ALCORA

TERMOS DE REFERÊNCIA PARA A SUBCOMISSÃO DE DOCTRINA COMUM DE
CONTRA SUBVERSÃO

Aprovados pela Comissão de Alto Nível ALCORA na sua 1ª. reunião, e posteriormente alterados na sua 2ª. reunião.

Para os seguintes oficiais designados para a Subcomissão em epígrafe.

PORTUGAL	REP. ÁFRICA DO SUL	RODÉSIA
_____	_____	_____
_____	_____	_____
_____	_____	_____
_____	_____	_____


1. A Subcomissão de Doutrina Comum de Contra-Subversão é constituída para estudar a actividade de Contra-Subversão na África Austral. Este estudo deve considerar os seguintes pontos:

a. Leitura de todo o material existente sobre Guerra Subversiva com vista a estabelecer uma doutrina comum de contra-subversão na África Central e Austral, incluindo conhecimentos de tática e procedimentos operacionais sobre os quais tenha havido acordo mútuo.

b. A doutrina comum que venha a ser estabelecida deverá, eventualmente, ser apresentada sob a forma dum manual para utilização

MUITO SECRETO

MUITO SECRETO



dos comandantes de unidade e seus subordinados. Este manual deve tratar também, em pormenor, os problemas de instrução e operações das próprias forças, devendo ter-se em consideração especial as lições resultantes da experiência actual de contra-subversão da Rodésia, Portugal e África do Sul. Deve considerar, principalmente, os aspectos práticos das operações de contra-subversão e não a conduta da guerra a alto nível ou a filosofia das operações iniciais.


2. A Subcomissão deve enviar à Com. Coord. ALCORA terminologia comum que considere de interesse para inclusão num Glossário ALCORA.
3. A Subcomissão deve mencionar a estimativa dos custos derivados das suas recomendações. As estimativas devem ser enviadas à ACOG nacionais, logo que sejam conhecidas, e mesmo antes das reuniões.
4. A Subcomissão deve reunir-se como e quando necessário, em local e data proposta pela Subcomissão e decidida pela Comissão de Coordenação ALCORA.
5. As reuniões da Subcomissão poderão assistir membros da Subcom. de Informações, devendo ser-lhe dado conhecimento, numa forma genérica, dos assuntos que vão sendo tratados.
6. A Subcomissão de Informações deverá manter esta Subcomissão ao corrente dos estudos de informações que realize.
7. As actas das reuniões, incluindo recomendações, devem ser enviadas à Comissão de Coordenação ALCORA.

As actas das reuniões devem ser produzidas no final de cada reunião, nas versões portuguesa e inglesa.

O número de exemplares das actas deve ser de 8 na versão portuguesa e de 13 na versão inglesa, com a seguinte distribuição:

MUITO SECRETO

MUITO SECRETO



- Exemplares 1 a 7, em Português - para ACOG (PORT)
- Exemplar 8, em Inglês - para ACOG (PORT)
- Exemplares 9 a 14, em Inglês - para ACOG (ROD)
- Exemplares 15 a 20, em Inglês - para ACOG (RAS)
- Exemplar 21, em Português - para ACOG (RAS)

A classificação de segurança deve ser MUITO SECRETO e todos os documentos devem ser marcados EXERCÍCIO ALCORA, e com o indicativo CODSC, seguido do número de ordem do documento.

8. Toda a correspondência a enviar para os outros Países ALCORA deve ser encaminhada através da Comissão de Coordenação Nacional.

MUITO SECRETO

ANEXO Y

AMENDED DRAFT TERMS OF REFERENCE FOR THE MAPPING AND SURVEY SUB-COMMITTEE

Ex n° 3 de 12 Fotocópias

TOP SECRET

DRAFT

EXERCISE ALCORA

AMENDED DRAFT TERMS OF REFERENCE FOR THE
MAPPING AND SURVEY SUB-COMMITTEE

Issued by the ALCORA Top Level Committee.

To the undermentioned officers appointed to the above Sub-Committee:

Portugal	Republic of South Africa	Rhodesia
_____	_____	_____
_____	_____	_____
_____	_____	_____
_____	_____	_____

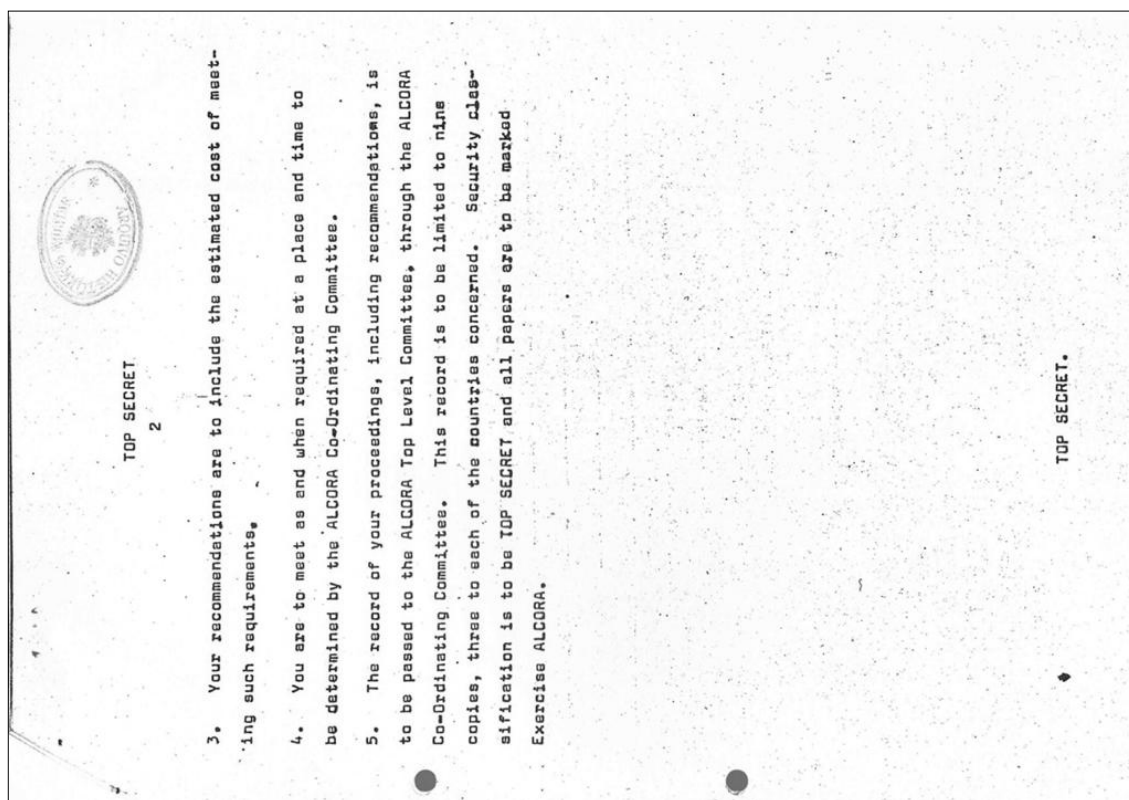
1. You are to establish a Mapping and Survey Sub-Committee to study the present mapping organisations and activities of each country with a view to determining:

- The overall requirement including that of field commanders.
- Standardisation requirements, eg, scales, grids, conventional signs, etc.
- Production and reproduction of maps with particular reference as to where and by whom this will be done.

2. Initially your study will embrace the mapping and survey needs of our own territories in Southern Africa but subsequently is to include those countries relevant to the threat, including possible priorities.

TOP SECRET


...../2



ANEXO Z

TERMOS DE REFERÊNCIA PARA A SUBCOMISSÃO DE ACÇÃO PSICOLÓGICA

MUITO SECRETO



Ex. n.º 3 de 10 Exa.

EXERCÍCIO ALCORA

TERMOS DE REFERÊNCIA PARA A SUBCOMISSÃO DE ACÇÃO PSICOLÓGICA

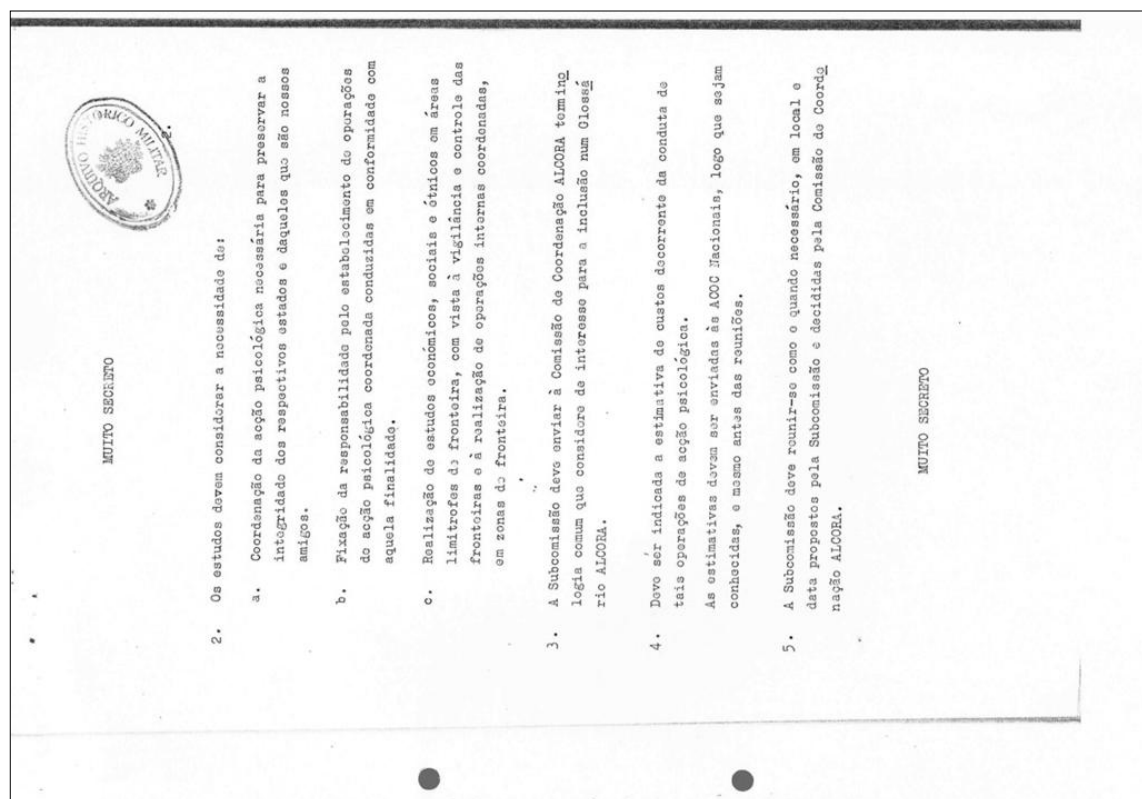
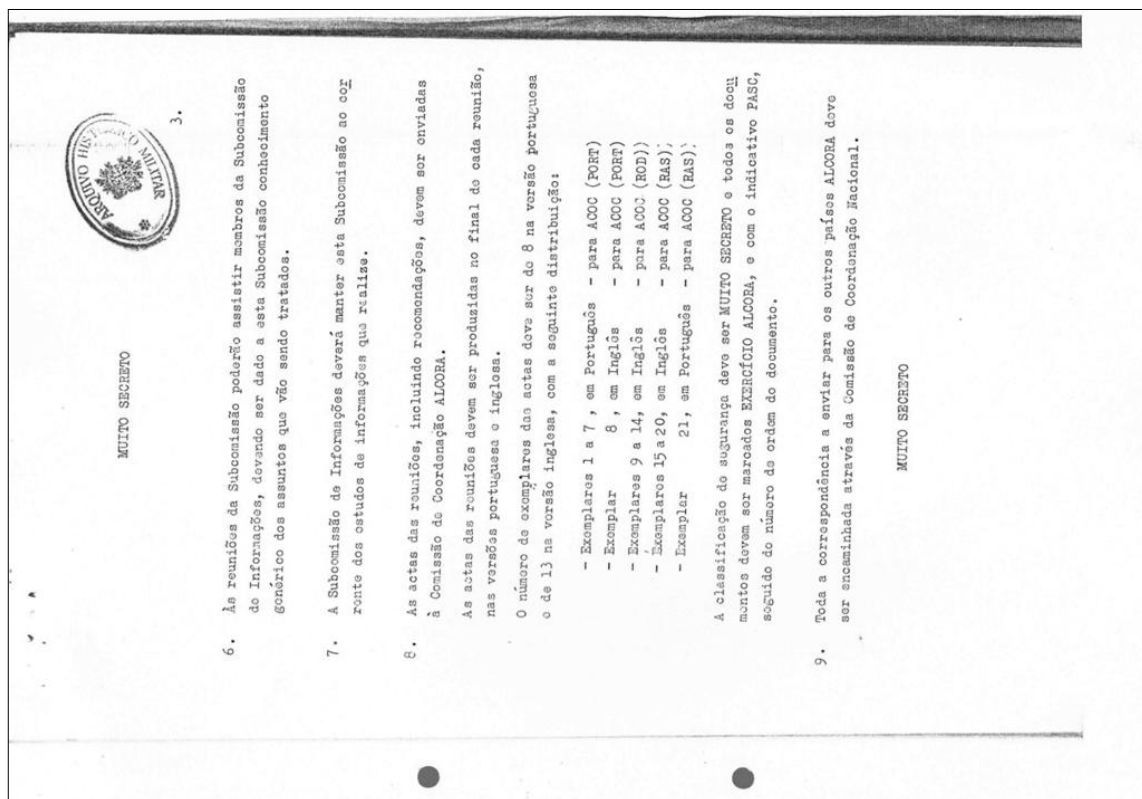
Aprovados pela Comissão de Alto Nível ALCORA na sua 1ª Reunião, e corrigidos na 2ª Reunião da mesma Comissão.

Para os seguintes oficiais designados para a Subcomissão acima referida:

PORTUGAL	REP. ÁFRICA DO SUL	ROMÂNIA

MUITO SECRETO


1. A Subcomissão de Acção Psicológica é constituída para estudar os processos e meios de conduzir a acção psicológica, tendo em mente que as operações psicológicas são geralmente um problema político mas têm implicações militares de grande alcance e que são de importância primordial estudos coordenados neste campo. Isto implica operações externas assim como acção psicológica interna.



ANEXO AA

TERMOS DE REFERÊNCIA PARA A SUBCOMISSÃO DE TELECOMUNICAÇÕES E GUERRA ELECTRÓNICA

MUITO SECRETO



Ex. nº. 34 de 10 Exs.

EXERCÍCIO ALCORA

TERMOS DE REFERÊNCIA PARA A SUBCOMISSÃO DE TELECOMUNICAÇÕES E GUERRA ELECTRÓNICA

Aprovados pela Comissão de Alto Nível ALCORA na sua 1ª. Reunião, e corrigidos na 2ª. Reunião da mesma Comissão.

Para os seguintes oficiais designados para a Subcomissão acima referida:

PORTUGAL	REP. ÁFRICA DO SUL	RODÉSIA

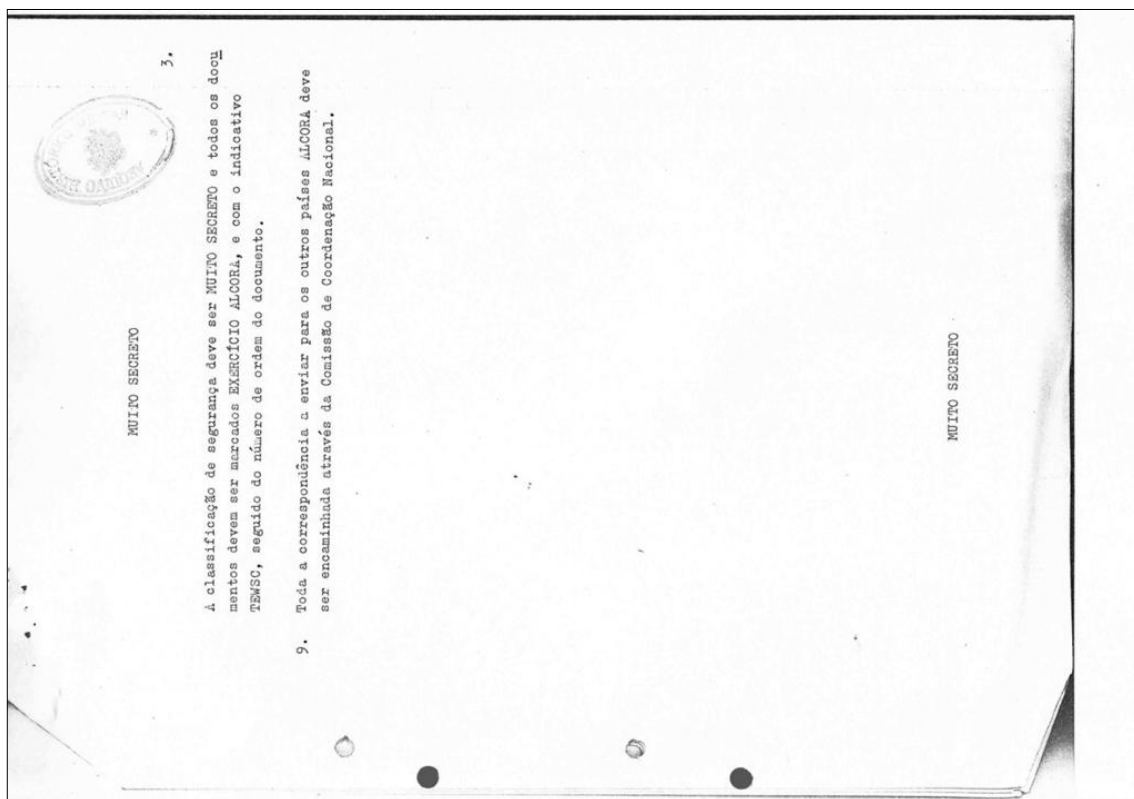
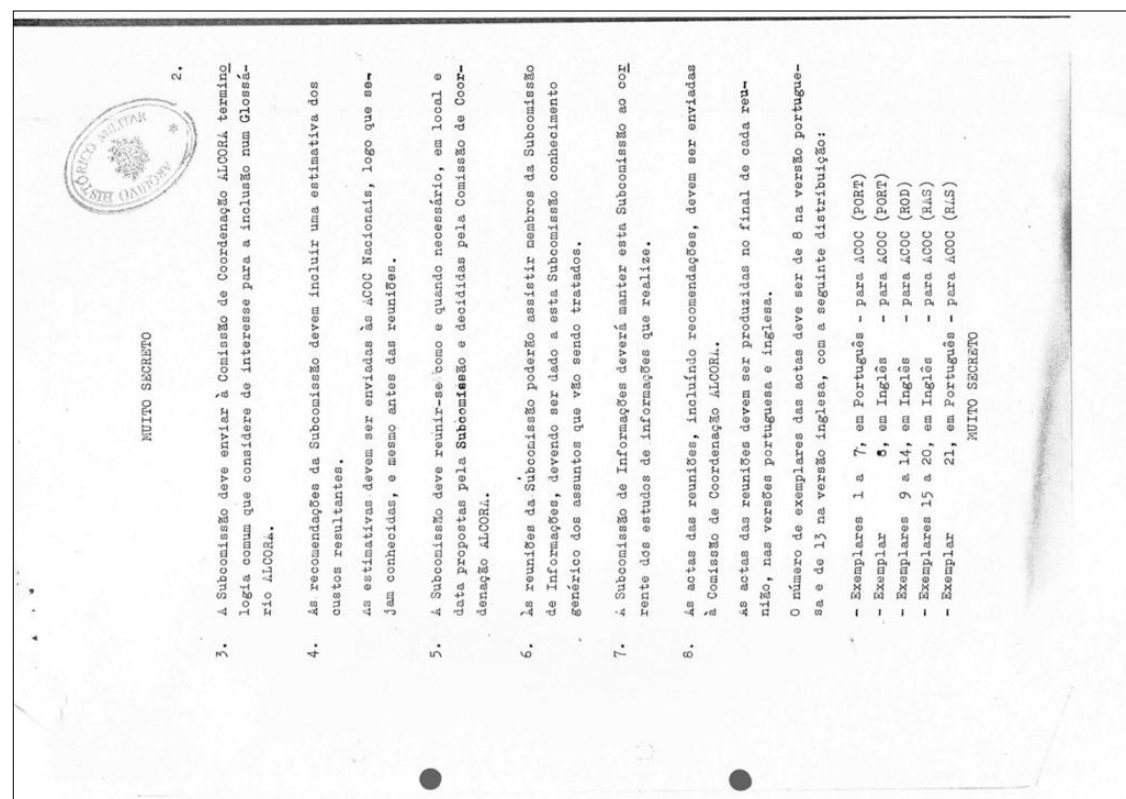
1. A Subcomissão de Telecomunicações e Guerra Electrónica é constituída para estudar os problemas de comunicações entre os países, as medidas para a guerra electrónica coordenada e os seus aspectos de organização e compatibilidade.

2. A Subcomissão deve elaborar um plano de emergência para fazer face às necessidades conjuntas de Angola, Moçambique, República da África do Sul e Rodésia no que se refere a:

a. Todas as telecomunicações, guerra electrónica e contra medidas electrónicas para operações combinadas terrestres, marítimas e aéreas.

b. Códigos e Cifras

MUITO SECRETO



ANEXO AB

TERMOS DE REFERÊNCIA PARA A SUBCOMISSÃO DE MEIOS DE TRANSPORTE.

MUITO SECRETO

Exemplar Nº .3.. de 14 exemplares

EXERCÍCIO ALCORA

TERMOS DE REFERÊNCIA PARA A SUBCOMISSÃO DE MEIOS DE TRANSPORTE

Aprovados pela Comissão de Alto Nível ALCORA na sua 1ª. Reunião, e corrigidos na 2ª Reunião da mesma Comissão.

Para os seguintes oficiais designados para a Subcomissão acima referida:

PORTUGAL	RAS	RODÉSIA

1. - A Subcomissão de Meios de Transporte é constituída para elaborar um estudo das linhas de comunicação disponíveis com a finalidade de apoio mútuo entre as Províncias Portuguesas de Angola e Moçambique, RAS e Rodésia.

2. Deve elaborar um estudo de meios de transporte na RAS, Rodésia, Moçambique, Angola, Suazilândia, Zâmbia, Tanzânia, Malawi, República do Zaire, Congo-Brazaville, Botswana e qualquer outro território relevante para a ameaça, para fins de planeamento de emergência, relativo a:

MUITO SECRETO

MUITO SECRETO

2.

iii. Quais os seus pontos vulneráveis?

iv. Quais são os melhoramentos necessários e planejados?

c. Transporte Marítimo

i. Quais as facilidades portuárias existentes e qual a capacidade de tráfego que podem suportar?

ii. Os planos militares de segurança dos portos são adequados?

(A Subcomissão limitar-se-á a enumerar as medidas de segurança existentes ou planejadas para os portos; se necessário recomendará um estudo de segurança dos portos, a fazer por especialistas).

iii. Qual a disponibilidade, para fins ALCORA, de navios nacionais e qual a sua capacidade em termos de transporte de pessoal, carga e refrigeração.

iv. Quais os recursos de movimentação de carga existentes, incluindo:

(a) capacidade de armazenagem, coberta e ao ar livre?

(b) Guindastes de grande tonelagem?

(c) Recursos ferroviários, normais ou "Decaville" na área do porto?

MUITO SECRETO

MUITO SECRETO

3.

a. Caminhos de ferro

b. Estradas

c. Transportes marítimos

d. Transportes aéreos

e. Vias navegáveis interiores

f. Oleodutos

3. Os aspectos a que deve ser prestada especial atenção são:

a. Caminhos de ferro

i. Quais as ligações ferroviárias existentes? Qual a capacidade de tráfego que podem suportar?

ii. Em que medida é possível a integração entre sistemas dos vários territórios?

iii. Existem quaisquer problemas especiais respeitantes aos sistemas, políticos, deficiências, pontos críticos e existência de material circulante especial?

iv. Que possíveis extensões são necessárias e respectivas urgências nos países amigos?

b. Estradas

i. Que ligações rodoviárias existem para o movimento e apoio de um agrupamento (task force) através das fronteiras e no interior de cada território?

ii. Qual a classificação e capacidade destas possíveis estradas militares?

MUITO SECRETO

MUITO SECRETO

4.

v. Qual a capacidade de movimentar combustíveis e de carga e descarga de portos?

vi. Que organizações existem para o controlo e atribuição de prioridades para a utilização do espaço por parte da navegação?

vii. Que organizações de controlo de movimento existem e o que é necessário?
Descreva a sua função.

d. Transporte Aéreo

i. Quais os tipos de aviões existentes?
Quais as suas capacidades/possibilidades?

ii. Que grau de compatibilidade existem entre os vários tipos de aviões no que respeita a cargas, equipamento especializado necessário para carga/descarga, apoio de escala (servicing), reabastecimento, etc. ...?

iii. Quais os melhoramentos necessários e planeados?

iv. Quais os meios de controlo de movimento existentes e necessários?

Nota: Chama-se a atenção da Subcomissão para os termos de referência da Subcomissão de Aerodromos.

MUITO SECRETO

MUITO SECRETO

5.

e. Vias Navegáveis Interiores

i. Quais as vias navegáveis interiores existentes e qual a sua localização?

ii. Qual a sua capacidade de navegação, por tropas?

iii. Quais as facilidades de transporte existentes susceptíveis de ser usadas para fins militares?

iv. Que possibilidades existem de ligação entre estas e outras vias de transporte (por exemplo, o aeroporto, a estrada ou o terminal de caminho de ferro mais próximos)?

f. Oleodutos

i. O que existe?

ii. Qual o tipo de construção?

iii. Qual o seu comprimento total?

iv. Que estações de bombeamento há, sua localização e as distâncias entre elas?

v. Qual a capacidade máxima total?

MUITO SECRETO

MUITO SECRETO

6.

vi. Que tipos de combustíveis podem ser bombeados simultaneamente? (Formosizar a capacidade máxima individual, com relação a cada um dos tipos de produtos, em toneladas métricas diárias).

vii. Que medidas de segurança existem? (Helicópteros, patrulhas a pé, vedações e especialmente à volta das estações de bombeamento, etc.).

viii. Quais as suas implicações políticas?

4. A Subcomissão deve enviar à Comissão de Coordenação ALCORA terminologia comum que considere de interesse para a inclusão num Glossário ALCORA.

5. Deve apresentar recomendações com estimativas de custos resultantes, e bem assim as relativas a quaisquer deficiências nas ligações entre os vários sistemas de meios de transporte nos países amigos. As estimativas devem ser enviadas às ACOG nacionais, logo que sejam conhecidas, e mesmo antes das reuniões.

6. A Subcomissão deve reunir-se como e quando necessário, em local e data propostas pela Subcomissão e decididas pela Comissão de Coordenação ALCORA.

MUITO SECRETO

MUITO SECRETO

7.

7. As reuniões da Subcomissão poderão assistir membros da Subcomissão de Informações, devendo ser dado a esta Subcomissão conhecimento genérico dos assuntos que vão sendo tratados.

8. A Subcomissão de Informações deverá manter esta Subcomissão ao corrente dos estudos de informações que realize.

9. As atas das reuniões, incluindo recomendações, devem ser enviadas à Comissão de Coordenação ALCORA. As atas das reuniões devem ser produzidas no final de cada reunião, nas versões portuguesa e inglesa. O número de exemplares das atas deve ser de 8 na versão portuguesa e de 13 na versão inglesa, com a seguinte distribuição:

- Exemplares 1 a 7, em Português - para ACOG (PORT)
- Exemplar 8, em Inglês - para ACOG (PORT)
- Exemplares 9 a 14, em Inglês - para ACOG (ROD)
- Exemplares 15 a 20, em Inglês - para ACOG (RAS)
- Exemplar 21, em Português - para ACOG (RAS)

A classificação de segurança deve ser MUITO SECRETO e todos os documentos devem ser marcados EXERCÍCIO ALCORA, e com o indicativo TMSG, seguido do número de ordem do documento.

10. Toda a correspondência a enviar para os outros países ALCORA, deve ser encaminhada através da Comissão de Coordenação Nacional.


MUITO SECRETO

ANEXO AC

TERMOS DE REFERÊNCIA PARA A SUBCOMISSÃO DE LOGÍSTICA

MUITO SECRETO

Exemplar Nº. 3. de 19. exemplares



EXERCÍCIO ALCORA

TERMOS DE REFERÊNCIA PARA A SUBCOMISSÃO DE LOGÍSTICA

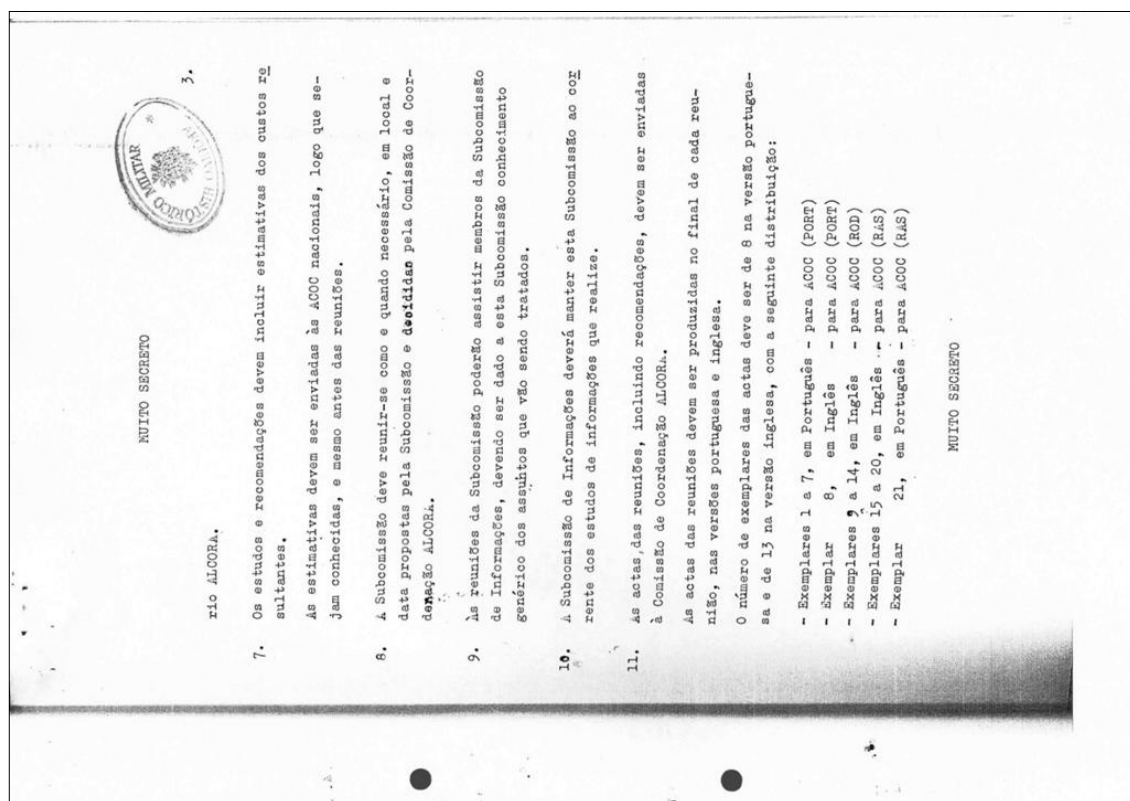
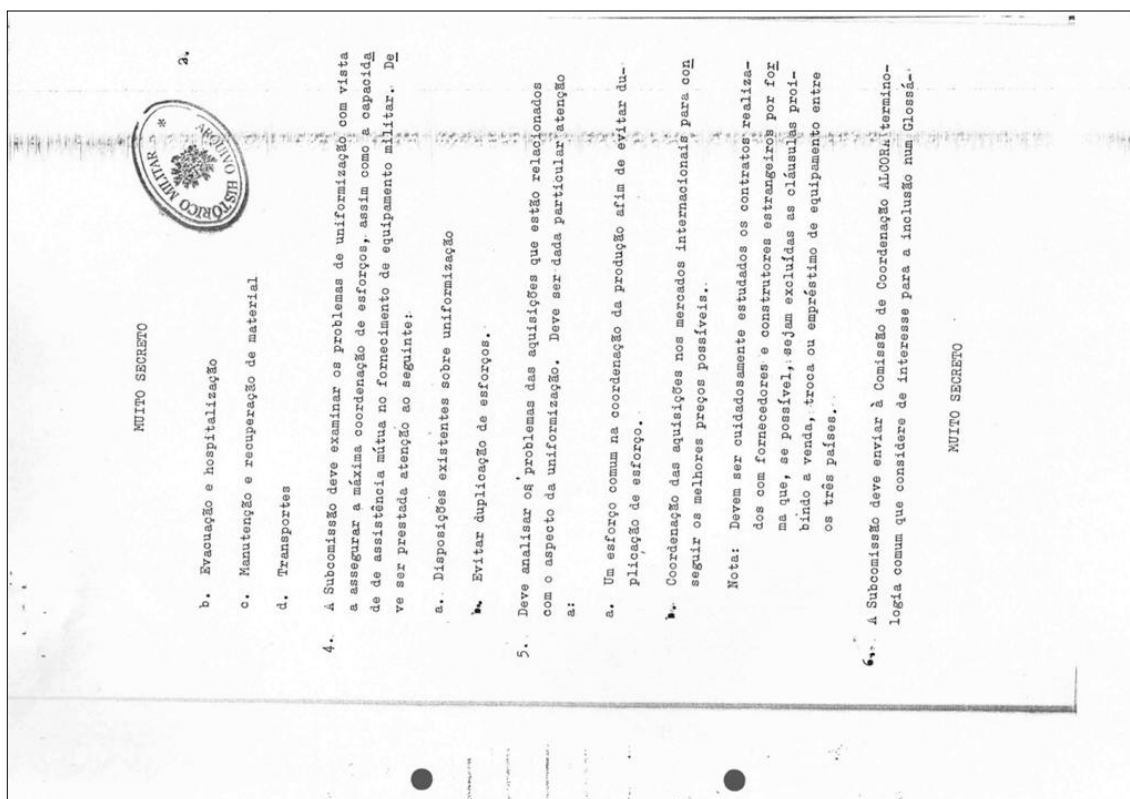
Aprovados pela Comissão de Alto Nível ALCORA na sua 1ª. Reunião, e corrigidos na 2ª. Reunião da mesma Comissão.

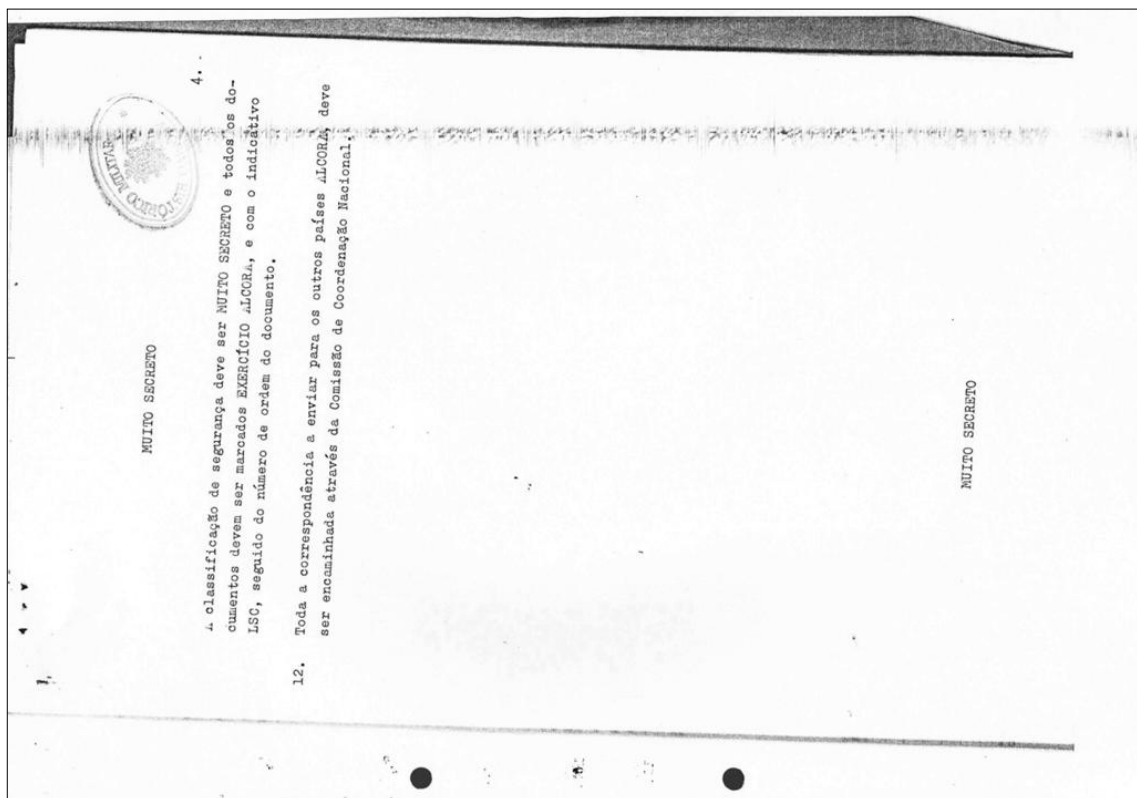
Para os seguintes oficiais designados para a Subcomissão acima referida:

PORTUGAL	RAS	RODÉSIA

1. A Subcomissão de Logística é constituída para estudar os problemas e as necessidades dos respectivos países, individualmente e em conjunto, dado poder acontecer que nem todos os problemas sejam necessariamente tripartidos, mas que a sua solução possa ser obtida pela cooperação dos três países.
2. Esta Subcomissão deve estudar um sistema de apoio logístico para operações na África Austral.
3. O sistema deve considerar todos os aspectos das funções logísticas de:
 - a. Abastecimento

MUITO SECRETO





EXERCISE ALCORA: DETAILS OF COMMITTEE MEETINGS IN 1971

Serial No.	Date	Place	Committee	Agenda Item & Docs to Circulated by	Agenda Provided by	Remarks
a	b	c	d	e	f	g
1	2nd Half May	RSA	Intelligence	April	RSA	Synopsis of information available to be forwarded
2	May	Lisbon	ACOC (ALCORA Coordinating Committee)	April	Portugal	To determine specific dates for all Sub-Committees to meet
3	(29Jun a 2Jul)	RSA	Air Defence, Air Planning, Airfields	May	RSA	Specific date to be notified by ACOC
4	(26 a 30 JUL)	Lisbon	Logistics, Telecomms, Comms Media	June	Portugal	Specific date to be notified by ACOC
5	6 a 9 Set (por 11 de Setembro por ordem do Com. Obs. 12 a 15 Set)	Lisbon	Inf, Objectivos (Subcomissão presidencial RAS) - Psy (Subcom. Presid. RAS)	Agosto	Portugal	
6	(20 a 24 SET e 27 a 1 OUT)	RSA	Map & Svy, Cmd & Control, Common COIN	August	RSA	Specific date to be notified by ACOC
7	(25 a 29 OUT)	RSA	ACOC (ALCORA Coordinating Committee)	Sep	RSA	2nd Meeting
8	(8 a 10 DEZ)	Lisbon	ATLC (ALCORA Top Level Committee)	Sep	Portugal	2nd Meeting. All Subcommittees reports (or interim reports) to be submitted for study

NOTA: Nil returns required in respect of Agenda items

(1)-Foi por RAS proposto que a Sub Com A/Psic seja realizada em LISBOA e presidida por PORTUGAL

ANEXO AE

COMITÉ BELGA-RODESIANO PARA A DEFESA DA ÁFRICA

BRANCA (1966/1967)

INFORMAÇÃO Nº. 445-SC/CI(2)

2.399-c1(2)

14-V-266

DISTRIBUIÇÃO:

Presidência do Conselho
Ministério da Defesa Nacional
Ministério do Ultramar
Ministério dos Negócios Estrangeiros
Secretariado-Geral da Defesa

ASSUNTO: COMITÉ BELGO-RODESIANO
ORIGEM: IMPRESA ESTRANCEIRA

Segundo notícia publicada na imprensa estrangeira, constituiu-se em Bruxelas, em Abril findo, um "comité belga-rodésiano" para a defesa da África branca - Rodésia, República da África do Sul, Angola e Moçambique - únicos territórios onde as populações negras beneficiam dum razoável nível de vida, sem fome cu docenças e livres das ditaduras fantasistas que são o "prémio" dos países africanos teóricamente independentes.

Proc. 950.172
UL 863
CONFIDENCIAL

Lisboa, 30 de Setembro de 1966

Exmo. Senhor Director da Polícia Internacional e de Defesa do Estado

Em referência à Informação dessa Polícia nº. 445-SC/CI(2), de 24 de Maio último, tenho a honra de levar ao conhecimento de V. Exa. que a nossa Embaixada em Bruxelas, nada sabendo acerca da existência de um "Comité belga-rodésiano para a defesa da África branca", procurou obter elementos a seu respeito na Embaixada da África do Sul naquela capital.

2. Informou a referida Missão que recebera há tempos uma carta comunicando que um Senhor Piron, Presidente daquele suposto Comité, tinha realizado uma conferência sobre o problema da África branca, carta essa assinada segundo supunham, pela Secretária do mesmo Comité, de nome Marie Thérèse Elissen, moradora na Place de l'Altitude 100 nº. 20.

3. Procurou então a Embaixada sul-africana saber quem era essa Senhora, mas não conseguiu encontrá-la, nem descobriu ninguém que a conhecesse.

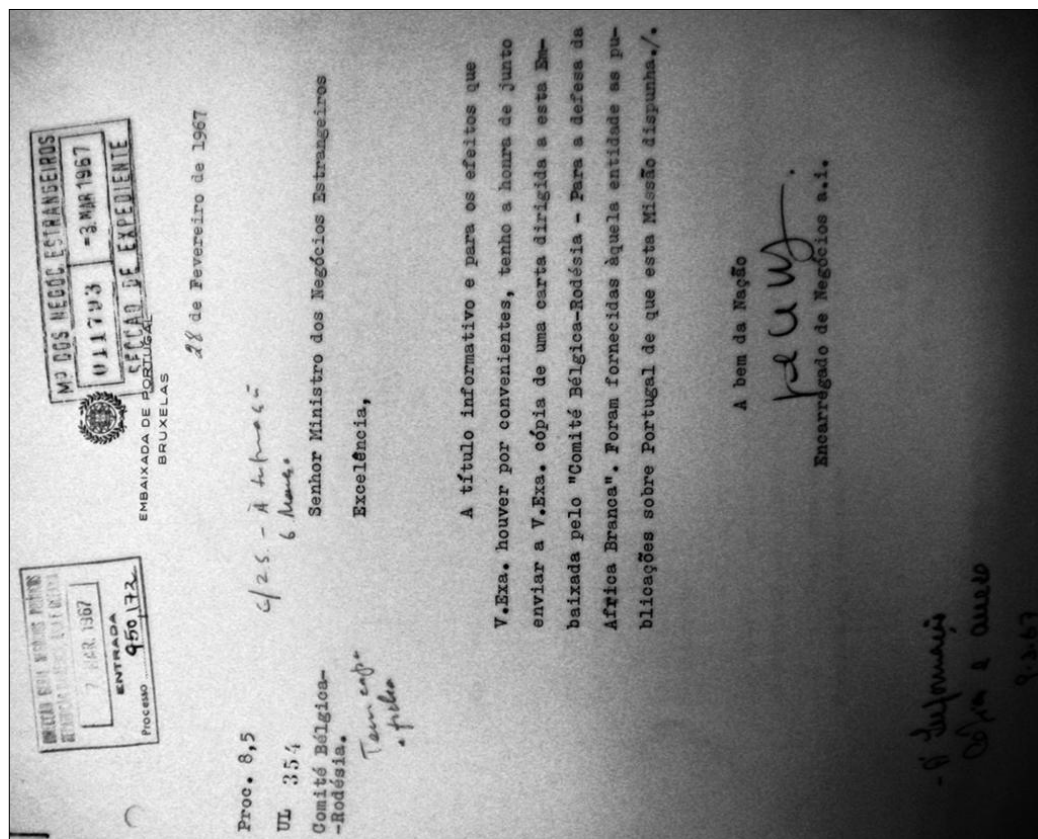
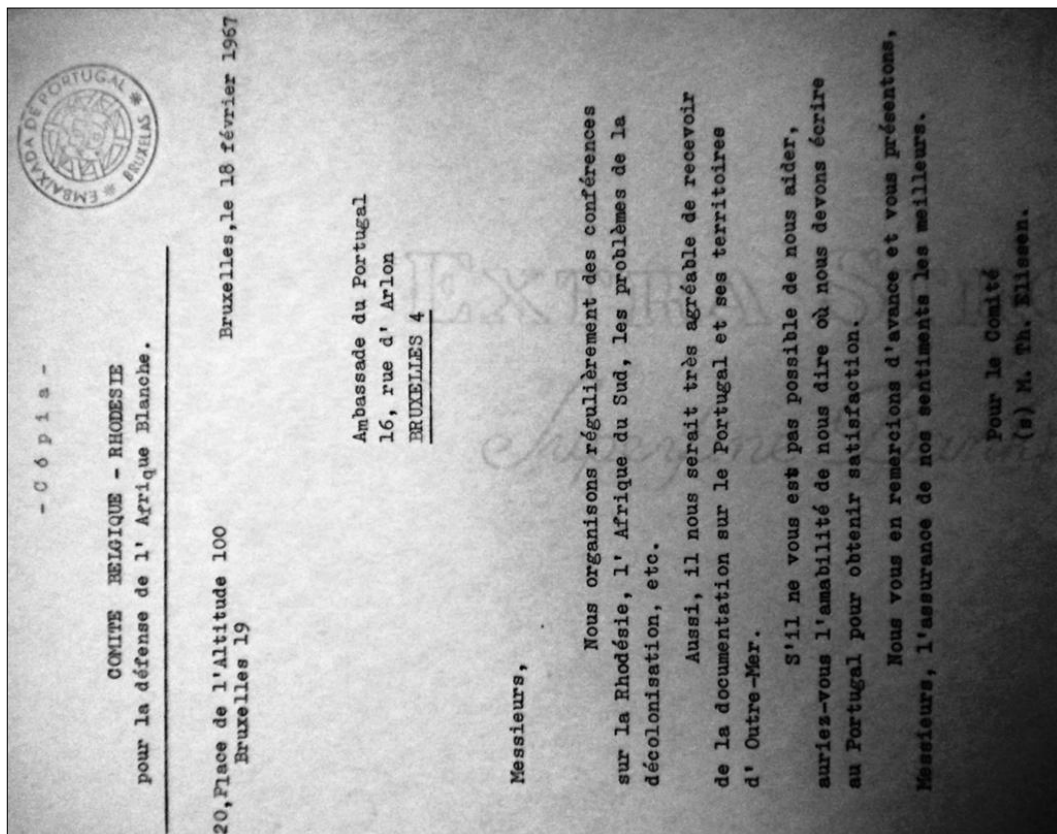
/...

2.

4. Nesta conformidade, a Embaixada da África do Sul que é muito prudente em tudo o que respeita a Rodésia, não fez mais nada, nem o tal Comité tornou a dar sinal de vida.

5. Se o Comité existe, a Embaixada da África do Sul julga que ele não tem a menor importância.

A Bem da Nação
P. J. O DIRECTOR GERAL
I. REPÚBLICA DE ANGOLA



ANEXO AF

POLÍTICA INTERNACIONAL / FACTORES ESTRATÉGICOS

DECLASSIFICADO

EXERCÍCIO ALCORA

FACTORES

POLÍTICA INTERNACIONAL/FACTORES ESTRATÉGICOS

(parágrafo 8. do "framework")

8. BLOCO OCIDENTAL

a. ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

- A doutrina de NIXON contida na sua comunicação ao Congresso dos E.U.A., em Fevereiro de 1971, é factor de capital importância no estudo da ameaça à ÁFRICA AUSTRAL, pois define a óptica de visão global da conjuntura internacional que inspira a actual filosofia política do Presidente dos E.U.A., melhor permitindo portanto compreender e descortinar o alcance do seu programa governativo e as concomitantes incidências relativamente: ao Mundo, em geral, ao Continente Africano, na sua totalidade, e à ÁFRICA AUSTRAL, em particular.

- Em síntese, a doutrina NIXON estabelece, basicamente, que a atitude a assumir à escala mundial pelos E.U.A., na década de setenta, obedeça aos seguintes tópicos:

- fomento da cooperação com as nações amigas;

- revisão da doutrina da defesa alicerçada na força e nas possibilidades de retaliação maciça, dado o actual nível de desenvolvimento do poder militar da RUSSIA;

- fomento da política de aproximação com os países da

DECLASSIFICADO

MUITO SECRETO

- 24 -

O PROJECTO ALCORA E A GUERRA DE ÁFRICA (1961-1974)

125

MUITO SECRETO
DESCLASSIFICADO

esfera comunista, explorando as possibilidades oferecidas pelo eunho multipolar de influências que nesta existe presentemente;

- estímulo da política de diálogo, com vista a alcançar a coexistência pacífica entre as nações, na observância e garantia do respeito mútuo das suas aspirações razoáveis, da justiça social e da dignidade da pessoa humana, o que promoveria a eliminação do espectro da guerra em todo o Mundo.
- Assim, no aspecto que especificamente respeita ao CONTINENTE AFRICANO, a doutrina de NIXON orienta-se segundo três objectivos concretamente definidos:
 - a Paz;
 - o Desenvolvimento Económico;
 - a Justiça.

Para alcançar tais objectivos, os E.U.A. propõem-se: pugnar no sentido de manter o CONTINENTE AFRICANO afastado das rivalidades da "Guerra Fria"; apoiar a inviolabilidade das fronteiras dos estados africanos, pugnando pela não ingerência de outros países nos problemas daqueles estados, condição "sine qua non" para que os E.U.A. mantenham atitude idêntica; apoiar e promover atitudes pacíficas, e o diálogo entre as partes adversas para resolução dos problemas políticos e raciais, condenando o uso da força.

MUITO SECRETO
DESCLASSIFICADO

- 25 -

MUITO SECRETO
DESCLASSIFICADO

Promovem, em suma, uma política de alijamento dos países africanos, que até agora, salvo raras excepções, tem alcançado magros resultados, e que se nos afigura não ser a mais conveniente aos interesses do OCIDENTE.

- No caso particular da ÁFRICA AUSTRIAL, NIXON aponta como factores de crise o "apartheid" e a negação do direito à autodeterminação dos povos.

Os E.U.A. facilitam assistência e encorajamento ao BOTSWANA, LESOTO e SUAZILÂNDIA, considerando estes estados como exemplos da possibilidade de existência de sociedades multiraciais no coração da ÁFRICA AUSTRIAL, e pretendem persuadir os países ALCORA a adoptarem políticas mais realistas face às necessidades e aspirações das respectivas populações negras, a fim de com tal procedimento se obterem soluções pacíficas para os diferendos existentes.

NIXON condena a política de violência contra os países ALCORA e o seu isolamento, mas, em contrapartida, é favorável à intensificação do embargo da venda de armas à RAS, ao reforço das sanções económicas contra a RODESIA, e ao prosseguimento no embargo à venda de armas destinadas aos territórios portugueses em ÁFRICA, não obstante a tolerância demonstrada em relação à política ultramarina seguida por PORTUGAL.

MUITO SECRETO
DESCLASSIFICADO

- 26 -

DESCLASSIFICADO
EXERCÍCIO ALCORA

Quanto ao problema da futura administração do SUDOESTE AFRICANO, os E.U.A. apoiam o cumprimento da recente decisão do Tribunal Internacional de HAIA.

- Os êxitos obtidos pela governação de NIXON, o inegável conteúdo da sua doutrina fortemente aliciente para o eleitorado americano, que inclui vultosa percentagem de negros, são factores que, além de outros, contribuem para que o partido republicano aumente a sua probabilidade de vitória nas eleições presidenciais do próximo ano, facto que, a verificar-se, se oporá ao desenvolvimento da política mais hostil e intransigente para com os países ALCORA preconizada por figuras de assinalado relevo, do partido democrático, tais como Mc Govern e Muskie.

- Para além da política oficial americana, há que ter presente a actividade desenvolvida contra os países ALCORA por numerosas organizações privadas, com inconfessáveis finalidades políticas e económicas.

- Embora a política de negociação contida na doutrina de NIXON, teóricamente, possa ser considerada equilibrada, afigura-se, no entanto, pouco realístico, face aos métodos de infiltração e expansão comunistas, por ser inoperante quando uma das partes adversas, ao usar o processo subversivo, se apoia em minorias e actua na ilicitude representativa. Efectivamente, no quadro

DESCLASSIFICADO
MUITO SECRETO

DESCLASSIFICADO
EXERCÍCIO ALCORA

da política de negociação dos E.U.A. com os países comunistas, nomeadamente com a RÚSSIA, tem-se verificado que essa política conduz normalmente a concessões.

- CONCLUSÃO:

A par das medidas racionais de centralização do poder na CASA BRANCA, aplicadas por NIXON em detrimento das influências que junto daquela eram anteriormente, exercidas pelo STATE DEPARTMENT e pelo PENTAGON, a provável vitória eleitoral do partido republicano, em 1972, conduzem a prever que:

- a curto e médio prazo, não se operará alteração da política dos E.U.A. relativamente à ÁFRICA AUSTRAL e aos países ALCORA;
- a longo prazo, essa política evoluirá em função dos resultados decorrentes do diálogo dos E.U.A. com a RÚSSIA e a CHINA CONTINENTAL, e será dependente, também, do espírito de iniciativa, do poder de coesão e da capacidade de auto-defesa e determinação que os países ALCORA pudorem paten-tear.

b. GRÃ-BRETÂNIA

- O partido conservador britânico, demonstra, através de várias atitudes, e já antes de ascender ao poder o demonstrava, inequívoco desejo de melhorar as relações com os países ALCORA. O governo de HEATH revela esforçar-se pela concretização dessa linha de atitudes,

DESCLASSIFICADO
MUITO SECRETO

DESCLASSIFICADO
 EXERCÍCIO ALCORA

a despeito dos obstáculos que lhe são postos pela opinião pública interna e internacional. As negociações em curso entre a GRÃ-BRETANHA e a ROMÉLIA são prova concludente do supracitado espírito de aproximação, embora seja prematuro prever os resultados a que conduzirão.

- O recomeço da venda de armas à RAS, em cumprimento das obrigações decorrentes do acordo de SIMONSTOWN, justificado na reunião da COMMONWEALTH, em SINGAPURA, pela necessidade de salvaguardar a defesa da Rota do Cabo, ameaçada pela infiltração naval dos russos no OCEANO INDICO, atesta igualmente o aludido desejo de aproximação que anima o governo de HEATH. Essa atitude dos britânicos parece que permitirá colher resultados benéficos a médio ou longo prazo.

A retirada das forças armadas britânicas, a Leste do SUEZ, e o reduzido interesse posto pelos E.U.A. no OCEANO INDICO, criaram neste um vácuo, pela ausência de forças do OCIDENTE, e a RÚSSIA explorou essa situação, sendo hoje a potência que maiores efectivos navais aí mantém, o que pode ser interpretado como índice de empenhamento numa estratégia de ameaça à Rota do Cabo, uma das determinantes da revisão da política britânica relativamente ao acordo de SIMONSTOWN, revelada bitimamente. Contrapondo-se, também, àquela atitude da RÚSSIA regista-se a decisão da GRÃ-BRETANHA construir, conjuntamente com os E.U.A., um centro de comunicações aeronaval em DIEGO GARCIA e as facilidades de defesa que consta possuir nas SEYCHELLES (navais) e nas MAURÍCIAS (navais e aéreas), além das tentativas de protelamento da sua saída de ADEN, o que a longo prazo, poderá atenuar a ameaça de infiltração russa nas margens do INDICO.

DESCLASSIFICADO
 MUITO SECRETO

DESCLASSIFICADO
 EXERCÍCIO ALCORA

- Admite-se ser muito provável que o partido conservador britânico se mantenha no poder até 1975, data das próximas eleições obrigatórias, mas por enquanto, é ainda cedo para emitir opinião relativamente ao seu resultado. Uma vitória dos trabalhistas equivaleria, a longo prazo, ao endurecimento da actual atitude política da GRÃ-BRETANHA para com os países ALCORA.

- Considera-se quase certa a entrada da GRÃ-BRETANHA na E.E.C., facto que, embora, a médio ou longo prazo, possa aproximar da esfera comunista alguns países da COMMONWEALTH, é contudo susceptível de facilitar ao governo de HEATH, a igual prazo, a concretização da sua política de melhoria de relações com os países ALCORA.

- CONCLUSÃO:

Pensa-se que, a curto e médio prazo, prosseguirá a acção hostil das inúmeras organizações privadas que existem na GRÃ-BRETANHA e que auxiliam e fomentam a subversão nos países ALCORA. Admite-se que os efeitos dessa acção possam ser atenuados, a longo prazo, no caso da necessidade de defesa dos interesses britânicos na ÁFRICA AUSTRAL forçar esse país a concretizar uma tomada de posição mais compreensiva e de aproximação relativamente à orientação política seguida pelos estados ALCORA.

DESCLASSIFICADO
 MUITO SECRETO

DESCLASSIFICADO
EXERCÍCIO ALCORA

c. FRANÇA

- A FRANÇA manifesta o maior interesse pelo Continente Africano e apesar de favorável à chamada política de "descolonização" é dos países ocidentais mais compreensivos quanto à orientação política seguida pelos países ALCORA. A sua influência em ÁFRICA é contrária à penetração comunista, exercendo-se mais no campo económico do que através de explorações de domínio ideológico.
- Tem adoptado atitude moderada em importantes votações da ONU, sobre resoluções contra os territórios ALCORA, e vem prestando assistência militar a PORTUGAL e à RAS.
- CONCLUSÃO:

Prevê-se que a sua atitude para com os países ALCORA não sofra alteração, a curto e médio prazo, e possa mesmo melhorar, a longo prazo, se se mantiverem as características de estabilidade do seu actual governo.

d. NATO

- Confrontando a estratégia seguida pela RÚSSIA com a que paralelamente tem sido adoptada pela NATO, verifica-se que enquanto a primeira é global e fundamentalmente de ordem político-militar, flexível e oportuna, a segunda é restrita, condicionada principalmente por limitações financeiras e dependente de decisões multilaterais naturalmente demoradas e requerendo a satisfação de objectivos comuns. Assim, face à ampliação das forças navais da URSS, e do

DESCLASSIFICADO
MUITO SECRETO

DESCLASSIFICADO
EXERCÍCIO ALCORA

respectivo poder ofensivo, a tendência da NATO mostra-se no sentido da redução, e não obstante dever ter consciência de que é necessário contrapor-se ao controle naval da navegação que os russos podem exercer livremente no ATLÂNTICO, ao Sul do Trópico de Câncer, persiste em manter esta linha como limite da sua zona de acção.

- CONCLUSÃO:

Não se antevê alteração à mencionada política da NATO, a curto, médio ou longo prazo, pois pensa-se que os E.U.A. não considerem principal a livre utilização do ATLÂNTICO SUL, por terem as suas preocupações mais orientadas para o ATLÂNTICO NORTE e PACÍFICO.

e. BLOCO SOCIALISTA OCIDENTAL

- Presentemente, vários países de governo socialista, no Bloco Ocidental, nomeadamente, a ALEMANHA OCIDENTAL, HOLANDA, ITÁLIA e PAÍSES ESCANDINAVOS, talvez mais por razões de ordem económica do que de natureza ideológica, procuram obter facilidades no Continente Africano, designadamente, na ÁFRICA ao Sul do equador, esforçando-se consequentemente por conquistar a simpatia dos seus dirigentes e dos seus povos, através do desenvolvimento de ampla política de alicioamento que inclui as atitudes assumidas, por alguns deles, na ONU, contra os países ALCORA, nomeadamente, na matéria de sanções contra a RODESIA e na condenação da política ultramarina portuguesa e do "apartheid".

DESCLASSIFICADO
MUITO SECRETO

DESCLASSIFICADO
EXERCÍCIO ALCORA

Por outro lado, são muitas, nesses países, as organizações privadas que prestam auxílio, financeiro e em material, aos movimentos subversivos contra os países ALCORA.

- CONCLUSÃO:

Prevê-se que a política desses países não evolua em sentido de melhoria, a curto, médio ou longo prazo, e é de admitir que a ALEMANHA OCIDENTAL, a médio ou longo prazo, aumente progressivamente as restrições postas à venda de material de guerra a PORTUGAL, não se excluindo, mesmo, a hipótese de vir a estabelecer o respectivo embargo total.

DESCLASSIFICADO
MUITO SECRETO

ANEXO AG

PAÍSES LÍMITROFES HOSTIS À ÁFRICA AUSTRAL

DESCLASSIFICADO
MUITO SECRETO
EXERCÍCIO ALCORA

17. PAÍSES LÍMITROFES HOSTIS À ÁFRICA AUSTRAL (TANZÂNIA, ZÂMBIA, CONGO (KINSHASA) E CONGO (BRAZZA))

TANZÂNIA

Apresenta forte estabilidade política e crescente indicação para o bloco da CHINA CONTINENTAL, o qual utilizando as posições que ali já possui e que tendem a aumentar, pode servir-se deste país com o maior rendimento para a sua infiltração no Continente Africano.

A extensa penetração da CHINA CONTINENTAL realizou-se principalmente através da construção do TANZAM, julgando-se que, presentemente, se encontram cerca de 20 000 CHINOM'S na TANZÂNIA.

O significado militar da construção do TANZAM é evidente. Este é vulnerável em caso de um conflito aberto mas a sua utilização para um reabastecimento de armamento tem uma grande importância na fase preparatória de um conflito, e é inevitável a sua utilização pelas organizações terroristas.

A TANZÂNIA é o mais importante elo de ligação na cadeia de reabastecimento de armas e material fornecidos pelos comunistas e destinados aos movimentos terroristas contra a ÁFRICA AUSTRAL. Além disso, serve de santuário e de campo de treinos para todos os terroristas, sendo a chave do assalto terrorista à ÁFRICA AUSTRAL.

O TANZAM e o valor estratégico dos seus portos contribuído, eventualmente, um grande parte para tornar a ZÂMBIA e possivelmente o BOTSUANA independentes, do ponto de vista económico, da RODÉSIA, da RAS, MOÇAMBIQUE e ANGOLA.

- 83 -

DESCLASSIFICADO
MUITO SECRETO

DESCLASSIFICADO
MUITO SECRETO

Com o seu actual nível de forças necessário à chegada de carros de combate em número equivalente ao de um regimento, a TANZÂNIA tem o potencial de uma Brigada de Infantaria Independente (2 RI, 2 GCO, Apoio de Artilharia e Engenharia, etc. (Infantry Brigade Group)).

Parece não haver dificuldades no abastecimento do equipamento militar a partir de PEQUIM.

Cem instrutores da CHINA CONTINENTAL no seu território, com a introdução recente do serviço militar obrigatório e a chegada prevista de duas Esquadras ("Squadrons") de aviões MIG 17, a TANZÂNIA pode aumentar consideravelmente o seu potencial militar.

CONCLUSÃO:

- A curto e médio prazo, é de admitir que aumente o apoio dado pela TANZÂNIA aos movimentos subversivos, em especial à FRELIMO, não se prevendo uma ameaça militar directa contra os Territórios ALCOA.

- A longo prazo, a ameaça da TANZÂNIA deriva da sua atitude militante, do seu contínuo apoio à OUA e das facilidades que concede a todos os movimentos terroristas.

Salvo se a estabilidade política actual for perturbada, é de prever não só o aumento do apoio aos movimentos subversivos, nos moldes actuais, como a possibilidade desse apoio ser grandemente aumentado através das possibilidades que a entrada em serviço do

- 84 -

DESCLASSIFICADO
MUITO SECRETO

DESCLASSIFICADO
MUITO SECRETO

TANZAM lhe permite, a partir dos seus portos, em direcção à ZÂMBIA, posição central donde podem partir as acções dos movimentos subversivos contra os Territórios ALCOA.

Se se considerar, em futuro mais afastado, a hipótese de uma acção militar dos países da ÁFRICA contra os Territórios ALCOA, a TANZÂNIA, individualmente considerada e em conjunto com a ZÂMBIA, teria certamente um papel importante a desempenhar.

ZÂMBIA

O desejo de KAUUNDA de fazer da ZÂMBIA o leader da libertação dos Territórios ALCOA é favorecido pela situação estratégica do país e pela sua progressiva independência económica relativamente a aqueles territórios.

Como contrariando esse desejo há que considerar a sua dependência relativamente aos caminhos de ferro de BENGUELA e BEIRA (reduzida quando da entrada em serviço do TANZAM), e às necessidades de energia de origem rodésiana.

Têm também forte influência na situação interna e internacional da ZÂMBIA os preços de cobre nos mercados internacionais, a insuficiência no sector agrícola, a carência de pessoal competente e as rivalidades tribais que se revelam aos diferentes níveis na sua população.

- 85 -

DESCLASSIFICADO
MUITO SECRETO

DESCLASSIFICADO EXERCÍCIO ALCORA	<p>CONCLUSÃO:</p> <p>- A curto prazo, é de admitir que o apoio político, logístico e financeiro que actualmente é prestado aos movimentos subversivos contra os Territórios ALCORA se mantenha nos mesmos moldes. É assim de prever a continuação de infiltrações e/ou incursões de grupos armados em ANGOLA e MOÇAMBIQUE e, possivelmente, no Sudoeste Africano.</p> <p>O potencial das Forças Armadas da ZÂMBIA, não constituirá uma ameaça directa contra os Territórios ALCORA.</p> <p>- A médio prazo, é de admitir um apoio mais amplo aos movimentos subversivos que actuam entre os Territórios ALCORA, se a situação política se mantiver, ou se ocorrer qualquer alteração que beneficie uma maior influência comunista no país.</p> <p>Neste período, é provável que as Forças Armadas sejam aumentadas e equipadas com material mais sofisticado, em especial a Força Aérea. Todavia não se considera que tal potencial, possa constituir uma ameaça militar contra os Territórios ALCORA.</p> <p>- A longo prazo, especialmente com a entrada em serviço do TANZAM, é de admitir uma maior influência chinesa na ZÂMBIA e, ainda, uma certa independência das comunicações relativamente aos Territórios ALCORA.</p> <p>Prevê-se que a penetração comunista na ZÂMBIA continuará a aumentar, não apenas por parte da CHINA, mas também da URSS e da YUGOSLÁVIA, e agravar-se-á a verificar-se a subida ao poder de KAFUEWE. Assim, é de admitir o incremento de apoio aos movimentos subversivos contra</p>	DESCLASSIFICADO MUITO SECRETO
--------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------

DESCLASSIFICADO EXERCÍCIO ALCORA	<p>os Territórios ALCORA, em bases mais sólidas, em especial no campo militar.</p> <p>É de prever que as Forças Armadas continuem a reforçar o seu potencial.</p> <p>No que respecta a uma ameaça tipo acção militar dos países de AFRICA, o papel a desempenhar pela ZÂMBIA em ligação com a TANZANIA seria certamente muito importante.</p> <p>DDO (KINSHASA)</p> <p>A importância da sua situação estratégica no continente africano e o valor da sua potencialidade económica, são factores que tem contribuído para que este país constitua objectivo do relevante interesse por parte das principais potências mundiais.</p> <p>O governo do general MOBUTU tem revelado especial simpatia para com o Ocidente, (especialmente dos EUA) de quem recebe amplos apoios. As tentativas de penetração comunista, nomeadamente da URSS e CHINA, apesar de persistentes, não têm conseguido abalar a actual estabilidade e firmeza do regime.</p> <p>Detentor do Exército mais poderoso dos países limítrofes dos Territórios ALCORA, tem melhorado a sua eficiência, adquirindo material moderno e instruindo os seus quadros. A Força Aérea tem vindo a aumentar o seu potencial.</p>	DESCLASSIFICADO MUITO SECRETO
--------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------

DECLASSIFICADO
EXERCÍCIO ALCORA

Declarando-se participante dos "movimentos de libertação", o seu apoio é de grande importância para a FULA, que recebe amplas auxílios deste país. Não tem todavia revelado ser susceptível de conceder facilidades aos outros movimentos subversivos que actuem contra ANGOLA.

A dependência do CFB e porto do LOBITO de ANGOLA para escoamento do cobre do KATANGA, constitui limitação de que o governo da RDC se procura libertar, revelando elevado interesse na construção de uma ligação ferroviária de PORT-FRANCOUZI a MATADI e BANAMU.

CONCLUSÃO:

- A curto prazo, não se considera ser susceptível de alteração a situação actual.

- A médio prazo, admite-se que tente obter uma diversificação dos apoios externos que recebe, tendo em vista a redução da sua dependência política e económica. A manter-se a actual estabilidade do regime político, não se considera de admitir que a influência comunista consiga penetrar na RDC. O valor das Forças Armadas, é de admitir que seja aumentado, com particular relevo para a Força Aérea.

O apoio político aos "movimentos subversivos" contra os Territórios ALCORA pode ser incrementado, com relevo para a FULA.

DECLASSIFICADO
MUITO SECRETO

- 88 -

DECLASSIFICADO
EXERCÍCIO ALCORA

- A longo prazo, é de admitir que este país obtenha um maior incremento de influência política e económica no continente africano, face ao desenvolvimento das suas potencialidades.

Se o actual regime político se mantiver no poder, o apoio aos "movimentos de libertação" poderá ser incrementado em especial contra ANGOLA.

No caso da influência comunista conseguir penetrar no governo deste país, aquele apoio poderá generalizar-se a todos os "movimentos subversivos" contra os Territórios ALCORA, com relevante importância.

RPC (BRAZZAVILLE)

País em fase incipiente de desenvolvimento económico, a estabilidade interna tem sido perturbada por rivalidades tribais entre as populações do Norte e do Sul.

O governo do NGOUABI tem revelado uma preferência declarada pelos países do Leste, incrementando as ligações com a URSS e CHINA, e perfilhando a sua ideologia. Mantém todavia relações com a FRANÇA de quem recebe auxílios significativos.

As suas Forças Armadas não têm expressão significativa nem constituem ameaça contra os Territórios ALCORA.

DECLASSIFICADO
MUITO SECRETO

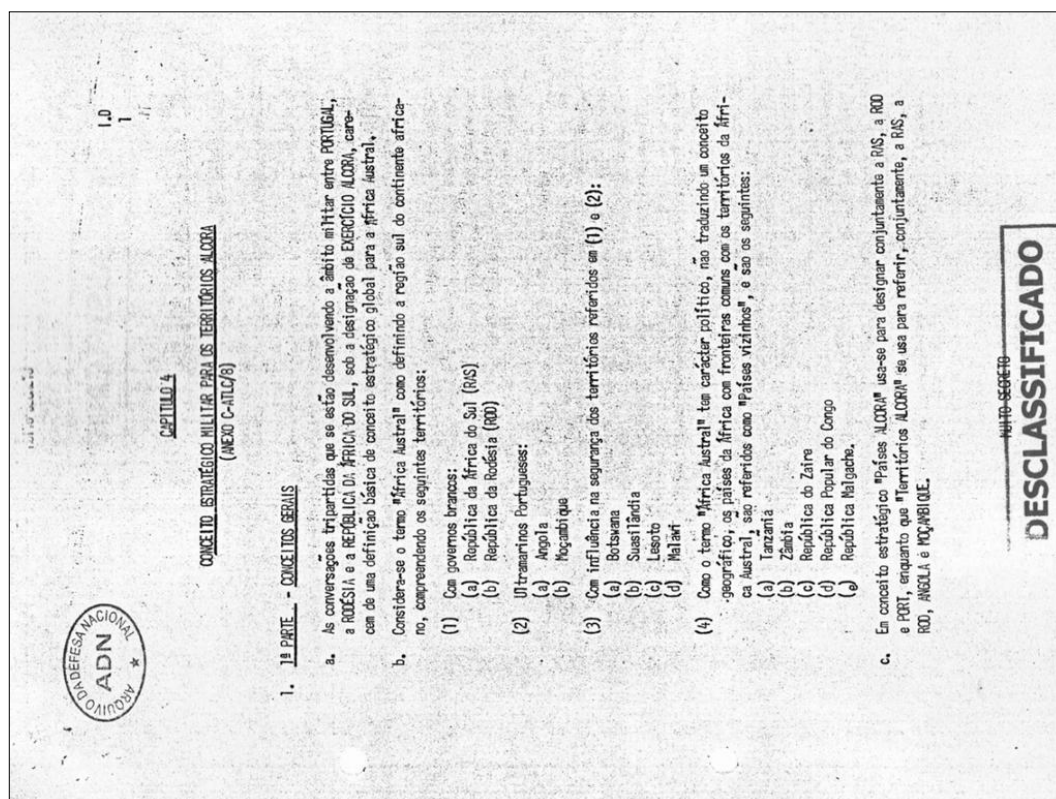
- 89 -

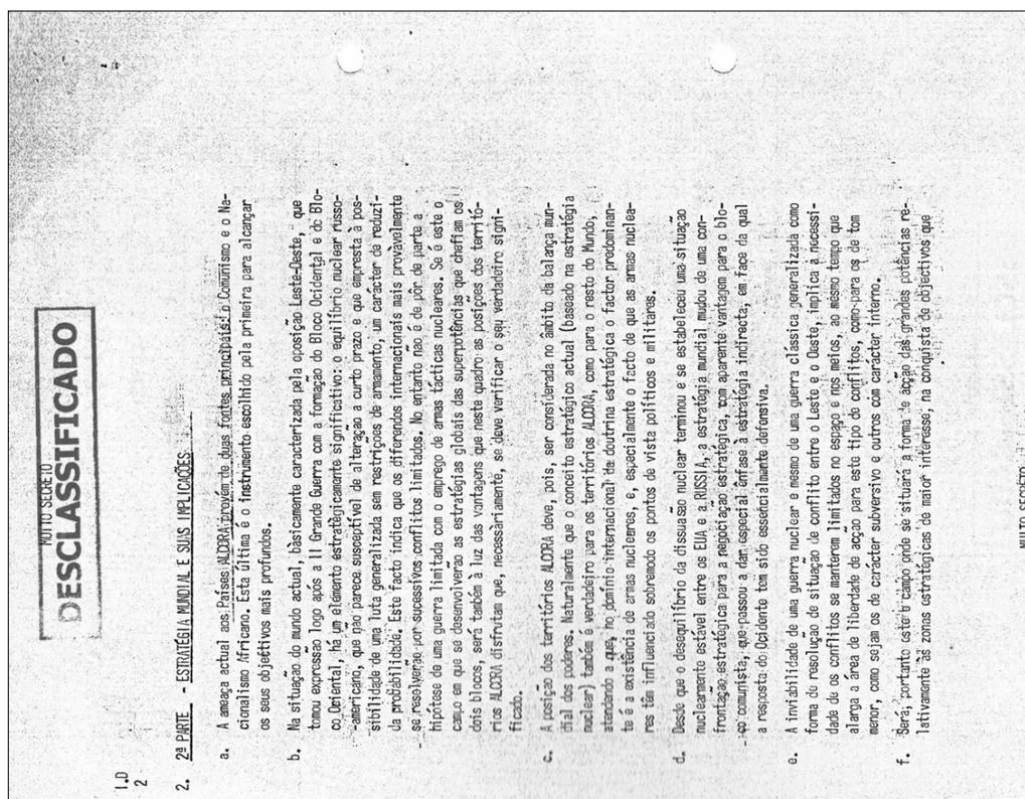
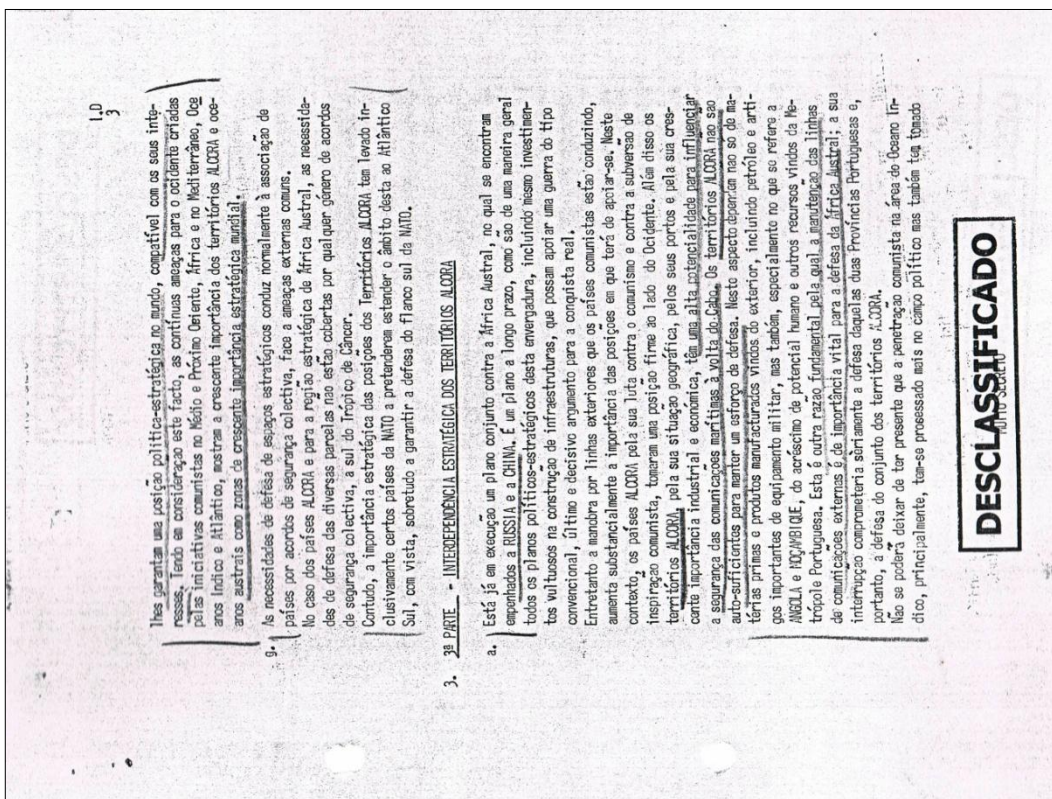
DESCLASSIFICADO EXERCÍCIO ALCORA	<p>No âmbito dos "movimentos de libertação" africanos, o actual regime político, tem revelado um aberto e declarado apoio aos seus princípios e finalidades. Este apoio tem todavia apenas significado no caso do MPLA a quem concede facilidades e auxílios que permitam a este "partido" actuar violentamente contra CABINDA.</p>
	<p>CONCLUSÃO:</p>
	<p>- A curto prazo, a estabilidade política do regime pode ser perturbada por dificuldades internas não se afigurando todavia provável a alteração da situação vigente.</p> <p>- A médio prazo, a estabilidade do actual regime constitui factor de relevo na evolução da situação na RPC.</p>
	<p>No caso do actual regime político se manter no poder, é de prever um aumento de influência comunista na RPC, com auxílios mais amplos necessários ao desenvolvimento económico e ao fortalecimento das estruturas do país. A verificar-se esta hipótese, é de admitir um incremento de apoio ao MPLA, com a finalidade de colocar este "partido" em supremacia face à FNLA.</p>
	<p>As alterações que poderão ocorrer no actual regime político, admitir-se que possam moderar a influência comunista neste país.</p>
	<p>A posição face aos movimentos de libertação africanos não se considera ser susceptível de alteração significativa.</p>
	- 90 -
DESCLASSIFICADO MUITO SECRETO	

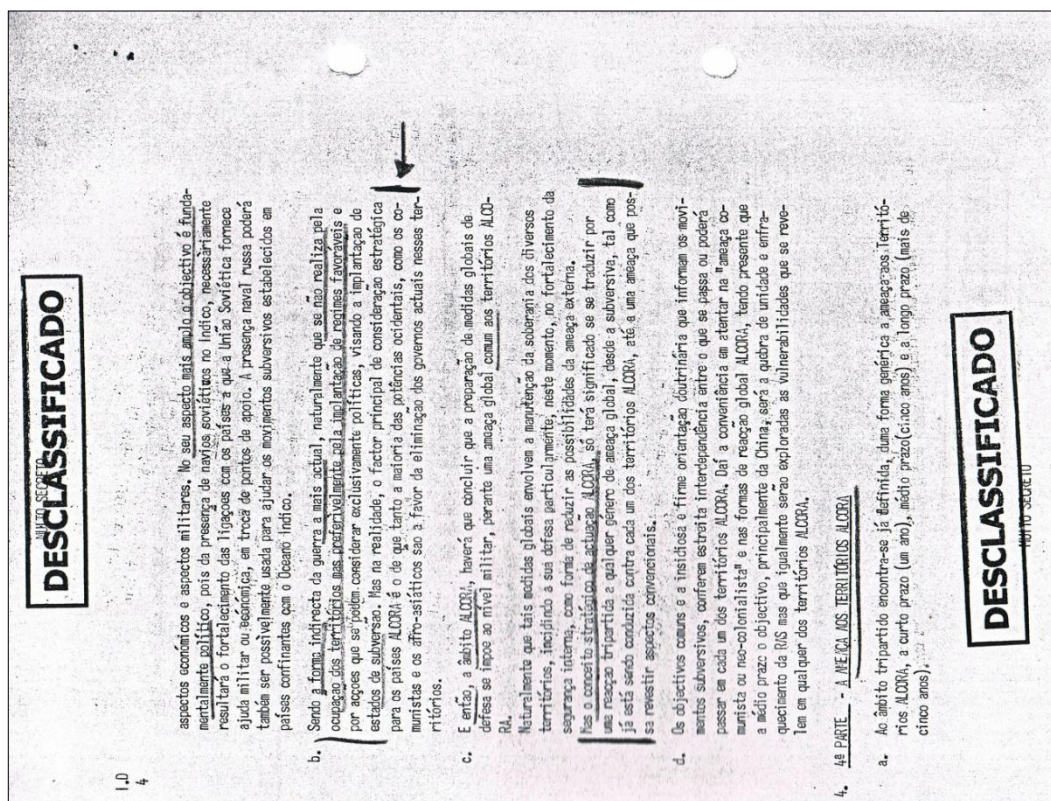
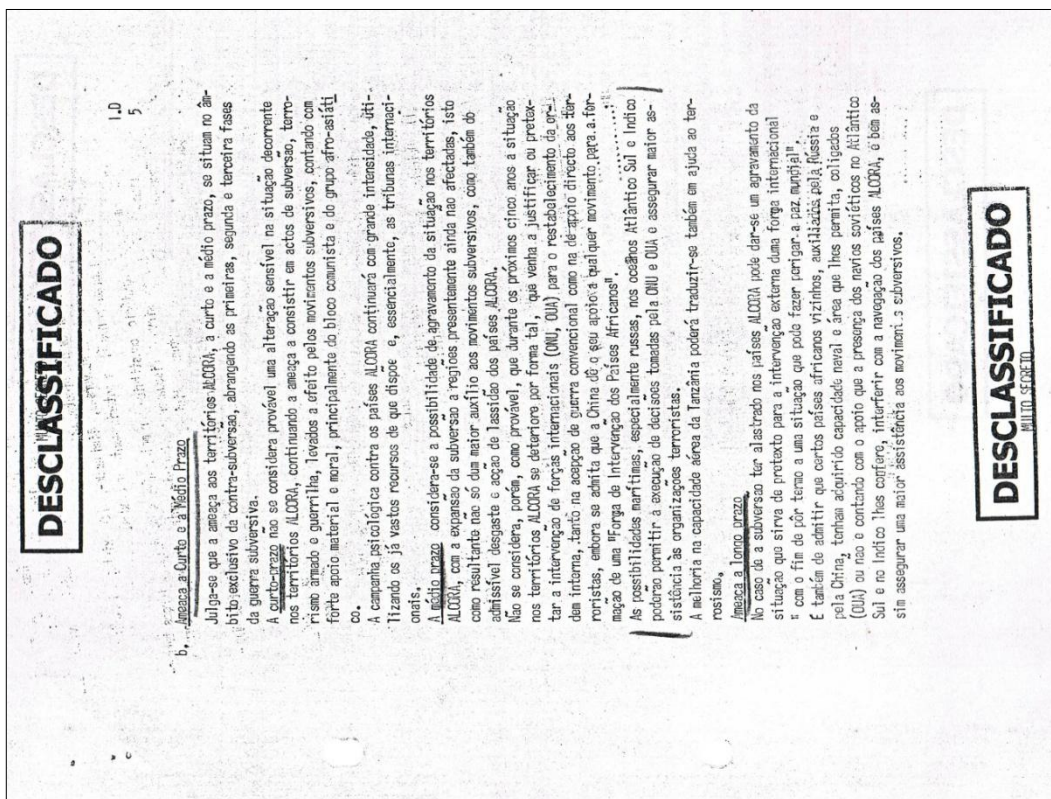
DESCLASSIFICADO EXERCÍCIO ALCORA	<p>- A longo prazo, consideram-se pertinentes as considerações feitas na evolução a médio prazo, havendo a sublinhar que a influência comunista a manter-se neste país, poderá constituir elemento de maior importância no auxílio aos movimentos subversivos particularmente ao MPLA. Neste caso, a subversão em CABINDA poderá sofrer um aumento significativo.</p>
	- 91 -
DESCLASSIFICADO MUITO SECRETO	

ANEXO AH

CONCEITO ESTRATÉGICO MILITAR PARA OS TERRITÓRIOS ALCORA







DESClassificado

1.º 6

5.ª PARTE - POLÍTICA MILITAR PARA OS TERRITÓRIOS ALCORA

Considerando que a ameaça à África Austral por um lado, e a ameaça às sobranças nacionais, mas a paz e a segurança na área, e ainda a liberdade de navegação nas rotas do Atlântico Sul, define-se a Política Militar ALCORA como segue.

a. O primeiro objectivo da estratégia ALCORA é o de, por um esforço mútuo, assegurar a in- violabilidade individual dos territórios ALCORA, pela eliminação da subversão:

(1) Usando os meios militares para destruir o terrorismo onde ele exista e evitar o seu estabelecimento nas áreas não afectadas;

(2) Evitando o alastramento da subversão, eliminando-a onde exista, e impedindo o seu restabelecimento nas áreas anteriormente afectadas.

b. Organizar uma força estratégica constituída por meios aéreos de ataque e forças terrestres altamente móveis, que sirva de dissuasão convincente contra uma ameaça externa e que assegure uma intervenção oportuna e eficiente.

c. Desenvolver uma intensa campanha sociopsicológica, no interior dos territórios ALCORA, por forma a desorientar o inimigo e a captar as populações para o nosso lado.

d. Desenvolver uma intensa campanha psicológica externa, para:

(1) Convencer as nações africanas e do mundo livre de que a sua própria sobrevivência está sendo ameaçada na África Austral e assim ganhar aliados para a nossa causa;

(2) Convencer e pressionar os países vizinhos, no sentido de levar a retirar o auxílio e as facilidades concedidas aos movimentos subversivos actuantes nos territórios ALCORA.

e. Preservar a actuação de uma eficiente rede de agentes dos serviços de informações, particularmente nos países vizinhos, para:

(1) Detectar e informar sobre as actividades, no sentido mais amplo, dos movimentos terroristas, e - infiltrações dos grupos armados e de material nos territórios ALCORA;

(2) Realizar operações especiais.

f. Dentro dos limites das suas possibilidades, conjuntas e individuais, garantir a segurança das linhas de comunicações marítimas, em especial da rota do Cabo.

APROVAÇÃO GOVERNAMENTAL:

PORT: pelo MIN em -4272 (Nº 102/AJ e 110/AJ)

RAS:.....

RDU:.....

DESClassificado

ANEXO AI

ORGANIZAÇÕES QUE APOIAM OS MOVIMENTOS SUBVERSIVOS CONTRA A ÁFRICA AUSTRAL

A N E X O A						
ORGANIZAÇÕES QUE APOIAM OS MOVIMENTOS SUBVERSIVOS CONTRA A ÁFRICA AUSTRAL						
NOMENCLATURA		PAÍS SEDE	MOVIMENTOS APOIADOS	TIPO DE APOIO	ORIGEM DOS FUNDOS	ÓRBITA DE ALINHAMENTO POLÍTICO
Designação	SIGLA					
Comissão permanente dos povos africanos	-	GHANA	Todos os da ÁFRICA AUSTRAL	Político e económico	Subscrição dos membros	S S S D
Comité Soviético de Solidariedade AFRO-ASIÁTICA	-	URSS	Africanos	Político	Desconhecida	
Cristian Peace Conference	C.P.C.	CHECOSLOVÁQUIA	Os anti-portugueses	Político e económico	Governamental(?)	
Federação Mundial da Juventude Democrática	F.M.J.D.	HUNGRIA	Os anti-portugueses	Político e económico	Governamental(?)	
Organização internacional de jornalistas	IOJ	CHECOSLOVÁQUIA	Os da ÁFRICA AUSTRAL	Político	-	
Organização internacional de rádio e televisão	OIRT	URSS	os da ÁFRICA AUSTRAL	Político	-	
Organização internacional do trabalho	OIT	-	os da ÁFRICA AUSTRAL	Político	-	
AFRO ASIAN PEOPLES ORGANIZATION	AAPSO	EGIPTO	os da ÁFRICA AUSTRAL	Político e económico	Governamental(?)	
Congresso Mundial para a Paz	CMP	CHECOSLOVÁQUIA	os da ÁFRICA AUSTRAL	Político	Desconhecida	
Organização de Solidariedade dos Povos da ÁFRICA, ÁSIA e AMÉRICA	OSPAAAL	CUBA	os da ÁFRICA AUSTRAL	Político	-	
PAN AFRICAN STUDENTS MOVEMENT	PASM	QUÊNIA	os da ÁFRICA AUSTRAL	Político	-	

ANEXO A
- 3 -

NOMENCLATURA		PAÍS SEDE	MOVIMENTOS APOIADOS	TIPO DE APOIO	ORIGEM DOS FUNDOS	ÓRBITA DE ALINHAMENTO POLÍTICO
Designação	SIGLA					
Anglo African Freedom Movement	A.A.F.M.	INGLATERRA	Os anti-portugueses	O julgado necessário	Por colecta própria	P O L I T I C O R O M O S O R I O
Associação para as relações com os movimentos africanos de libertação	-	ITÁLIA	Os da ÁFRICA AUSTRAL	O julgado necessário	Desconhecida	
Board of Missions of the Methodist Church	-	EUA	Africanos	Político e económico	Próprios	
Comité Americano para a ÁFRICA	-	EUA	Africanos	Político e económico	Próprios	
Comité Dinamarquês anti-apartheid	-	DINAMARCA	Africanos	Político e económico	Subscrição pública	
Conselho Internacional de Refugiados	C.M.P.	ZÂMBIA	ÁFRICA AUSTRAL	Económica	SUBSÍDIA e Outros	
Irish anti-apartheid Movement	IAAM	IRLÂNDIA	ÁFRICA AUSTRAL	Político	Subscrição pública	
Movimento de Apoio aos povos de ANGOLA e outras colónias portuguesas	-	SUIÇA	anti-portugueses	Político e económico	Subscrição pública	
Movimento panafricano da ÁFRICA CENTRAL e ORIENTAL	PANAFRICA	-	ÁFRICA AUSTRAL	Político e económico	Próprios	
Youth and Student's Committee	YSC	INGLATERRA	ÁFRICA AUSTRAL	Político	Subscrição pública	
Committee for Freedom of MOZAMBIQUE, ANGOLA AND GUINE	-	INGLATERRA(?)	Anti-portugueses	O julgado necessário	Desconhecido	

ANEXO A
- 2 -

NOMENCLATURA		PAÍS SEDE	MOVIMENTOS APOIADOS	TIPO DE APOIO	ORIGEM DOS FUNDOS	ÓRBITA DE ALINHAMENTO POLÍTICO
Designação	SIGLA					
União Internacional dos Estudantes	UIE	CHECOSLOVÁQUIA	os da ÁFRICA AUSTRAL	Político	-	2 2 2 D
Associação da Juventude Feminina na EUROPA	-	FRANÇA	os anti-portugueses	O julgado necessário	Desconhecida	
União de Todos os Estudantes e Trabalhadores Africanos	-	INGLATERRA	Os da ÁFRICA AUSTRAL	O julgado necessário	Desconhecida	
ALL AFRICAN TRADE UNION FEDERATION	AATUF	INGLATERRA	os da ÁFRICA AUSTRAL	O julgado necessário	Desconhecida	
Conselho Mundial das Igrejas	WCC	SUIÇA	os da ÁFRICA AUSTRAL	Político e económico	Colecta inter-igrejas	FORTE infiltração da URSS
Ecumenical Programme for emergency Action in ÁFRICA	EPERA	QUÊNIA	os anti-portugueses	Político e económico	Desconhecida	
Associação dos Jornalistas AFRO-ASIÁTICOS	AJAA	?	Todos os movimentos emancipacionistas	Político	-	CHINA CONTINENTAL
ANTI-APARTHEID MOVEMENT	AAM	INGLATERRA	Os da ÁFRICA AUSTRAL	Político e económico	Subscrição Pública	Maistas Ingleses
Seychelles People's United Party	SPUP	INGLATERRA	Os da ÁFRICA AUSTRAL	Político	-	Maistas Ingleses
Association pour la Coopération Franco-Africaine	-	PARIS FRANÇA	ANGOLA e MOÇAMBIQUE	Político	-	Partido Comunista FRANCÊS
Conselho de Solidariedade AFRO-ASIÁTICO	-	?	os da ÁFRICA AUSTRAL	Político e económico	Desconhecida	Comunista

ANEXO A

- 4 -

NOMENCLATURA		PAÍS SEDE	MOVIMENTOS APOIADOS	TIPO DE APOIO	ORIGEM DOS FUNDOS	ORBITA DE ALINHAMENTO POLÍTICO
Designação	SIGLA					
Movement for Colonial Liberation	MCL	INGLATERRA	os da ÁFRICA AUSTRAL	O julgado necessário	Desconhecido	ALINHAMENTO DESCONHECIDO
PAN AFRICAN PEOPLE	PAP	RPA	os da ÁFRICA AUSTRAL	O julgado necessário	Desconhecido	
Comité Nacional de apoio à luta de libertação dos Povos das Colónias Portuguesas	-	FRANÇA	anti-portugueses	O julgado necessário	Desconhecido	
Fundação Ford		EUA	os anti-portugueses	financeiro	Próprios	
African Bureau		INGLATERRA	Todos os africanos	O julgado necessário	Desconhecido	
International Defense and Aid Fund	ADAF	INGLATERRA	Todos os africanos	O julgado necessário	Desconhecido	


ANEXO AJ

EXERCÍCIO ALCORA. DESCRIÇÃO SUMÁRIA

MUITO SECRETO
DESCLASSIFICADO

SECRETARIA-GERAL DA DEFESA NACIONAL

SECRETARIA-GERAL DA DEFESA NACIONAL



ASSUNTO: EXERCÍCIO ALCORA. DESCRIÇÃO SUMÁRIA.

1. OBJECTIVOS E ÂMBITO

Em Outubro de 1970 foi assinado o acordo base orientador do quadro geral em que se deviam inserir as conversações tripartidas entre Portugal, a República da África do Sul e a Rodésia, tendo-lhe sido dada a designação de código de "Exercício ALCORA".

Este acordo foi aprovado pelos MMN de Portugal, MD da RAS e Governos da Rodésia.

Segundo o documento base, o objectivo do Exercício ALCORA é investigar os processos e meios para conseguir um esforço coordenado tripartido entre Portugal, a República da África do Sul e a Rodésia, com vista a fazer face à ameaça mútua contra os seus territórios na África Austral, tomando-se implícito que isto poderá implicar também uma eventual ajuda a outros Estados da África Austral.

As discussões preliminares e o planeamento, numa 1.ª fase, são limitados aos problemas militares dos três países em causa, sendo essencial que não sejam feitas recomendações que possam estar em conflito com a política e a estratégia definidas pelos Governos.

Os participantes a nível militar não são competentes para tomar decisões, mas devem fazer aos respectivos Governos as recomendações julgadas apropriadas.

Os três países tomam parte no Exercício como parceiros iguais e independentes.

O objectivo do Exercício, atrás referido, engloba a coordenação de todos os aspectos da defesa nos domínios em que tal coordenação possa ser rentável e benéfica, incluindo, portanto, actividades relativas a todos os ramos das Forças Armadas.

MUITO SECRETO
DESCLASSIFICADO

2.

MULTO SECRETO
DESCLASSIFICADO

SECRETARIADO-GERAL DA DEFESA NACIONAL
SECRETARIA ADJUNTO DA DEFESA NACIONAL

Deve considerar-se ainda o estudo da possível cooperação não militar, quando tal cooperação possa contribuir para as operações militares.

Para a realização das tarefas derivadas do objectivo do Exercício AL-CORA houve que criar uma organização tripartida ALCORA, a qual compreende um órgão directivo - a Comissão de Alto Nível (ALNC), um órgão coordenador - a Comissão de Coordenação (ACOC) - e várias orgãos de estudo e planeamento - as Subcomissões.

Esta Organização corresponde assim a um QG tripartido não permanente, em que o Comandante é representado pela ALNC, o Chefe do EM pela ACOG e as Repartições pelas várias Subcomissões.

As Subcomissões cabe estudar os assuntos respeitantes aos seguintes sectores:

- Informações
- Planeamento Aéreo
- Logística
- Comando e Controlo
- Contra-Subversão
- Acção Psicológica
- Telecomunicações e Guerra Electrónica
- Cartografia

A ALNC é constituída pelo Secretário Adjunto da Defesa Nacional de Portugal (operações), pelos CEM da Defesa e Comandante das Forças Conjuntas da RAS e pelos CEM Geral e CEM da Força Aérea da ROD.

A ACOG e as Subcomissões são constituídas por delegações dos três países, sendo as das Subcomissões, normalmente, formadas por oficiais superiores dos 3 ramos das FA, em número variável conforme as necessidades, incluindo os nossos representantes de Angola e Moçambique. Em caso de necessidade podem ser agregados às Subcomissões especialistas, tanto militares como civis.

DESCLASSIFICADO

3.

DESCLASSIFICADO

SECRETARIADO-GERAL DA DEFESA NACIONAL
SECRETARIA ADJUNTO DA DEFESA NACIONAL

2. **CONCEITO ESTRATEGICO ALCORA**

Como base de todo o trabalho a realizar a âmbito tripartido houve que definir um conceito estratégico global para a África Austral, conceito esse que foi aprovado pelos três países.

Foi definida então a seguinte política militar para os Territórios ALCORA:

Considerando que a ameaça à África Austral põe em causa não apenas as soberanias nacionais, mas a paz e a segurança na área, e ainda a liberdade de navegação nas rotas do Atlântico Sul, define-se a Política Militar ALCORA como segue.

a. O primeiro objectivo da estratégia ALCORA é o de, por um esforço mútuo, assegurar a inviolabilidade individual dos territórios ALCORA, pela eliminação da subversão:

- (1) Usando os meios militares para destruir o terrorismo onde ele exista e evitar o seu estabelecimento nas áreas não afectadas;
- (2) Evitando o alastramento da subversão, eliminando-a onde exista, e impedindo o seu restabelecimento nas áreas anteriormente afectadas.

b. Organizar uma força estratégica constituída por meios aéreos de ataque e forças terrestres altamente móveis, que sirva de dissuasor convincente contra uma ameaça externa e que assegure uma intervenção oportuna e eficiente.

c. Desenvolver uma intensa campanha socio-psicológica, no interior dos territórios ALCORA, por forma a desacreditar o inimigo e a captar as populações para o nosso lado.

d. Desenvolver uma intensa campanha psicológica externa, para:

DESCLASSIFICADO

4.

MUITO SECRETO
DESClassificado

SECRETARIADO-GERAL DA DEFESA NACIONAL
SECRETARIADO ADJUNTO DA DEFESA NACIONAL

(1) Convencer as nações africanas e do mundo livre de que a sua própria sobrevivência está sendo ameaçada na África Austral e assim ganhar aliados para a nossa causa;

(2) Convencer e pressionar os países vizinhos, no sentido de levar a retirar o auxílio e as facilidades concedidas aos movimentos subversivos actuaes nos territórios ALCORA.

e. Promover a actuação de uma eficiente rede de agentes dos serviços de informações, particularmente nos países vizinhos, para:

(1) Detectar e informar sobre as actividades, no sentido mais amplo, dos movimentos terroristas, e infiltrações dos grupos armados e de material nos territórios ALCORA;

(2) Realizar operações especiais.

f. Dentro dos limites das suas possibilidades, conjuntas e individuais, garantir a segurança das linhas de comunicações marítimas, em especial da rota do Cabo.

3. ASPECTOS DE COOPERAÇÃO

A cooperação militar entre os Países ALCORA pode tomar uma ou mais das seguintes formas:

a. Empenhamento Militar de Forças

A participação directa de elementos de uma força Nacional em operações noutro território Nacional, ou actuando coordenadamente embora em territórios nacionais, incluindo o apoio logístico.

b. Assistência Militar

(1) Ajuda Logística: fornecimento de material, equipamento e transporte por uma Nação a outra.

(2) Prestação de Serviços: prestação de um serviço a uma Nação.

MUITO SECRETO
DESClassificado

5.

MUITO SECRETO
DESClassificado

SECRETARIADO-GERAL DA DEFESA NACIONAL
SECRETARIADO ADJUNTO DA DEFESA NACIONAL

ção por outra, tal como reconhecimento fotográfico ou levantamentos.

4. EMPENHAMENTO MILITAR DE FORÇAS

a. A doutrina de cooperação inter-forças armadas dos Países ALCORA pode abranger:

(1) Operações Coordenadas

(2) Operações Avoadaas

(3) Operações Combinadas

b. Operações Coordenadas:

(1) São Operações Coordenadas as operações conduzidas em áreas nacionais adjacentes nas quais cada força nacional opera independentemente dentro dos limites do seu território, e que envolvem planeamento coordenado, permuta de informações militares e troca de oficiais de ligação se necessário.

O princípio a seguir em operações coordenadas é o de que cada força nacional actua no seu próprio território. Contudo, por acordo mútuo e em determinadas circunstâncias, pode autorizar-se uma força nacional a operar além-fronteira, numa área adjacente à sua área de operações. Exemplos dessas circunstâncias são:

- Perseguição;
- Satisfação de pedidos de apoio imediato;
- Patrulhamentos;

(2) As Operações Coordenadas resultam de um acordo formal a nível inter-governamental, que decidiu que os Países ALCORA nela envolvidos coordenarão as operações em áreas nacionais adjacentes.

Nestas circunstâncias, não se torna necessário um sistema

MUITO SECRETO
DESClassificado

6.	MUITO SECRETO DESCLASSIFICADO	SECRETARIADO-GERAL DA DEFESA NACIONAL SECRETARIA ADJUNTA DA DEFESA NACIONAL
<p>combinado de comando e controle uma vez que a condução das operações é levada a efeito independentemente pelas autoridades nacionais de cada País.</p> <p>Contudo:</p> <p>(a) Serão estabelecidos meios de transmissão;</p> <p>(b) Será trocada informação militar;</p> <p>(c) Deverá ser coordenado o planeamento das operações em áreas adjacentes;</p> <p>(d) Serão trocados oficiais de ligação, se necessário.</p>		
<p>o. OPERAÇÕES APOIADAS</p> <p>(1) São Operações Apoiadas:</p> <p>(a) A colocação temporária de elementos de uma força nacional sob o controle operacional de outra força nacional, para a execução de uma operação definida;</p> <p>(b) A execução de uma tarefa/missão por forças aéreas e/ou navais nacionais em apoio de forças nacionais de outro país ALCORA, não implicando a colocação de elementos nesse território ou a mudança de comando.</p> <p>(2) Ocorrem em resultado de um acordo formal a nível governamental, no qual foi decidido que um ou mais países ALCORA dão apoio militar a outro país ALCORA, a uma escala que não implica o estabelecimento de Quarteis Gerais Combinados.</p> <p>Nestas circunstâncias, as medidas respeitantes ao Sistema de Comando e Controle, entre as forças empenhadas, envolvem:</p> <p>(a) Estabelecimento de meios de transmissão.</p> <p>(b) A troca de informações militares.</p> <p>(c) O provimento de oficiais de ligação.</p> <p>(d) O planeamento coordenado das operações.</p> <p>(e) O acordo quanto ao controle operacional de pequenos destacamentos.</p>		
MUITO SECRETO DESCLASSIFICADO		

7.	MUITO SECRETO DESCLASSIFICADO	SECRETARIADO-GERAL DA DEFESA NACIONAL SECRETARIA ADJUNTA DA DEFESA NACIONAL
<p>d. OPERAÇÕES COMBINADAS</p> <p>São Operações Combinadas as operações conduzidas por forças de duas ou mais nações ALCORA actuando em conjunto e envolvendo o estabelecimento de uma organização combinada de comando e controle.</p> <p>Têm lugar quando, em resultado de um acordo a nível governamental, foi decidido actuar em conjunto para defender territórios, ou interesses nacionais, de um ou mais países ALCORA, envolvendo o estabelecimento de uma estrutura de comando e controle formal.</p>		
<p>e. SIMULTANEIDADE DE OPERAÇÕES</p> <p>Durante a realização de qualquer tipo de operação pode surgir a necessidade de realização de uma operação secundária de outro tipo, o que não obriga, necessariamente, à alteração do tipo de primeira operação.</p>		
<p>f. ACORDO A NÍVEL GOVERNAMENTAL</p> <p>Para a realização de operações combinadas, apoiadas ou coordenadas entre países ALCORA é necessário um prévio acordo a nível governamental.</p> <p>Este acordo pode ter a forma de acordo:</p> <p>(1) permanente;</p> <p>(2) para um período limitado de tempo;</p> <p>(3) para uma operação específica;</p> <p>(4) para uma área geográfica definida.</p> <p>Em qualquer caso, o grau de empenhamento ou de assistência de ver ser fixado, bem como o tipo de operação.</p> <p>Para o caso das operações combinadas os governos nomearão os Comandantes das Forças Combinadas (CFC) e os Comandantes das Forças Aéreas Combinadas (CAC) e os Comandantes das Forças Marítimas Combinadas (CMC).</p>		
MUITO SECRETO DESCLASSIFICADO		

<p>9.</p> <p>MUITO SECRETO DESClassificado</p> <p>SECRETARIADO-GERAL DA DEFESA NACIONAL INSTITUTO ARMAZEM DA DEFESA NACIONAL</p>	<p>h. Entretanto, o porque se tornou imperiosa a necessidade de assegurar a maior convergência de esforços dos três Países, para fazerem face à ameaça em desenvolvimento, foi decidido ultimamente:</p> <p>(1) Constituir uma "Organização Permanente de Planeamento ALCORA", em PRETORIA, a partir do próximo mês de Outubro, constituída por representações militares dos três países e com a missão de:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Acelerar o planeamento, coordenação e implementação dos assuntos ALCORA; - Elaborar a doutrina ALCORA e a política de uniformização; - Coordenar e formular planos de contingência e recomendações resultantes de estudos; - Assumir as responsabilidades das Subcomissões ora existentes; - Constituir o núcleo de um estado-maior combinado em caso de operações combinadas. <p>(2) Estudar a constituição de uma força estratégica comum, constituída por meios aéreos de ataque e forças terrestres altamente móveis que sirvam simultaneamente de dissuasor convincente contra uma ameaça externa e permitam uma intervenção oportuna e eficiente em qualquer dos territórios ALCORA.</p> <p>Dos estudos já realizados concluiu-se pela necessidade de:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Organizar urgentemente uma equilibrada força de reserva ALCORA, para actuar onde necessário em qualquer território ALCORA, para apoiar forças nacionais na eliminação do terrorismo; - Constituir uma força aérea de ataque e dissuasão, constituída por elementos nacionais, a concentrar 	<p>MUITO SECRETO DESClassificado</p>
--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------

<p>8.</p> <p>MUITO SECRETO DESClassificado</p> <p>SECRETARIADO-GERAL DA DEFESA NACIONAL INSTITUTO ARMAZEM DA DEFESA NACIONAL</p>	<p>g. Para que os três Países ALCORA se habilitem a poder conduzir qualquer dos tipos de operações atrás definidos, quando tal for superiormente determinado houve que, essencialmente:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Produzir doutrina comum de acção, operacional e logística; - Coordenar processos, centralizar a actividade de informações e produzir documentos periódicos de informação relativos à ameaça à África Austral; - Estudar a uniformização de equipamentos para as forças terrestres e aéreas; - Planear e estabelecer os sistemas e redes de telecomunicações servindo os comandos interessados dos três países; - Promover a correlação dos sistemas cartográficos e promover as coberturas nas escalas convenientes; - Fixar organizações de comando e sistemas de controlo para operações combinadas. <p>Alguns dos trabalhos já se encontram realizados e outros em execução. Os assuntos em estudo, pela sua vastidão e transcendência, realçam a importância do EXERCÍCIO ALCORA, e, perante uma ameaça que cresce dia a dia, sente-se que com a actual organização - sem órgãos de trabalho permanentes - muito difícil se torna realizá-los em tempo útil.</p> <p>Os nossos parceiros sentem vivamente esta situação e já por várias vezes têm exercido pressão, especialmente na Comissão de Alto Nível, para que seja provocada uma reunião ao mais alto nível - Primeiros Ministros dos três países - para definir a política a seguir e estabelecer uma política de financiamento dos encargos resultantes da aplicação do Exercício ALCORA.</p>	<p>MUITO SECRETO DESClassificado</p>
--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------

10.	DECLASSIFICADO SECRETARIADO-GERAL DA DEFESA NACIONAL SECRETÁRIO ADJUNTO DA DEFESA NACIONAL
<p>para actuação conjunta onde necessário e quando decidido a nível governamental.</p> <p>Constituir uma força terrestre zero-móvel, constituída por elementos nacionais em sistema de "forças designadas para atribuição" (earmarked) para fazer face ao desenvolvimento da ameaça convencional.</p> <p>(3) Prosseguir na realização de operações coordenadas e apoiadas, normais ou do âmbito da acção psicológica, tal como se vêm já realizando especialmente em áreas fronteiriças comuns, segundo a doutrina e procedimentos já estabelecidos e aprovados superiormente.</p>	
<p>5. ASSISTÊNCIA MILITAR</p> <p>a. AJUDA LOGÍSTICA</p> <p>Trata-se, como atrás se referiu, do fornecimento de material, equipamento e transporte por uma Nação a outra.</p> <p>(1) Neste âmbito um novo acordo entre a RAS e PORTUGAL está em vias de concretização.</p> <p>Pretende-se com esse acordo:</p> <p>(a) Que a RAS ceda às Forças Armadas Portuguesas material no montante de 135 milhões de rands num prazo de 5 anos;</p> <p>(b) Que a RAS conceda um empréstimo de 150 milhões de rands, em termos a negociar, para reequipamento especial da Força Aérea Portuguesa;</p> <p>(c) Que a RAS ceda material no montante de 5 milhões de rands para equipar os "FLECHAS" da DGS de MOÇAMBIQUE;</p> <p>(d) Que PORTUGAL sirva de intermediário na aquisição de 1.000 Lança-granadas Foguetes 8,9 e de 12.000 Ogivas Plásticas Anti-Carro de 8,8 na BÉLGICA;</p>	
MUITO SECRETO DECLASSIFICADO	

11.	DECLASSIFICADO SECRETARIADO-GERAL DA DEFESA NACIONAL SECRETÁRIO ADJUNTO DA DEFESA NACIONAL
<p>(e) Que PORTUGAL diligencie a aquisição de 3 corvetas para a Marinha Sul-Africana, em ESPANHA, no montante de 40 milhões de rands.</p> <p>(2) Entretanto, e no âmbito da ajuda logística, PORTUGAL já adquiriu nos ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA 46 máquinas criptográficas e respectivos rotores, para fornecimento contra pagamento à RAS.</p> <p>Por sua vez a RAS tem vindo a assistir a ANGOLA e MOÇAMBIQUE em conformidade com acordos previamente estabelecidos e que ascendem a 22 milhões de rands.</p>	
<p>b. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS</p> <p>Neste âmbito há que destacar:</p> <p>(1) A realização da cobertura cartográfica de MOÇAMBIQUE. A não existência de cartas na escala de 1:50.000 da área do TETE, constituía grave carência para a actuação das Forças Armadas. A importante colaboração prestada pelas Forças Aéreas Sul-Africanas e Rodesianas, e pelos serviços técnicos cartográficos destes Países, permitiu que se realizasse tal cobertura num total de 110 folhas, de que se produzirão 2.000 cópias de cada, com um mínimo de encargos para PORTUGAL.</p> <p>Idêntica operação está no momento em curso para a área de NIASSA.</p> <p>(2) O reconhecimento fotográfico de objectivos de interesse em países vizinhos hostis, ou potencialmente hostis, o que não seria possível realizar com os nossos recursos.</p> <p>(3) Elaborado há poucos meses encontra-se em vigor um acordo para hospitalização no Hospital Militar de PRETORIA de militares de Moçambique, na generalidade com graves mutilações, e que já ascende a cerca de três dezenas de</p>	
MUITO SECRETO DECLASSIFICADO	

